

Renata Regina Gouvêa Barbatho de Aguiar

Um olhar sobre a História:
Características e tendências da produção científica na área
História no Brasil (1985-2009).

Dissertação de mestrado
Março de 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RENATA REGINA GOUVÊA BARBATHO DE AGUIAR

UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA: características e tendências da produção científica na área de História no Brasil (1985-2009).

RIO DE JANEIRO

2011

Renata Regina Gouvêa Barbatho de Aguiar

UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA: características e tendências da produção científica na área de História no Brasil (1985-2009).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Orientadoras: Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro (IBICT/MCT)

Profa. Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. (UERJ)

Rio de Janeiro

2011

B231u Barbatho, Renata Regina Gouvêa.

Um olhar sobre a História: características e tendências da produção científica na área de História no Brasil (1985-2009) / Renata Regina Gouvêa Barbatho. – 2011.
150 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro
Co-orientador: Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Bibliografia: f. 128-133.

1. Produção Historiográfica. 2. Comunicação Científica - História. 3. Bibliometria. I. Título.

CDU 01:311:930.1(81)

RENATA REGINA GOUVÊA BARBATHO DE AGUIAR

UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA: características e tendências da produção científica na área de História no Brasil (1985-2009).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

Aprovada em 24 de março de 2011.

Profa. Dr. Lena Vania Ribeiro Pinheiro (Profa. Pesquisadora do IBICT/MCT)

Profa. Dr. Tânia Maria T. Bessone da Cruz Ferreira (Profa. Adjunta/UERJ)

Profa. Dr. Gilda Maria Braga (Pesquisadora Titular do IBICT/MCT)

Profa. Dr. Icleia Thiesen (Profa. Associada/UNIRIO)

Dedico esta dissertação a pessoa
que mais transformou meus sonhos
em realidade,
ao meu marido,
Leandro Coelho de Aguiar.

Dedico ainda,
a minha mãe Sandra e aos meus irmãos Ricardo e Rafael,
que souberam compreender
a minha ausência
em momentos importantes.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Lena Vania Pinheiro Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, pelo carinho que me recebeu no programa, por me apresentar de fato à Ciência da Informação, ainda nas aulas de “Perspectivas”, e, principalmente, pela orientação sempre presente e criteriosa.

À Professora Doutora Tânia Maria T. Bessone da Cruz Ferreira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por seu imenso carinho e atenção, por acreditar em mim, e, me fazer acreditar. Obrigada pela confiança!

Às Professoras Gilda Maria Braga, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, e a Iceia Thiesen, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, por estarem presentes em minha qualificação e por apresentarem diferentes perspectivas, o que me permitiu construir uma dissertação mais consciente. Obrigada ainda por aceitarem participar da defesa, espero não decepcionar!

À Janete, secretária do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, que sempre se mostrou solícita às minhas questões e necessidades, no que se refere às burocracias do Programa.

Por fim, agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação que estiveram presentes, e que não me permitiram cansar.

[...] a extraordinária internacionalização da pesquisa histórica, a massa de publicações, a multiplicação dos programas e a instituições de pesquisa e a diversidade infinita de abordagens impossibilitam qualquer balanço geral. A historiografia brasileira, sobretudo depois da institucionalização da pós-graduação nos anos 1970, alcançou uma posição realmente notável – e que só não foi ainda melhor por que na última década houve um claro desleixo dos investimentos governamentais na universidade pública e nos institutos de pesquisa, particularmente nas ciências humanas.

Eliás Thomé Saliba

RESUMO

BARBATHO DE AGUIAR, Renata Regina Gouvêa. Um olhar sobre a História: características e tendências da produção científica na área de História no Brasil (1985-2009). Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O desenvolvimento da ciência no Brasil é consequência dos investimentos financeiros e dos avanços da tecnologia hoje. O Objetivo desta pesquisa foi analisar a literatura produzida dos historiadores e o seu perfil institucional, observando seus canais de comunicação preferenciais, as suas tendências temáticas e as concentrações geográficas da historiografia brasileira ao longo dos últimos 25 anos, para então observar os impactos das mudanças na Historiografia. Para isso, foram utilizadas as informações acadêmicas dos Bolsistas de Produtividade 1 do CNPq que estão disponíveis em seus Currículos Lattes e as informações dos Programas de Pós-Graduação em História, através dos sites institucionais dos cursos e da Capes. A metodologia utilizada foi a Bibliometria, que permitiu quantificar e avaliar o perfil comunicativo da comunidade científica em questão. Foi possível concluir que a área de História está realmente crescendo, e que seu crescimento está influenciando em sua produção. A maior concentração de programas *stricto sensu* está localizada no Sudeste, especificamente nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e isso se repete, no que se refere ao número de bolsistas de produtividade 1 do CNPq. Em relação aos canais comunicativos, assim como Ferrez (1981) concluiu, e Brasil (1992) concordou, esta pesquisa corrobora a importância do livro nesta área do conhecimento, no entanto, outros canais começam a emergir na literatura analisada, surgindo como uma alternativa as novas demandas produtivas, como os capítulos de livros e artigos em periódicos científicos, que se apresentam em larga expansão. Foi identificado que três idiomas estrangeiros estão presentes nas publicações mensuradas e são: espanhol, francês e

inglês, no qual o inglês é mais freqüente. Por fim, esta pesquisa conclui que, mais uma vez como já havia sido identificado por Ferrez e Brasil, o historiador publica predominantemente em autoria individual, havendo apenas mais abertura para trabalhos publicados com dois autores.

Palavras-chave: Produção Historiográfica. Comunicação Científica em História. Indicadores da Produção Científica. Bibliometria.

ABSTRACT

BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. A look at history: patterns and trends in scientific production in the area of History in Brazil (1985-2009). Rio de Janeiro, 2011. Dissertation (Masters in Information Science) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

The development of science in Brazil is a result of financial investments and advances in today technology. The goal of this research was to analyze the literature produced by historians and its institutional profile, observing their preferred communication channels, their trends of themes, and their geographical concentrations of Brazilian historiography over the past 25 years, to observe then the impacts of changes in Historiography. For this, we used the academic information of CNPq Productivity 1 Scholarship Fellows that are available in their Lattes Curriculum and in information on the History Graduate Program, through the institutional sites of these courses and of Capes. The methodology used was Bibliometrics that allowed quantifying and assessing the communicative profile of the scientific community in question. It was possible to conclude that the area of history is really growing, and that growth is influencing their production. The largest concentration of graduate studies program is located in Southeast, specifically in the states of Rio de Janeiro and Sao Paulo, and it is repeated with regard to the number of CNPq Productivity 1 Scholarship Fellows. Regarding communicative channels, as well as Ferrez (1981) concluded, and Brasil (1992) agreed, this research supports the importance of book in this area of expertise, however, other channels are beginning to emerge in the literature reviewed, emerging as a new alternative production demands, such as book chapters and articles in scientific journals, which are present in great expansion. It was identified that three foreign languages are found in measured publications, they are Spanish, French and English, in which English is more frequent. Finally, this research concludes that, once

more as it had been identified by Ferrez and Brasil, the historian publishes predominantly on individual authorship, existing exceptionally published works with two authors.

Keywords: Historiographic Production; Scientific Communication in History; Bibliometric Scientific Production. Indicators.

SUMÁRIO

1. Introdução	18
2. Ciência, Tecnologia e Sociedade	22
2. 1. Comunicação Científica	27
2. 2. Produtividade científica	33
2.2.1 Estudos bibliométricos	34
2. 3. Produtividade científica em História	39
3. Objetivos	47
4. Metodologia	48
4. 1. Critérios de seleção e fontes utilizadas	48
5. História e Historiadores: caracterização e análise da produção dos pesquisadores bolsistas de produtividade 1 do CNPq	58
5.1. O Perfil e a formação dos pesquisadores de produtividade em História	58
5.2. Os Programas de Pós-Graduação em História no Brasil	75
5.3. As principais temáticas	87
5.4 A produção científica dos historiadores pesquisadores 1 de CNPq	94
5. 4 . 1 A produtividade de artigos científicos em periódicos	99
5. 4. 2 A produtividade de livros e organização ou edições	110
5. 4. 3 A produtividade de trabalhos publicados em anais de congressos	120
5. 4. 4 As orientações e supervisão dos pesquisadores 1 do CNPq	125
6. Considerações finais	130
7. Referências	133
Anexo A - Pesquisadores com bolsa produtividade na área de História, com identificação dos excluídos e incluídos na pesquisa	139
Anexo B - Pesquisadores de produtividade 1 do CNPq por níveis de classificação	145
Anexo C - Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em História no Brasil reconhecidos pelas CAPES por Estado e Região.	147
Anexo D - CNPq: Número de bolsista por área - outubro/2010	149
Anexo E - CNPq: Número 1 de bolsista por área - outubro/2010	150
Anexo F - Áreas de atuação declarada dos pesquisadores do CNPq	151
Anexo G - Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisas dos Programas de Pós-Graduação em História com Pesquisadores 1 do CNPq	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Bolsistas de produtividade do CNPq em História no Brasil - 2010	52
Gráfico 2:	Bolsistas de produtividade 1 do CNPq por nível de classificação em História no Brasil - 2010	53
Gráfico 3:	Cursos de Pós- Graduação <i>Stricto Sensu</i> de História no Brasil – 2010	54
Gráfico 4:	Bolsistas de produtividade 1 do CNPq	59
Gráfico 5:	Bolsistas de produtividade 1 do CNPq por IES	60
Gráfico 6:	Bolsistas de produtividade do CNPq por Região	61
Gráfico 7:	Bolsistas de produtividade 1 do CNPq por Região	62
Gráfico 8:	Instituição de Ensino Superior da graduação dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	63
Gráfico 9:	Ano de formação de graduação dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	65
Gráfico 10:	Instituição de Ensino Superior do mestrado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	66
Gráfico 11:	Ano de titulação de mestrado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	68
Gráfico 12:	Instituição de Ensino Superior de doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	69
Gráfico 13:	Ano de titulação de doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	72
Gráfico 14:	Instituição de Ensino Superior de pós-doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	73
Gráfico 15:	Ano de titulação de pós-doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	74
Gráfico 16:	Especialização dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	75
Gráfico 17:	Programas de Pós-Graduação em História por região	77
Gráfico 18:	Programas de Pós-Graduação em História por Estado	78
Gráfico 19:	Período anual de fundação dos cursos de mestrado nos Programa de Pós-Graduação em História	79
Gráfico 20:	Número de cursos de mestrado oferecidos em Programas de Pós-Graduação em História por períodos anuais	80

Gráfico 21:	Período anual de fundação dos cursos de doutorado nos Programas de Pós-Graduação em História	81
Gráfico 22:	Número de cursos de doutorado oferecido em Programas de Pós-Graduação em História por períodos anuais	82
Gráfico 23:	Avaliação da CAPES dos Programas de Pós-Graduação em História	85
Gráfico 24:	Professores dos Programas de Pós-Graduação em História por Estado	86
Gráfico 25:	Início das pesquisas dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	88
Gráfico 26:	Projetos de pesquisa dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	89
Gráfico 27:	Áreas de pesquisa dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	90
Gráfico 28:	Produção Científica produzidas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	96
Gráfico 29:	Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	100
Gráfico 30:	Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em espanhol	103
Gráfico 31:	Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em francês	104
Gráfico 32:	Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em inglês	105
Gráfico 33:	Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade do CNPq com autoria coletiva	107
Gráfico 34:	Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq com autoria coletiva - número de autores	109
Gráfico 35:	Livros publicados ou edições pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	110
Gráfico 36:	Livros publicados ou edições pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em idioma estrangeiro	112
Gráfico 37:	Livros organizados ou edições dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	114
Gráfico 38:	Livros organizados ou edições dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em idioma estrangeiro	115
Gráfico 39:	Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	116
Gráfico 40:	Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	117

CNPq em espanhol

Gráfico 41:	Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em francês	118
Gráfico 42:	Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em inglês	119
Gráfico 43:	Trabalhos completos publicados em anais de congressos dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq	121
Gráfico 44:	Trabalhos completos publicados em anais de congressos dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em idioma estrangeiro	122
Gráfico 45:	Apresentação de trabalho dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em congresso	124
Gráfico 46:	Orientações concluídas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq - dissertação de mestrado e tese de doutorado	126
Gráfico 47:	Supervisões concluídas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq - iniciação científica	127
Gráfico 48:	Supervisões concluídas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq - pós-doutorado	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Total de documentos por tipo e grande área do saber, de bolsistas de pós-doutorado no exterior em 2003. (1995 – 2002)	41
Quadro2:	Avaliação dos Programas de Pós-Graduação em História pela CAPES	83
Quadro 3:	Bolsistas de produtividade 1 do CNPq - temas de pesquisa	92
Quadro 4:	Pesquisas dos Programas de Pós-Graduação em História com bolsistas de produtividade 1 do CNPq	93

Introdução.

*“Estamos quase todos convencidos
de que a história não é
uma ciência como as outras”*

Jacques Le Goff

Numa sociedade em que a produção de conhecimento é assunto de Estado, relacionado às suas estratégias de atuação e, conseqüentemente, às questões orçamentárias, há a necessidade de investimentos em pesquisa para o seu desenvolvimento contínuo e metas a serem atingidas. Conseqüentemente, o conhecimento aprofundado do próprio funcionamento das ciências é fundamental para que os gastos representem retornos à sociedade, e não prejuízos. Por isso, são relevantes as pesquisas voltadas aos próprios produtores do conhecimento, os cientistas, no quadro das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, no qual os órgãos de fomento desempenham um papel de destaque.

Neste cenário, estudos de Comunicação Científica são fundamentais, como base para a compreensão dos processos de comunicação entre cientistas nas suas atividades de pesquisa.

Na Ciência da Informação, autores clássicos como Price (1976)¹, Meadows (1999)² e Ziman (1979)³ têm propiciado os fundamentos teóricos nesse campo. Como afirmou Meadows (1999), a comunicação científica é inerente à produção de conhecimento e pode ser concretizada de diferentes formas e intensidade, de acordo com a natureza de cada área, daí a importância da identificação dos distintos padrões de geração e de comunicação existentes.

Entre esses autores, Price (1976) desenvolveu estudos sobre comunicação e produtividade científica, crescimento da ciência, características da produção, tais como autorias únicas e coletivas, procedimentos do colégio invisível, entre outras questões que constituem a base da Comunicação Científica.

¹ PRICE, Derek J. de Solla. **O Desenvolvimento da Ciência: Análise Histórica, Filosófica, Sociológica e Econômica**. Tradução de Simão Mathias com a colaboração de Gilda Maria Braga. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976. Título original: **Little science, big science**. Columbia University, 1963.

² MEADOWS, A. J. **A Comunicação Científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. Título original: **Communication in science**. London: Butterworth, 1974.

³ ZIMAN, John Michel, **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1979. Título original: **Public Knowledge: The Social Dimension of Science**. London: Cambridge University, 1968.

Como Meadows já na década de 1970 apontou, não é possível que todas as ciências apresentem os mesmos padrões de comunicação científica e, conseqüentemente, as mesmas formas de produção do conhecimento.

A presente pesquisa se justifica pelo reconhecimento da importância deste tema para a Ciência da Informação e da existência de padrões diferenciados entre os pesquisadores. Como está voltada à mensuração e análise das características dos textos produzidos por historiadores e da produção científica de História, também contribuirá para este campo do conhecimento.

No contexto social atual, a valorização do conhecimento científico e o seu uso como recurso estratégico de Estado para desenvolvimento econômico e social fizeram da ciência um novo segmento social, com relações internas e externas de hierarquia e poder, já que envolve questões de disputas e de investimentos constantes (BOURDIEU, 1983). Em função do próprio desenvolvimento histórico das ciências, foi possível observar as relações hierárquicas não só entre os cientistas das diversas áreas, como entre as próprias ciências, em que padrões de comportamento são impostos como ideais e não idéias. A Física detém, hoje, o *statu quo* de padrão ideal de comportamento (MUELLER, 2005). No entanto, cada área tem em si um sentido e se comporta atendendo a este sentido, portanto, tentar padronizá-las significa correr o risco de mudar suas essências.

Assim, é fundamental estudar os canais de comunicação de cientistas da área de História, a fim de contribuir para o melhor entendimento das características da mesma, e proporcionar meios para o seu desenvolvimento, percebendo suas tendências e demandas. Os resultados trarão maior conhecimento acerca dos padrões de produção nessa área, sua concentração geográfica e possibilitará que os órgãos de fomento desenvolvam formas de avaliação e políticas de promoção de pesquisas adequadas às áreas de Ciências Humanas, especialmente a História.

Na Ciência da Informação esta pesquisa contribuirá com resultados atuais sobre o padrão de comunicação de História, já que desde a década de 1970 tem sido desenvolvidas análises bibliométricas nessa direção, mas com grande lacuna de tempo, a fim de conhecer as peculiaridades de diferentes áreas de saber.

Os resultados representarão à História a possibilidade de comprovar cientificamente, com mais uma pesquisa, que o seu padrão de comunicação científica se dá de forma diferenciada das demais áreas, sustentando assim, as argumentações das Ciências Humanas sobre suas necessidades particulares de avaliação e fomento.

No âmbito da Comunicação Científica, as pesquisas sobre produção científica cada vez mais assumem o centro das discussões, tendo como método a Bibliometria, definida como “todos os estudos que buscam quantificar os processos de comunicação escrita” ou a “aplicação de métodos matemáticos para livros e outros meios de comunicação” (PRITCHARD, 1969).

Nesta pesquisa, o campo de aplicação é a História, área na qual já existem algumas investigações sobre produtividade científica, inclusive no Brasil, particularmente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ), no qual análises bibliométricas vêm sendo desenvolvidas desde a década de 1970, porém a mais recente data da década de 1990.

Embora as investigações de Comunicação Científica privilegiem, em geral, uma determinada área, há algumas mais amplas, como a de Mueller (2005), sobre os pesquisadores bolsistas de pós-doutoramento no exterior, distribuído nas oito grandes áreas do conhecimento. Mueller buscava identificar os padrões de comunicação científica das diversas áreas e concluiu que as Ciências Humanas apresentam um padrão de comunicação próprio.

No campo da História, destacamos as dissertações de mestrado de Ferrez (1981) e de Brasil (1992). A primeira trabalhou com quatro periódicos da área, nos anos de 1972 e 1973, fonte para estudar os canais preferenciais e as tendências temáticas dos artigos. Nessa pesquisa foi possível perceber que o periódico não era o principal meio de difusão da informação, bem como a forte presença de trabalhos publicados por apenas um autor. Estas conclusões foram as mesmas da pesquisa desenvolvida por Brasil (1992), que se dedicou à análise da produção de historiadores da Fundação da Casa de Rui Barbosa, especificamente a literatura citante e citada. Em ambas as investigações foi possível corroborar a idéia de a História ser uma área com padrões de comportamento diferenciados.

A presente pesquisa debruçou-se nas principais questões e conclusões de Ferrez e Brasil, porém, buscou atualizá-las e expandi-las, permitindo então construir indicadores que possam orientar as políticas públicas de C&T&I.

Esta dissertação se inscreve na linha de pesquisa um - Epistemologia e Interdisciplinaridade na Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ e está dividida em oito tópicos, sendo o primeiro a Introdução, ora desenvolvida. Os objetivos, geral e específicos fazem parte do tópico dois, seguido da metodologia, tópico três, no qual a fonte adotada foi o Currículo *Lattes*,

para levantamento da produção científica dos pesquisadores e professores e adotada a bibliometria como método.

No quadro teórico são abordadas Ciência, Tecnologia e Sociedade, no traçado de um panorama mais amplo, no qual se inserem a Comunicação Científica e a produtividade científica, questões direcionadas à História (tópico cinco). Neste são discutidos elementos que norteiam esta pesquisa, tanto no que se refere à importância da pesquisa sobre os pesquisadores e como estas contribuíram para o seu próprio fortalecimento e eficácia, quanto para embasar e ressaltar a importância dos métodos desenvolvidos ao longo dos anos para que as pesquisas voltadas à produção científica fossem aprimoradas. Isso permitiu, hoje, aos cientistas técnicas de observação da ciência sob diversos aspectos, desde o seu crescimento até o impacto de uma publicação em sua comunidade ou na sociedade. Esses métodos mostraram-se tão capazes, que já não são restritos a estudos da própria ciência, sendo aplicados em outros campos.

Os resultados e discussões (tópico seis), por sua vez, foram subdivididos em quatro sub tópicos, nos quais são tratados o perfil e a formação da comunidade estudada, os programas de pós-graduação em História, as principais temáticas desenvolvidas e da produção científica dos pesquisadores 1 do CNPq, referentes aos seus canais preferenciais.

Os historiadores no Brasil representam uma comunidade de cientistas consolidada, mas nos últimos dez anos tem apresentado uma expansão, tanto geográfica, quanto produtiva, essas mudanças tão fortes foram capazes de introduzir e expandir canais de comunicação até então excluídos na área. Estas transformações são frutos de políticas públicas de incentivo à pesquisa presentes em diversas áreas do conhecimento, sendo responsável pela expansão das universidades e da ciência no Brasil.

A produção científica dos historiadores, que tradicionalmente privilegia as publicações de livros e ainda mantém esta característica, hoje está permitindo uma abertura a outras formas de publicação, como os artigos em periódicos científicos, que são tão comuns em outras áreas. A História, em meio à pressão por apresentar produtividade, além de seus próprios conflitos historiográficos, a outros embates, está tendo que se adaptar e ao mesmo tempo tentando resistir.

2. Ciência, Tecnologia e Sociedade.

A Comunicação Científica transita por um vasto território de novos conhecimentos e áreas, dos quais extrai muito dos seus fundamentos teóricos, como a Sociologia da Ciência e Estudos Sociais da Ciência. Na Ciência da Informação, cujo objeto de estudo é a informação, marcada pelas “ações de informação” e “regime de informação” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2000), as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade e suas transformações são determinantes no processo cognitivo entre informação e conhecimento.

Ao longo dos séculos, a pesquisa científica buscou conhecer melhor o funcionamento da natureza e do homem, de acordo com suas possibilidades, intenções e dentro de suas limitações. Com o desenvolvimento da sociedade e da ciência, os campos de observação e estudos se ampliam a cada dia, em função das necessidades dos novos tempos, afinal, cada época tem suas próprias questões.

O surgimento de algumas ciências no século XIX reflete a necessidade contemporânea à época por respostas mais específicas, sendo possível apenas com a especialização de algumas ciências. Hoje, em função da informação e do conhecimento terem alcançado um papel de destaque na economia e na política (no sentido mais amplo) (BURKE, 2003. p. 11), os mesmos passaram a integrar o conjunto de objetos de pesquisa de vários campos da ciência.

Entre as novas áreas está a Ciência da Informação (CI), inserida numa sociedade produtora de uma quantidade de informação que não poderia ser administrada apenas com os conhecimentos adquiridos até então, levando a criação de um campo voltado à esta demanda. Segundo Gonzalez de Gomez (2000. s/p) a CI:

Surge no horizonte de transformações das sociedades contemporâneas que passam a considerar o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem como objetos de pesquisa científica e domínios de intervenção tecnológica (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2000. s/p).

Esta pesquisadora destaca, ainda, que:

A Ciência da Informação constituir-se-ia assim, ao mesmo tempo, como uma nova demanda de cientificidade e como um sintoma das mudanças em curso que afetariam a produção e direção do conhecimento em ocidente. Desde suas primeiras manifestações por questões antes que por teorias (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2000. s/p).

Além disso, Pinheiro (2004) destaca que apesar de todas as áreas se alimentarem de informação, poucas são as ciências que a tomam como objeto, cabendo este desafio a CI. O contexto social da Sociedade da Informação criou uma demanda às áreas que estudam informação e conhecimento.

A super valorização da informação na economia e na política, em conjunto com o uso das novas tecnologias de comunicação, criaram o contexto da Era da Informação, que permite a informação ter um maior alcance, tanto em relação a número de acessos, quanto à dimensão espacial. Alguns autores denominam esta época histórica como Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento, sendo esta última nomenclatura defendida por um número inferior de autores, pois os mesmos consideram ser necessário haver uma democracia informacional para ser considerada uma Sociedade do Conhecimento. Ao lado do simples contato com a informação escrita, os leitores deveriam ter condições de compreendê-la em sua complexidade. Além disso, o próprio acesso à informação deveria ser mais amplo, e não com os limites existentes hoje no seu compartilhamento (LASTRES; ALBAGLI, 1999.).

Wersig (1993) justifica as transformações do papel do conhecimento para indivíduos, organizações e cultura como uma consequência da acentuada complexidade das tecnologias modernas. A mudança “é revolucionária e tem pelo menos duas dimensões, filosófica e tecnológica e começou a acontecer aproximadamente nos anos 60, e tornou-se parte de um movimento algumas vezes denominado pós-modernismo”.

Autores discutem, hoje, o poder dos detentores e da informação sobre a população, nas suas diversas formas, em função de um contexto histórico de flexibilização das relações sociais. No ano de 2003 foi publicado o livro *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*, organizado por Cocco, Galvão e Silva, com artigos também de suas autorias, tentando dar conta de algumas das discussões da nova conjuntura social, marcada pelas consequências do desenvolvimento e imbricações do século XX. Além disso, o sistema fordista, contribuiu para “construir” uma sociedade de “aceleramento do tempo” e “encurtamento dos espaços”, possíveis em função do aprimoramento das tecnologias, dos seus usos sociais e pela flexibilização das relações que, segundo a teoria de Havey (1993), insere toda a atual condição pós-moderna. Ser um dos primeiros a ter acesso à determinada informação significa poder usá-la em seu próprio favor, seja para tomar uma decisão estratégica, ou voltar atrás de uma anterior, seja para criar um produto novo. Coloca-se à informação como uma possibilidade de

maior rendimento produtivo, que pode culminar num processo de inovação (GORZ, 2005).

Embora a Ciência da Informação tenha por objeto a informação e não o conhecimento, a estreita relação entre ambos os conceitos é parte integrante do processo cognitivo. Capurro e Hjørland (2005, p.150) afirmam que, dentro da Ciência da Informação, a informação constitui “uma perspectiva específica” ligada à comunicação do conhecimento, com destaque nesse processo às “transformação do conhecimento e, particularmente, à seleção e interpretação dentro de um contexto específico”.

Peter Burke (2003), em *Uma História do social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, reconhece a relatividade do conceito e explicita sua percepção sobre o tema e afirma ser a informação uma fonte (o cru) daquilo que vai ser transformado em conhecimento (cozido).

Precisamos distinguir entre conhecimento e informação, “saber como” e “saber o que”, e o que é explícito e o que é tido como certo. Por uma questão de conveniência, este livro o termo informação para referir-se ao que é que é relativamente “cru”, específico e prático, e “conhecimento” para denotar o que foi “cozido”, processado ou sistematizado. Não é preciso dizer que a distinção é relativa (BURKE, 2003. p. 19).

Pinheiro (2004), analisando os objetivos do estudo de Belkin e Robertson (1976), afirma que existia a intenção nos dois autores de chegar a uma estrutura básica utilizada amplamente pelos cientistas da informação, chegando à “noção básica para todos os usos de informação”. Para ambos os autores era “a idéia de estrutura sendo modificada” podendo ser caracterizada por ser: “infra-cognitiva (hereditariedade, incerteza e percepção); cognição individual (formação individual do conceito e comunicação inter-humana); cognição social (estruturas sócio-conceituais) e meta-cognitiva (conhecimento formalizado)” (PINHEIRO, 2004).

A visão de a informação ser um processo cognitivo humano é compartilhada por Barreto (2009), para quem a informação está vinculada à comunicação e à construção do conhecimento, sendo:

A essência do fenômeno da informação se efetiva entre o emissor e o receptor, quando acontece uma transferência e apropriação de um conhecimento. Assim, adequadamente assimilada, a informação, modifica o estoque mental de saber do indivíduo e traz benefícios para o seu desenvolvimento pessoal e da sociedade em que ele vive (BARRETO, 2009. p. 1).

Peter Burke (2003. p. 11) chama atenção para fato da informação não ser um objeto de interesse apenas da atualidade, pois segundo o mesmo:

[...] a mercantilização da informação é tão velha quanto o capitalismo. O uso, por parte dos governantes, de informações sistematicamente coletadas sobre a população é, em termos literais, História Antiga (particularmente História antiga romana e chinesa) (BURKE, 2003. p. 11)

E ainda, para Burke, é uma ironia que o conhecimento tenha hoje tamanho *status* num mesmo momento em que “sua confiabilidade é questionada por filósofos e outros de maneira cada vez mais radical” (BURKE, 2003. p. 11).

Ainda sobre a complexidade do conceito de conhecimento, Ziman (1979. p. 21) lembra: “muitos filósofos têm chegado à melancólica conclusão de que não existe nenhum processo infalível para se erradicar de maneira definitiva o último resquício de dúvida daquilo que os cientistas chamam de conhecimento”.

Mas a questão é que nesse novo *status*, o desenvolvimento de pesquisas sobre informação e conhecimento acabou levando à criação de novas áreas, uma interessada nas formas e fluxos informacionais, caso da Ciência da Informação, e outra interessada em perceber como é a interação entre conhecimento e sociedade, que é a Sociologia do Conhecimento.

A Sociologia do Conhecimento tem suas bases no século XX, com trabalhos na França, Estados Unidos e Alemanha, sendo o último o local de origem do seu nome, “sociologia do conhecimento”. Os trabalhos apresentados neste período citado não se mostraram frutíferos, mas foram resgatados tempos depois por pensadores de outras áreas, como Claude Lévi-Strauss, na antropologia, Thomas Kuhn, na História da Ciência e Foucault, na filosofia (BURKE, 2003. p. 12, 14-15).

Claude Lévi-Strauss, ‘revitalizou o interesse pela classificação em seus estudos sobre o totemismo e, em termos mais gerais, sobre o que chamou de “pensamento selvagem”, definido como concreto por oposição a abstrato’; Thomas Kuhn dedicou-se aos processos revolucionários científicos e afirmou serem os mesmos recorrentes na História e terem uma estrutura cíclica de paradigmas e quebra de paradigmas para a formação de um novo, o que estabelece uma relação de soberania até que seja substituído também; e Foucault, discutiu a relação existente entre o conhecimento e o poder em diferentes níveis, do micro ao macro (BURKE, 2003. p. 15-16).

Segundo Peter Burke (2003. p. 16), o tema do “conhecimento atraiu a atenção de muitos dos principais teóricos da sociedade e da cultura da última geração”, como

Norbert Elias, com pesquisas sobre o processo de autonomia dos intelectuais. Jürgen Habermas, que desenvolveu estudos sobre as relações entre conhecimento, interesses humanos e esfera pública, e por isso tendo grande influência nas áreas de comunicação, e Pierre Bourdieu (1983), trás a discussão de volta para a Sociologia com temas sobre a “prática teórica”, “capital cultural” e poder das universidades. Além dos sociólogos, a própria História passou a debruçar-se nos estudos sobre a ciência e suas conseqüências à sociedade, buscando contextualizar e problematizar os processos no qual estava inserida. Segundo Hebrard (1999. p. 35), a História das ciências está interessada em como os saberes científicos foram elaborados e evoluíram.

Porém, esta nova geração apresenta novas perspectivas sobre o que é a Sociologia da Ciência, pois se antes a ciência era considerada um campo com funcionamentos sociais próprios, agora é percebida de forma contextualizada na própria sociedade. Para o Bourdieu, ‘é preciso escapar à alternativa de “ciência pura” totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas’. (BOURDIEU *apud* PINHEIRO. 2009). Pois:

A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto – mesmo em se tratando desse produto particular que é a verdade científica – reside numa espécie particular de condições sociais de produção; isto é, mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas. (BOURDIEU, 1983)

A segunda geração da Sociologia do Conhecimento veio baseada em quatro novas perspectivas: diminuição da ênfase na aquisição e transferência do conhecimento, para a atenção na sua construção; ampliação do grupo visto como os detentores do conhecimento; maior interesse pela microssociologia, pela vida intelectual cotidiana; e um estudo mais dedicado às questões de gêneros e geográficas, como a participação feminina na comunidade científica e as concentrações espaciais do conhecimento.

A sociologia da ciência, em seu desenvolvimento mais recente, “pôs em foco o papel dos grupos de trabalho, das redes de trocas e das instituições sociais. Assim, mostrou-se a importância do laboratório, da academia, da universidade na constituição destes saberes”. (BURKE. 2003. p. 17).

O importante é notar que o desenvolvimento das ciências foi além de estudar um “objeto externo”, passando a existir uma auto-reflexão, em função dos cientistas se

perceberem também como agentes importantes dentro dessa dinâmica, pois são eles os construtores do conhecimento científico, informação à sociedade, tendo um grande papel na influência social, justificando, então, o porquê de pensar sobre o seu próprio papel e suas dinâmicas internas.

Ainda sobre o trabalho de Peter Burke (2003. p. 18), o mesmo explica que “só a partir da década de 60 se tornou normal examinar a ciência de um ponto de vista social”, pois até então pouco havia se escrito sobre o lado social da ciência, no que diz respeito às questões de sociabilidade dos cientistas. Em função desta lacuna que o autor se propôs a fazer um ensaio sobre estas questões. A evolução da literatura sobre os estudos sociais da ciência e dos cientistas e a suas formas de comunicação constituem o fundamento teórico da comunicação científica e são abordadas no próximo tópico.

2. 1. Comunicação Científica.

Na Ciência da Informação tem sido pesquisada, sistematicamente, a ciência em seus diferentes aspectos. Foi exatamente na década de 1960, apontada por Burke como uma década que se tornou normal examiná-la, quando os pesquisadores da ciência lançaram obras fundamentais, tais como, *Little science, big science*, de Derek J. de Solla Price, publicada pela Columbia University (1963) e John Ziman, autor de *Public knowledge: the social dimension of science*, editada pela Universidade de Cambridge (1968), obras muito estudadas na Comunicação Científica e na Ciência da Informação. Em ambas as publicações é discutida a dimensão social da ciência.

Price (1976), no seu livro aborda a transição da “Pequena Ciência” para a “Grande Ciência”, na qual explica, a partir do estudo quantitativo, o crescimento da produção científica ao longo dos anos, decorrente do próprio crescimento da população, mesmo sendo proporcionalmente maior, e que cessará em determinado período, dando lugar ao decréscimo. O autor chega e lembrar ser a sensação de crescimento desenfreado da ciência, a partir de sua produção, um assunto abordado em outros séculos, como no século XIX, por “Charles Babbage, na Inglaterra, e Nathaniel Bowditch, nos Estados Unidos, [que] deploravam amargamente o descaso pela nova era científica que justamente explodia sobre eles” ou como o caso de Sir Humphray Davy, que após a leitura de um livro o jogava fora, pois não seria possível uma pessoa ter tempo para ler duas vezes o mesmo livro (PRICE. 1976. p.9). Todo o argumento do

autor busca provar a transição da pequena para a grande ciência como uma ação gradativa.

Além disso, Price (1976. p 48-50) dedicou um capítulo de seu livro ao chamado “colégio invisível”, discutindo as relações entre os cientistas, analisando os artigos científicos e o seu desenvolvimento histórico. Segundo o autor, o “colégio invisível” é formado por um grupo de cientistas com intensa produtividade, quantitativa e qualitativamente, de forma extra-oficial em torno de uma área. Ziman (1979. p. 121) completa que são “profissionais que têm consciência de que trabalham num mesmo campo, como colegas e rivais, em todas as partes do mundo”.

Diferente de Price (1976), que elaborou uma obra seguindo, em sua construção, os rigores das ciências exatas, Ziman (1979) escreve o que ele chama de “ensaio filosófico”:

[...] empenhei-me em me expressar com simplicidade e clareza, mais interessado em atingir a faixa dos leigos dotados de certa cultura do que entendidos nas filosofias da ciência. Os argumentos são expostos cruamente, sem a parafernália dos *caveats* e citações, das documentações elaboradas normalmente exibidas num trabalho de fôlego, de nível acadêmico. Este ensaio não pretende ser “científico”, nem no meu conceito nem no de quem quer que seja. O máximo que se pode dizer é que é filosófico – e feito por um amador, para começo de conversa (ZIMAN, p. 15).

Assim como Solla Price, Ziman também é um físico que pensou a própria ciência como objeto de observação. O último justifica que se propôs a escrever sobre o assunto porque percebeu a falta de literatura abordando a própria comunidade científica. No seu livro, Ziman traz argumentações e “provas” acerca do “caráter social da vida científica”, sendo esta uma comunidade que precisa, para manter sua “saúde”, de relações sociais entre os seus membros e da aceitação, entre os pares, “dos princípios sobre os quais as convenções da comunidade se assentam”.

No que tange à teoria de Ziman (1979) acerca dos cientistas, o mesmo explica que estudar o seu comportamento se justifica pelo papel social da ciência. A própria definição de ciência é difícil, mas é fundamental perceber que é composta de “uma parte importante do acervo de nossas mentes” e é um “produto consciente da humanidade”, sendo reconhecida perante a sociedade, mesmo que haja sempre, por parte de alguns, um resquício de dúvida sobre o conhecimento produzido pelo pesquisador. O próprio Ziman reconhece que “nossa experiência, tanto do ponto de vista histórico quanto do individual, como cientistas, indica que só nos é possível chegar a verdades parciais e

incompletas”. A credibilidade de um pesquisador é avaliada pelos padrões estabelecidos pela e para ciência, sendo ela uma “atividade altamente consciente, deliberada e racional” (ZIMAN, 1999, p.15, p.17 e p.21).

A partir do momento em que a ciência ganhou o status social de detentora do conhecimento e que sua comunidade passou a ser vista como uma comunidade social com forte influência na nova conjuntura sócio-política, estudar o seu comportamento - na verdade daqueles que estão à frente do processo de construção de conhecimento - se faz primordial. Afinal, entender o “mundo” da ciência e dos cientistas significa entender o funcionamento da própria sociedade e dos seus valores. Para Ziman (1979), estudar o comportamento dos cientistas significa, além de tudo, compreender a natureza da ciência e das suas complexidades. Mas o que é ciência para o autor? Ciência é conhecimento público, derivando daí o título de seu livro, pois se um conhecimento produzido por um cientista não tornar-se público, perderá seu sentido, pois não terá passado pela “avaliação” de seus pares e não contribuirá para a construção de conhecimento de outros cientistas.

A Ciência é conhecimento, e, por conseguinte, intelectual, conceitual e abstrata. Inevitavelmente, é criada por homens e mulheres, individualmente, e em consequência tem um aspecto acentuadamente psicológico. É pública, e, por conseguinte moldada e determinada pelas relações sociais entre os indivíduos. (Ziman, 1979. p. 26)

Ainda sobre o pensamento de Ziman (1979. p. 25), para o mesmo era fundamental que houvesse trabalhos se propondo a observar como os cientistas se comportam, como se organizam e como transmitiam informações entre si, já que era notória a pouca existência de publicações sobre tal temática.

Anos após esta observação, foi publicado por Meadows (1999), um livro discutindo essencialmente tal comportamento, e que se tornou referência a todos aqueles que buscavam entender a comunidade científica. *A comunicação científica* tornou público e científico o debate sobre as formas e mecanismos da comunicação entre os pesquisadores, pois, segundo Meadows:

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. (MEADOWS. 1999. p. VII)

Mas por que Meadows (1999) afirma que a comunicação científica está no coração da ciência? Para responder é necessário primeiro responder a outra pergunta: o que é um conhecimento científico? É um saber que tem suas bases na junção da pesquisa empírica, com o uso de métodos reconhecidos e com as teorias já postuladas de outros pensadores de assuntos em comum. Segundo Severino (2007), “a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos [...]. Toda modalidade de conhecimento realizado por nós implica uma condição prévia, um pressuposto relacionado à nossa concepção da relação sujeito/objeto”.

E se é necessário, para se fazer ciência, a composição de teoria e de práticas empíricas, a afirmação de Meadows (1999. p. vii) está correta, pois comunicação é realmente o coração da ciência, já que para haver teoria é necessário dialogar com pensadores da área, e isto só é possível com a comunicação entre os cientistas. Neste caso, a ciência depende da comunicação para seu desenvolvimento.

A partir de então, buscar saber como se comportam os cientistas de uma área do saber, significava estudar os meios de comunicação, que podem ser informais e formais. Para Meadows (1999. p. 7), a comunicação informal “é em geral efêmera, sendo posta à disposição apenas de um público limitado” É feita através dos meios não publicados, como conferências, seminários e reuniões, intercâmbios de manuscritos, cartas, nos quais muitas vezes só é possível se obter através do “colégio invisível”, pois para participar de um seminário é exigida uma inscrição, mas para existir uma troca de cartas é necessário que ambos se conheçam e se reconheçam como agentes ativos daquela discussão.

Já a comunicação formal, que por natureza é publicada, já apresenta a característica de estar “disponível por longos períodos de tempo para um público amplo” (MEADOWS, 1999. p. 7), para a comunidade científica. Os livros e os periódicos científicos configuram documentos essenciais da comunicação científica, tendo o último um papel de destaque, já que através da análise destes é possível observar uma área, com estudos que revelem desde os seus temas centrais de discussão até a criação de indicadores sobre o seu crescimento e seu comportamento, pois, para um pesquisador, o periódico é uma forma rápida de manter-se atualizado e de publicar também, garantindo ao autor a sua autoridade diante da obra e da área.

Os primeiros periódicos científicos datam da segunda metade do século XVII, primeiramente o *Journal des Sçavans*, na França, e o segundo o *Philosophical*

Transactions, na Inglaterra, submetidos à Royal Society. De acordo com Meadows (1999, p. 5), os motivos para surgimento destas publicações foram: primeiro, o interesse econômico; segundo, a “crença de que para fazer novos descobrimentos era preciso que houvesse um debate coletivo”; e terceiro e principal, o interesse e a necessidade da existência de comunicação entre os interessados em novas descobertas.

Ambos os periódicos são lançados no mesmo cenário científico, para tentar dar conta das necessidades da comunidade de cientistas à sua volta. No caso inglês, foi influenciado pelas idéias de Francis Bacon, que escreveu em sua última publicação só ser possível desenvolver sua pesquisa em instituições voltadas para este fim. Segundo o autor, tais instituições deveriam manter um trabalho de coleta e análise de informações - alguns dos seus membros deveriam viajar coletando dados e outros deveriam ficar nas sede recebendo-as e resumindo-as para serem divulgadas (MEADOWS, 1999, p. 5).

Apesar das semelhanças na origem, o conteúdo desses dois periódicos era diferente, enquanto o francês se mostrava mais amplo, aberto às diversidades, o inglês afirmava ter interesse apenas em estudos “experimentais”, de caráter científico. No processo de desenvolvimento histórico de cada um esta diferença se intensificou, o periódico francês abriu mais suas possibilidades de temas para publicação, sendo então considerado um precursor do periódico moderno não científico e já o inglês, com sua opção de publicar apenas “experimentos”, foi considerado o precursor do periódico científico, que teve um papel importante no desenvolvimento da ciência, pois além de ter permitido o diálogo entre cientistas, representou a concretização escrita daquilo que achavam ser o ideal científico, com a aplicação de métodos e regras para a publicação, as quais os periódicos científicos sucessores aperfeiçoaram.

Mas o que é um periódico científico? É uma publicação que dissemina, basicamente, artigos científicos, que contenham resultados parciais e totais de pesquisas. Hoje, estes periódicos contam com avaliação que indica sua confiabilidade, com critérios para análise que abrangem, em geral, características extrínsecas, de forma, e intrínsecas, relacionadas ao conteúdo, embora um modelo de análise nem sempre seja restrito a um determinado tipo de critério, podendo haver superposições. (VALÉRIO *Apud.* RIBEIRO, PINHEIRO, OLIVEIRA, 2007.)

Os indicadores extrínsecos estão relacionados à forma do periódico científico e são de fácil mensuração e alguns destes são: tiragem, periodicidade, distribuição, cumprimento de normas técnicas, indexação e padrão gráfico da revista; já os indicadores intrínsecos são aqueles que determinam a qualidade da publicação pelo seu conteúdo, cuja seleção e avaliação são de inteira

responsabilidade do editor. São fornecidos através de dados que correspondem à constituição do corpo editorial da revista, formação acadêmica e origem dos pares, critérios e procedimentos para avaliação dos artigos, nível de qualidade das contribuições, distribuição do conteúdo, ilustrações nos artigos etc. (VALÉRIO *Apud.* RIBEIRO, PINHEIRO, OLIVEIRA, 2007. s/p)

Segundo Ziman (1979), uma vez que o periódico é reconhecido por sua qualidade, este passa a ser aguardado por seu grupo e os seus artigos ganham status, criando, então, vontade maior por parte daquele que deseja expor seu trabalho; já um periódico sem grande expressividade pode passar despercebido pela comunidade.

Por sua vez, um artigo para ser considerado científico deve ser fruto de uma pesquisa que seguiu os parâmetros do seu campo e que dialogue com outros cientistas, além disso, deve seguir parâmetros na forma também. Segundo Price (1976), o formato que o artigo científico adota hoje tem cerca de um século, antes eram “notícias” científicas, como uma simples menção sobre revisões de observações feitas de algo que já havia sido publicado.

No entanto, os periódicos científicos não representam o nascimento da comunicação científica. Segundo Meadows (1999. p. 3), não é possível datar com precisão onde surgiu a comunicação entre os cientistas, desde a Grécia Clássica se pode observar o uso da fala para a produção de ciência, dentro dos parâmetros da época, assim como o uso da escrita para tal, vide os escritos de Aristóteles. Até se chegar ao uso dos periódicos, já na época Moderna, ainda se passou pelo recurso da correspondência; dos jornais; que continham boletins científicos; dos jornais literários; e das “folhas noticiosas”, de caráter oficial e não oficial; além da própria transição do manuscrito para o impresso, que pode ser considerada uma revolução nos sistemas de difusão de qualquer informação. Hoje, o número de periódicos científicos cresceu, os mais conceituados apresentam maior rigor para publicação e cada área do conhecimento tem mais de um título.

Neves (2009) desenvolveu uma pesquisa sobre jornais literários em Portugal e na colônia, no qual constatou a importância dos periódicos para o desenvolvimento da ciência. O *Jornal de Coimbra*, por exemplo, em 1817 já indicava a publicação como um importante elemento para o desenvolvimento das ciências, pois circulavam rapidamente e os sábios tomavam conhecimento do que estava sendo discutido em outros locais, com destaque para o pioneiro *O Patriota*, do Rio de Janeiro, que fazia comentários de livros nacionais e estrangeiros, situando o autor e a obra, e o *Correio Braziliense*, publicado em Londres, com uma seção denominada de “literatura e ciências”, tinha comentários

sobre livros de Medicina, Botânica, Física, Matemática, Química, Mineralogia e História. A autora explica que os periódicos literários “eram essenciais para a promoção das ciências, para o desafio da curiosidade dos homens por muitos assuntos e para o estímulo dos talentos” (NEVES, 2009, p. 58).

Além disso, não se pode esquecer do livro e da censura à leitura, sobretudo porque o primeiro sempre foi um meio clássico de difusão de informação, desde a invenção da escrita e assim permanecendo até hoje. A própria leitura em si sofria com a censura, como explicou Abreu (1999. p. 12), pois era motivo de preocupações do Estado e da Igreja, já que podia conter informações consideradas subversivas à ordem.

No novo contexto social as formas de comunicação estão sendo pensadas por diferentes áreas do conhecimento, a partir de focos diversos, com ênfase para a filosofia moderna. E a comunicação entre os cientistas se insere nesse contexto, então, as várias idéias aqui discutidas, refletem um dinâmica mais ampla, que se movimenta influenciando e sendo influenciada pelo seu ambiente. A ciência, hoje, através do estudo de suas formas e intensidade de comunicação, consegue estabelecer maior conhecimento científico sobre si.

2. 2. Produtividade científica.

Na década de 1960, Solla Price comprovou cientificamente, aquilo que já poderia ser percebido, a ciência crescia. Seus estudos buscavam atender uma necessidade hoje real, a de medir o crescimento científico, observando seus movimentos e tendências, isso porque além desta ser uma construtora de conhecimentos os quais influenciam diretamente o cotidiano da sociedade, é também responsável por gastos da receita de seu país. Pesquisas desta natureza geraram indicadores de C&T, conforme exposto no decorrer desta dissertação.

Hoje se pode notar a consolidação de uma “grande ciência”, que veio se transformando desde o século XVII. Price (1976. p. 2-3) constatou que: primeiro, “a transição da Pequena para a Grande Ciência foi menos dramática e mais gradativa do que parece a primeira vista” e, segundo, um “aspecto importante do crescimento da ciência é sua surpreendente rapidez, não importando a maneira de medi-la”.

Mas como medir a ciência e seu crescimento? Uma possibilidade é por meio da quantificação de dados. Price (1976. p. 5, 9) analisou aproximadamente o número de cientistas ao longo do tempo, sua produção e o surgimento das universidades na Europa,

tornando possível saber mais sobre o “mundo científico”. Ele concluiu que se contados os cientistas do passado, com os ainda vivos, o crescimento deste grupo foi tamanho que sua “duplicação contínua, aproximadamente a cada 15 anos, que conduziu à presente era científica, é responsável pela peculiar contemporaneidade que nos permite dizer que a maior parte da ciência é atual e que a maioria dos seus praticantes estão ainda vivos”. Esta é uma análise numérica e o período de sua duplicação é menor do que a média de vida ativa de um cientista.

Outra característica da ciência é que se fundamenta em saberes acumulados. Isso significa afirmar que a cada geração que surge aumenta o potencial de produção, de especialização e de novas áreas do saberes que, por sua vez, ao serem geradas, necessitam de mais pesquisas e mais sistemas de controle do que é produzido. Além disso, o seu crescimento demandará mais investimento, traduzido em mais gastos para os seus financiadores e para o Estado.

Apesar de sua obra ser da década de 1960, Price ainda representa um alicerce para os estudos sobre os pesquisadores, com a sua “ciência da ciência”, pois a partir de sua reflexão foram construídas novas formas de pensar a produção de pesquisadores, o que culminou em novos segmentos de estudos.

2.2.1 Estudos bibliométricos.

A primeira forma de analisar quantitativamente a produção científica foi chamada de “bibliografia estatística”, depois evoluindo para Bibliometria, nomenclatura cunhada por Paul Otlet em 1934. Para o autor, Bibliometria consistia na " parte definida da bibliologia que se ocupa da medida ou quantidade aplicada aos livros" (OTLET *apud* PINHEIRO, 1983. p. 60), surgindo da necessidade de estudar e avaliar as atividades de produção e comunicação científica. Segundo Braga (1987. p. 103), para Otlet a Bibliometria era “a mensuração do objeto - livro, essencialmente: número de palavras por página, linhas por página; formatos; pontos tipográficos, peso do papel, preço”. Seu objetivo era “concernir à economia do livro (papel, páginas, volumes, tiragens); à psicologia e à sociologia da inovação, pelas bibliografias de autores ou de movimentos célebres” (OTLET *apud* BRAGA. 1987. p. 103). No entanto, Pinheiro destaca (1983) que é atribuída a Pritchard, em 1969, a criação do termo "Bibliometria", no sentido em que hoje é aplicada.

Atualmente, os estudos bibliométricos são considerados indicadores da produção científica, sendo fundamentais para o acompanhamento do crescimento das ciências.

Para Mugnaine, Jannuzzi e Quoniam (2004, p. 124) os indicadores bibliométricos são “medidas quantitativas baseadas na produção bibliográfica realizada por pesquisadores e seus grupos de pesquisa, que têm um papel de destaque e passam a ter importância crescente dentro de sistemas nacionais de indicadores”. Servem para avaliar a produtividade científica, a eficácia de um programa de C&T e seu impacto na própria ciência e no contexto econômico e social de um país.

Sobre os indicadores, Mugnaine, Jannuzzi e Quoniam, (2004, p. 124) citando Velho, explicam que estes, na C&T “são medidas quantitativas que buscam representar conceitos muitas vezes intangíveis dentro do universo do fazer da ciência e da tecnologia”, surgidas no contexto do pós a Segunda Guerra Mundial para tentar dimensionar os investimentos (insumo). A partir da década de 1960 foram desenvolvidos estudos também para gerar indicadores de impactos (resultados), pois assim poder-se-ia avaliar se há um retorno deste investimento. O indicador de C&T é uma analogia do indicador social e econômico.

Em função da Bibliometria ser um processo de mensuração, esta se utiliza de métodos estatísticos de avaliação e contagem, pois isso, ao longo de sua evolução foram construídas e reconstruídas leis matemáticas para a apuração e avaliação dos dados levantados. Para Pinheiro (1983, p. 60 - 61), “os estudos neste campo desenvolveram-se principalmente nos últimos dez anos, derivados de leis empíricas já existentes”, pois “se essas leis são modelos, por certo tempo, não são definitivas e podem ser reformuladas” e são utilizadas por novos cientistas que as adaptam às novas necessidades e realidades. Entre as leis formuladas pode-se destacar três: a Lei de Lotka, de 1926 (mede a produtividade dos cientistas), a Lei de Bradford de 1934 (lei de dispersão do conhecimento), e a Lei de Zipf de 1949 (modelo de distribuição e frequência de palavras num texto).

Segundo Urbizagástegui (2009, p. 112) a Lei de Lotka baseia-se na análise “do crescimento da literatura produzida sobre a produtividade dos autores”, na qual se as publicações seguirem um padrão tradicional no processo de comunicação, poderá ser identificada e descrever a *elite* da área. Foi baseado nesta concepção que Price (1976) propôs a Lei do Elitismo, afirmando que “o número de membros da elite corresponde à raiz quadrada do número total de autores, e a metade do total da produção é considerado o critério para se saber se a elite é produtiva ou não”. (ARAÚJO, 2006, p. 14-15).

Desde a sua formulação, em 1926, a Lei de Lotka vem sendo aplicada em diversos estudos de diferentes áreas e até 2003, “aproximadamente 390 trabalhos entre artigos, capítulos de livros, comunicações em congressos e literatura cinza tinham sido produzidos criticando, replicando e/o reformulando esta lei bibliométrica” e, apesar da intensa produção sobre o assunto, parece não haver um resultado satisfatório, pelas contradições e conflitos existentes. (URBIZAGÁSTEGU, 2008. p. 89).

Desvios significativos da forma original observada por Lotka têm sido encontrados na prática e sugerido que a formulação do quadrado inverso seja teoricamente suspeita. Isto fez com que o modelo do quadrado inverso - ignorado e considerado apenas como uma curiosidade estatística por muito tempo - tenha se convertido em tópico de pesquisa intensiva. (URBIZAGÁSTEGUI. 2008. p. 89).

A Lei de Bradford, ou lei de dispersão, está relacionada a conjuntos de periódicos e visa saber a quantidade de artigos de um assunto científico específico apareciam em periódicos destinados a outros assuntos. Seu princípio fundamenta-se:

No princípio de unidade da Ciência, pelo qual todo assunto científico relaciona-se, mais ou menos remotamente, com outro assunto científico qualquer. Assim, os artigos especializados aparecem não somente nos periódicos de sua especialidade, mas, ocasionalmente, em outros. Conseqüentemente, pode-se ordenar revistas segundo zonas de produtividade decrescente de documentos sobre um determinado assunto e o número de revistas em cada zona aumentará na medida em que a produtividade diminuir. (PINHEIRO, 1983. p. 62)

Segundo Pinheiro (1983), que dedicou sua dissertação à reformulação da Lei de Bradford, as inquietações de Bradford estavam relacionadas ao fato de menos da metade dos documentos científicos úteis publicados serem resumidos nos periódicos secundários, e que mais da metade das descobertas e invenções úteis seriam apenas registradas, não tendo uma utilização prática de disseminação da informação científica.

A Lei de Bradford é muito aplicada nas práticas de bibliotecas para o estudo de coleções e de políticas de aquisição. Entre as reformulações da lei, destaca-se a o trabalho, já mencionado, desenvolvido por Pinheiro (1982), pois a autora acrescentou à lei o conceito de produtividade relativa.

A terceira lei é a Lei de Zipf, que busca, a partir de cálculos, saber o assunto de um documento. Com o auxílio do Ponto de Transição (T) de Goffman, Zipf cria o princípio de menor esforço, que se baseia na frequência de palavras num texto, no qual

existe uma regularidade de proporção entre as mais e as menos usadas, sendo as mais citadas as indicativas do assunto. (URBIZAGÁSTEGUI, 1984 p. 91).

Além destas leis, outras investigações foram desenvolvidas com base em métodos e leis da Bibliometria, com destaque aos estudos desenvolvidos por Goffman e Newill, em 1967, que explicam a propagação de idéias dentro de uma determinada comunidade e os diversos estudos de análise de citação, que medem o impacto de uma determinada literatura numa área do conhecimento (ARAÚJO, 2006).

No Brasil, a Bibliometria foi muito desenvolvida na década de 1970, principalmente pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia (IBBD), hoje intitulado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e já durante a década de 1980 o uso destas técnicas foi diminuindo. Hoje, com as possibilidades de adoção de softwares específicos para análises bibliométricas, há uma retomada desse método, largamente utilizado para o acompanhamento do crescimento da ciência. (PINHEIRO, 2008.b. p. 7) A própria existência da International Conference on Bibliometrics and Theoretical Aspects of Information Retrieval, na Bélgica, no ano 1987, já expressa a intenção dessa revitalização. Isso porque por meio dos repositórios bibliográficos e dos sistemas de cadastros *on line* de cientistas, a tarefa da mensuração bibliográfica torna-se mais exequível, se comparada à tarefa árdua de um trabalho manual.

As tecnologias da informação trouxeram uma nova expectativa às possibilidades de pesquisas sobre a produção da ciência, pois a própria tecnologia cria novas probabilidades, como os sistemas informação integrados, onde os metadados em bases digitais permitem a recuperação de informação de diversas formas. Essas novas dimensões levaram as discussões sobre quais os métodos devem ser utilizados para a mensuração da informação.

Nesse novo contexto surgiram nomenclaturas para a mensuração, com termos que só fazem sentido na nova conjuntura tecnológica, como informetria e webometria. Segundo Egghe (2006), todos os termos referem-se a estudos métricos, sendo diferidos pelos seus objetivos, no caso a informetria engloba a cientometria, webometria e a Bibliometria, pois funciona:

Como um termo mais amplo, abrangendo todos os estudos métricos relacionados com a Ciência da Informação, incluindo Bibliometria (bibliografias, bibliotecas...), cientometria (política científica, análise de citação, avaliação de pesquisa...) webometria (métricas na web, na internet e outras redes sociais, tais como citação e redes de colaboração) (EGGHE. 2005. p. 1-2).

O importante é perceber que análises métricas produzem informações “concretas”, transformando-se em indicadores do comportamento daquilo que mensuram. No caso da Bibliometria, esta é uma produtora de indicadores de produtividade intelectual dos cientistas que, por sua vez, é reflexo do desenvolvimento de uma área de conhecimento. A retomada das metrias surgiu com um novo discurso, de que o uso de medidas e números é relevante para se conhecer uma área. Por um lado, o ideal à pesquisa parece ser a mescla entre a qualidade e a quantidade, pois uma avaliação apenas qualitativa é subjetiva demais e, por esta razão, tem sua cientificidade questionada, por outro, uma avaliação somente quantitativa não leva em consideração as variantes, relatividades e historicidades (SEVERINO, 2007).

O trabalho de Mugnaine, Jannuzzi e Quoniam, (2004. p. 126) sobre a produção científica brasileira a partir da base Pascal, na França, demonstrou a eficiência das tecnologias de informação e comunicação. Estas tecnologias estão abrindo grandes perspectivas à Bibliometria e aos estudos da produtividade científica, sobretudo através da base Pascal, que “indexa publicações predominantes das ciências naturais e tecnológicas” e “cobre parte significativa da produção científica nacional”. Com esta ferramenta é possível conhecer melhor o comportamento das áreas de abrangência, e mais, tornou possível constatar um “aumento expressivo” das publicações científicas nos últimos 20 anos.

Mugnaine, Jannuzzi e Quoniam (2004, p. 127.) realizaram um levantamento dos trabalhos indexados da base no intervalo de tempo de 18 anos, de 1983 a 2000, em que foi possível perceber o aumento contínuo da participação brasileira, com ênfase na década de 1990. Uma das possibilidades explicativas para o aumento de trabalhos indexados está no próprio crescimento da ciência, como a “ampliação da oferta de bolsas de fomento, incentivos e sistemas de avaliação de méritos nas universidades” e a outra se deve à ampliação da base bibliográfica.

Em relação às características da produção em si, foi demonstrada a concentração geográfica produtiva, predominando São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para o crescimento de Minas Gerais. Estes três Estados juntos correspondem a 74% da produção nacional. Além disso, foi possível saber também da existência de uma predominância absoluta dos trabalhos na língua inglesa. (MUGNAINE, JANNUZZI e QUONIAM, 2004. p. 128).

Mugnaine, Jannuzzi e Quoniam (2004. p. 125), destacam que a escolha da base foi em função desta ser “uma das poucas fontes multidisciplinares” representativas. No decorrer de seis anos, esta informação tornou-se questionável, pois a Plataforma Lattes, que não detinha expressividade, hoje evoluída e sendo responsável por registrar a vida acadêmica dos pesquisadores do Brasil.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa na Base Pascal abarca principalmente as áreas de Ciências Naturais e Tecnológicas, com um pequeno registro nas áreas de Ciências Sociais e Humanidades, necessitando de pesquisas que as enfoquem. Este tema será abordado no próximo tópico.

2. 3. Produtividade científica em História.

Em 2005, a professora adjunta de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UNB), Suzana Mueller, publicou os resultados de sua pesquisa sobre a produção de conhecimento no Brasil, buscando identificar os canais preferenciais das diversas áreas do saber, a partir do currículo *Lattes* dos bolsistas do Programa Pós-Doutoral no Exterior, da CAPES, para aquilatar se havia alguma proximidade ou disparidade entre as mesmas.

A autora justificou sua pesquisa afirmando ser necessário estabelecer padrões de produção e produtividade de pesquisadores, para que os mesmos sejam utilizados na formulação de critérios de avaliações às deferentes ciências, pois, segundo Mueller (2005), é possível criar um critério adequado quando se reconhece sua forma de comportamento.

Em relação à avaliação da produtividade, para Mueller (2005 s/p.), existem os defensores de um padrão único para todas as áreas, reconhecendo como o “padrão ideal” de produção o estabelecido na Física, em que o pesquisador deve ter como meta publicar em periódicos internacionais e em inglês, ou em idiomas de ampla aceitação. Por outro lado, existem aqueles que “advogam adequações às especificidades de cada área”, principalmente os integrantes das Ciências Sociais e das Humanidades, pois argumentam que formas diferentes de produção do conhecimento demandam formas diferentes de comunicação, logo, também de avaliação.

Para trazer o debate acerca da questão do comportamento, Mueller (2005) lembra que Meadows (1999) já havia indicado ser a tarefa de comparar determinados comportamentos, descabida, pois cada grupo agrega valores próprios na produção, de

acordo com suas necessidades - cada área adota suas próprias formas de pesquisar e de se comunicar.

No entanto, se por um lado, as comparações são descabidas, por outro, proporcionam algum tipo de parâmetro, mesmo que seja para posteriormente concluir que não existia similaridade. Pinheiro (1997), em sua tese, sobre aspectos epistemológicos da Ciência da Informação, no qual disserta sobre os conceitos, métodos e princípios, leis e teorias da área, retoma a discussão da reformulação da Lei de Bradford, proposta pela mesma autora no ano de 1982, no qual se questiona, se seria possível ser aplicada a lei em uma área de conhecimento na qual não foi gerada originalmente.

Quando em 1982 apresentamos dissertação de mestrado em Ciência da Informação, propondo uma reformulação conceitual da Lei de Bradford, a grande questão que ficou em aberto foi se uma lei, originalmente aplicada em informação gerada numa área como a Geofísica Aplicada e Lubrificação, teria validade ou poderia chegar aos mesmos resultados em informação de outros campos do conhecimento como Medicina, Engenharia e Filosofia, se as ciências têm suas similaridades mas diferem, substancialmente, na sua natureza, processos, teorias e metodologias? (PINHEIRO, 1997. p. 1.)

Os questionamentos da autora perpassaram tanto por aspectos gerados internamente nas comunidades científicas, quanto pela própria interação dinâmica e constante do homem com o seu meio, seja o científico, seja o social e político.

[...] como tratar uma ciência social cujo objeto, informação, é produzido pelo homem e também por ele absorvido, num ciclo autofágico, dinâmico e singular? Se este homem faz parte de comunidades científicas com padrões específicos de comunicação e busca de informação e cânones próprios na estrutura da literatura, decorrência natural da essência e "etnografia" de cada campo do conhecimento? Ou se o indivíduo, parte integrante de uma determinada cultura e circunstâncias educacionais, sociais, políticas e históricas bem definidas reage aos estímulos de informação de acordo com esses fatores determinantes? (PINHEIRO, 1997. p. 1.)

Os dados obtidos pela pesquisa desenvolvida por Mueller (2005) corroboram a visão defendida por Meadows (1998) e de Pinheiro (1997), pois as oito grandes áreas classificadas pelo CAPES apresentam comportamentos internos típicos, contendo algumas proximidades. As áreas cadastradas pela CAPES são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia, Ciência da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguísticas, Letras, podendo-se fazer um reagrupamento, transformando-as em três grupos: "Ciências Normais ou

Experimentais”, “Tecnologias e as Ciências Aplicadas”, e “Ciências Sociais e Humanas”. (MUELLER, 2006. s/p.)

Os resultados apresentam distinções: as ciências normais ou experimentais, apesar das diferenças entre si, geralmente são conduzidas por equipes, apoiadas em paradigmas aceitos universalmente e produzem artigos não muito longos, publicando prioritariamente em periódicos de circulação internacional e em língua inglesa; já nas áreas de tecnologias e de Ciências Aplicadas, percebe-se o freqüente uso de relatórios e congressos, chegando ao “mesmo prestígio que artigos científicos ou capítulos de livros em outras áreas”; e, por fim, a área de Humanidades, com um comportamento bem peculiar, pois “parecem produzir textos mais longos e não necessariamente publicados como artigos, mas também são importantes os capítulos de livros e livros, freqüentemente assinados por apenas um pesquisador”. Além disso, suas bases teóricas e metodológicas não seguem um padrão único, podendo haver a coexistência de correntes de pensamento divergentes e do uso de métodos quantitativos e qualitativos “em suas várias versões e uso de diversas combinações”. (MUELLER, 2005. s/p.)

Quadro 1: Total de documentos por tipo e grande área do saber, de bolsistas de pós-doutorado no Exterior em 2003 (1995 – 2002).

Grande Área	Periódicos Estrangeiros	Periódicos Nacionais	Anais de Congresso Estrangeiro	Anais de Congresso Nacional	Livros	Capítulo de Livros
Ciências Exatas e da Terra	516	282	133	238	13	20
Ciências Biológicas	152	71	28	31	2	22
Engenharia	109	111	409	589	12	45
Ciências da Saúde	198	199	14	71	20	92
Ciências Agrárias	49	330	33	190	27	48
Ciências Sociais Aplicadas	46	104	21	46	36	76
Ciências Humanas	114	<u>479*</u>	69	232	<u>201*</u>	<u>282*</u>
Linguística, Letras e Artes	49	185	32	30	52	101

Fonte: Mueller (2005. s/p.) * Grifo nosso.

O quadro explicita a disparidade entre os números absolutos de publicações entre as áreas, sendo notável o elevado número de periódicos nacionais, livros e capítulos de livros apresentados pelas Ciências Humanas. Nesta área, a publicação de livros é quase quatro vezes maior que a segunda que mais publicou este tipo de comunicação, no caso a Lingüística, Letras e Artes, campo mais próximo das Humanidades, como explicou Mueller (2005):

Pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e de Lingüística, Letras e Artes apresentam preferências semelhantes: o canal mais freqüente são os periódicos nacionais seguidos dos capítulos de livros. Mas diferem um pouco a partir daí: as preferências dos pesquisadores das Ciências Humanas são, pela ordem, congressos nacionais, livros e periódicos estrangeiros, enquanto Lingüística, Letras e Artes deram preferências aos livros seguido de periódicos estrangeiros e depois congresso nacional. Pesquisadores das duas publicaram apenas marginalmente em anais de congressos estrangeiros. (MUELLER, 2005. s/p)

O comportamento diferenciado das Ciências Humanas demanda a existência de pesquisas voltadas à área, para que seja possível conhecer os seus padrões de comunicação e as suas necessidades.

No campo das Ciências Humanas, hoje (2010), segundo a classificação do CNPq, 10 cursos são vinculados à área: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia e Teologia, áreas tradicionais da produção do conhecimento.

Na História, duas pesquisas bibliométricas voltaram-se à área no Brasil e se propuseram a estudar a produção científica dos historiadores, sendo a primeira da década de 1980, desenvolvida por Helena Ferrez e a segunda da década de 1990, por Irene Brasil, em que ambas constataram o não enquadramento da área entre as ciências.

A pesquisa de Helena Ferrez (1981. p. 23.), objetivou “estudar a literatura contemporânea de História do Brasil e detectar padrões de comportamentos, especificamente no que se refere às citações e citados”. Sobre a literatura citante, relativa às citações, a autora almejou conhecer o perfil da comunidade a qual pertencem os historiadores, verificar a função do periódico na área de História, e identificar possíveis tendências temáticas na historiografia. Já em relação à literatura citada buscou estabelecer padrões relacionados à existência ou não de um equilíbrio no uso de documentos primários, as formas físicas da literatura, o local de publicação ou de localização dos documentos e a distribuição dos títulos citados.

Esta pesquisa na área de História foi desenvolvida em sua dissertação, na qual detectou que existia um número grande estudos bibliométricos voltados às áreas

concentradas nas Ciências Naturais, mas não nas Ciências Humanas, sendo encontrado na História, até então, apenas duas pesquisas deste caráter, referentes à análise de citação (FERREZ, 1981. p. 23). O primeiro é uma tese de doutorado defendida na Universidade de Chicago, de 1951, de McAnally em que:

Analisa as características dos materiais usados na pesquisa de História dos Estados Unidos, através das referências encontradas em livros publicados naquele país nos anos de 1903 e 1938, e em periódicos no ano de 1948. [...] a literatura citada é vista principalmente quanto a forma, local de publicação, área de assunto, media de tempo entre as datas de publicação do material citado e a data em que se sabe que este material foi utilizado, e títulos mais importantes, visando sobretudo a dar subsídios aos administradores de bibliotecas especializadas no assunto, quanto às necessidades de seus usuários. (FERREZ, 1981. p. 24)

O segundo trabalho encontrado por Ferrez foi um artigo de Jones, Chapman e Woods (1972), sobre análise de citação, dos periódicos ingleses especializados em História da Inglaterra, com o mesmo enfoque de McAnally. No Brasil, não se encontrou nenhum trabalho exclusivamente dedicado à mensuração na História (FERREZ, 1981. p. 24), mas sim uma publicação denominada *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*, de José Roberto do Amaral Lapa (1976). Este autor buscou analisar o campo de forma geral, na sua primeira parte “avalia as tendências e perspectivas da nossa historiografia atual, por meio de estudo quantitativo dos trabalhos de História do Brasil em geral, realizados ou em curso de realização e dos títulos lançados no mercado editorial, tendo em vista suas grandes linhas temáticas”. (FERREZ, 1981. p. 24).

Em sua pesquisa foram escolhidos os *Anais de História, Estudos Históricos, Revista de História* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, entre os anos de 1975 e 1976, utilizando a Bibliometria como metodologia. Foram levadas em contas outras leis e discussões de autores sobre a área.

A partir de uma pesquisa densa de dissertação, Ferrez (1981) publicou seus resultados como artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, incluindo a discussão detalhada das informações obtidas, sendo possível chegar a conclusões pertinentes ao conhecimento do funcionamento da Ciência Histórica. Entre estes foi constatada a existência de uma concentração da comunidade analisada no Rio de Janeiro e principalmente São Paulo e mais, vinculadas à universidade; a predominância da historiografia tradicional; a participação de autores tanto “autodidatas” quanto acadêmicos, demonstrando assim a importância da Universidade

para a produção historiográfica; a predominância de pesquisa sem colaboração, com publicações individuais; a baixa produtividade; o predomínio do Império como tema de estudo; a atuação de outros cientistas sociais na área como sociólogos, economistas e antropólogos; e a presença de fontes primárias - documentos produzidos no período estudado e que servem de material para a pesquisa histórica.

Sobre as escolhas de temas a serem desenvolvidos e a vinculação do historiador com a universidade, cabe explicar a existência de uma tendência natural pela opção de temas abordando a História Regional, primeiro, por haver uma valorização da cultura local e, segundo, pela limitação do historiador, dependendo diretamente da existência de fontes primárias para dar continuidade à sua pesquisa. Já quanto à questão envolvendo a produtividade, deve ser mencionado que a capacidade produtiva de um pesquisador não está relacionada somente à “habilidade intrínseca do cientista, mas também com suas motivações para a pesquisa, o que parece ocorrer mais frequentemente no meio acadêmico. Nas Universidades a publicação de trabalhos é um item importante para a promoção e prestígio” (FERREZ, 1981. p. 53, 65)

Além desses resultados, outros também foram encontrados, como a não “predominância de nenhum tipo de documento” e a demonstração do periódico não ser o “principal veículo de comunicação formal dos historiadores”, apesar da revista especializada em História não divergir do periódico científico, ao mesmo tempo em que não se limita à publicação de novas informações ou artigos. Em relação à nacionalidade e origem do material, foi observada na produção a presença de documentos históricos de Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Estados Unidos.

Esta pesquisa possibilitou a constatação de ser a Ciência Histórica uma área que apresenta um padrão de comunicação diferenciado das outras ciências, impossibilitando “a sua generalização, pelo menos no que diz respeito à pesquisa em colaboração, produtividade de autores, número médio de referências por artigo, tipo de material bibliográfico mais utilizado, núcleo de literatura e frente de pesquisa”. A História apresentou uma peculiaridade em relação à utilização de referências, pois segundo a autora, “as referências bibliográficas exercem duplo papel, no sentido de que ora são o próprio material de estudo, ora são a literatura, que serviu de subsídio ao historiador”. Este fato é explicado pela História ter também como objeto de interesse a evolução científica inclusive a sua própria.

A utilização de fontes primárias e secundárias na produção do conhecimento histórico é peculiar. A fonte primária é um documento que apresenta elementos

representativos de seu tempo, mesmo não havendo uma intenção preestabelecida de utilização futura à História, já a fonte secundária é relativa a obras intencionais produzidas a partir de um processo de análise sobre um determinado assunto.

Porém, a relação com a fonte secundária pode ser relativizada, como pôde constatar Ferrez, quando observou o uso de bibliografia em dupla função. Isso se justifica pelo reconhecimento dos “processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico” e da História “*também* ser uma prática social”. As interpretações do historiador podem ser, posteriormente, objeto de um colega de profissão de gerações posteriores, pois é constatada a visão de que “um mesmo passado muda segundo as épocas” e que o “historiador está submetido ao tempo em que vive” (LE GOFF, 2003. p. 11 e 13).

O trabalho de Ferrez (1981) representou uma pesquisa inédita para a área de História, tanto metodologicamente quanto do seu objetivo, sendo de suma importância tanto para historiografia, quanto para a Bibliometria, pois indicou que um campo científico pode se comportar de forma diferente. Evidenciou a necessidade de desenvolvimento de pesquisas bibliométricas em outras áreas, assim como na própria História, já que sua pesquisa apresentou uma limitação de tempo, tendo mensurado apenas dois anos de produtividade e por ter se dedicado à análise de um canal de comunicação que demonstrou não ter expressividade na área.

Já a pesquisa desenvolvida por Brasil (1992), também em dissertação de mestrado, intitulada *Estruturas bibliométricas e fontes historiográfica no setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa*, de 1992, foi estudada a literatura produzida e citada por historiadores e suas trajetórias profissionais dentro dessa fundação, como o tempo de vinculação institucional e formação acadêmica. A partir dos dados foi possível mais uma vez observar o comportamento peculiar da área de História.

Os resultados obtidos vão ao encontro da pesquisa de Ferrez, pois foi possível perceber a predominância de publicações de autorias individuais; a não expressividade dos periódicos, existindo uma dependência maior da literatura não seriada; e uma diversidade grande de tipos documentais. Brasil (1992) concluiu, ainda, a partir dos tipos de publicação e da análise de citações, que a área não apresenta um paradigma único e que o canal mais utilizado para a disseminação de trabalhos é o livro.

Estes não foram os únicos trabalhos que tiveram como objeto o estudo da produção historiográfica, afinal este é um exercício constante entre os próprios historiadores, porém, as pesquisas de Ferrez e Brasil são singulares porque se dedicaram

a mensurar e observar os canais preferenciais de comunicação, possibilitando conhecer os padrões produtivos da área.

3. Objetivos.

Objetivo Geral:

- Mapear e caracterizar a produção científica de pesquisadores de História de Instituições de Ensino Superior no Brasil, identificando os padrões e os canais de comunicação preferenciais e as tendências atuais de pesquisa, de forma a gerar indicadores para o planejamento do ensino e da pesquisa da área.

Objetivos Específicos:

- Identificar Programas de Pós-Graduação em História em instituições de ensino superior, recomendados pela CAPES, observando a concentração geográfica e de produção científica.

- Identificar a tipologia documental da produção científica de professores e pesquisadores de História e estabelecer tanto padrões gerais quanto específicos de área.

- Analisar as questões estudadas na área, nas suas flutuações no tempo, identificando lacunas e concentrações, a fim de orientar as políticas de ensino e pesquisa de História.

4. Metodologia.

Esta é uma pesquisa de caráter exploratório, pois em função da falta de pesquisas na área, foi necessário dimensionar a área de História, e para tal foram utilizados métodos bibliométricos para analisar o perfil da produção historiográfica no Brasil, entre os anos de 1985 a 2009, a partir dos pesquisadores de produtividade 1 (A,B,C e D) e sênior do CNPq, cadastrados em 2010, sendo todos vinculados a uma Instituição de Ensino Superior, nos programas de pós-graduação localizados no Brasil.

A partir da lista gerada pelo CNPq, de bolsistas de produtividade da área de História foram selecionados os nomes dos pesquisadores que constituiriam a amostra da pesquisa. O critério adotado de inclusão do historiador foi baseado na sua inserção na condição de sênior e de pesquisador de produtividade do CNPq, sendo excluídos todos os pesquisadores de categoria 2. Em paralelo foram levantados os programas de pós-graduação em História, no Brasil, reconhecidos pelas CAPES, nos quais foram aplicados, para seleção dos pesquisadores, os critérios já mencionados (bolsistas seniores e de produtividade 1). No caso dos programas de pós-graduação selecionados foi feito um levantamento e análise das informações relacionadas à sua criação e avaliação na CAPES.

Sobre os bolsistas foram empreendidas análises quantitativa e qualitativa das suas respectivas formações, linhas de pesquisa e questões estudadas na área, bem como a sua produção bibliográfica, observando flutuações de suas características, com o agrupamento de produção científica em cada cinco anos, no período coberto pela pesquisa, 1985 a 2009, assim distribuído: 1985-1989, 1990-1994, 1995-1999, 2000-2004 e 2005-2009. Nesta decisão foi considerado o impacto dos sistemas informatizados na ciência e tecnologia, de um modo geral e, no caso desta pesquisa, na historiografia brasileira.

4. 1. Critérios de seleção e fontes utilizadas.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), criada em 1951 com o objetivo de fomentar a “pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos para a pesquisa no país”. Sua trajetória histórica está “diretamente ligada ao

desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil contemporâneo”⁴ e segundo Romani (1982. s/p), sua fundação representou um importante marco nas relações “Estado-ciência”, institucionalizando o papel do Estado “enquanto patrocinador direto de pesquisas”.

A autora destaca ainda que o desenvolvimento do CNPq proporcionou a consolidação da categoria “cientista” como profissão, já que o auxílio à “pesquisa e a concessão de bolsas revelaram-se, desde o início, como uma das atividades principais do Conselho, as quais se assegurava a maior parcela de recursos”, possibilitando ao cientista sua dedicação integral (ROMANI, 1982. s/p.).

Atualmente, o CNPq oferece 41 tipos de bolsas diferentes, todas vinculadas ao desenvolvimento do conhecimento, divididas em duas grandes categorias, primeira: “Bolsas Individuais”, que por sua vez está subdividida em quatro, “no país” de “Fomento Científico” (12 modalidades), “no país” de “Fomento Tecnológico” (11 modalidades), “no exterior”, de “Fomento Científico” (cinco modalidades) e “no exterior”, de “Fomento Tecnológico” (duas modalidades); e a segunda: “Bolsas por Quota”, que por sua vez é distribuída às instituições (cinco modalidades), aos cursos (três modalidades), aos pesquisadores (duas modalidades) e às FAPs (Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa – uma modalidade).

Dentre as Bolsas oferecidas, destaca-se a bolsa individual no país de fomento científico, classificada como Pesquisador de Produtividade (PQ) voltada ao financiamento dos cientistas reconhecidos como referências em seus campos de construção de conhecimento científico, considerados a elite produtora do país. No relatório da instituição financiadora de outubro de 2010, 76 áreas foram contempladas, porém o auxílio não é distribuído uniformemente (ver anexo D).

Existe uma concentração de bolsas, principalmente nas áreas de Física, com 868 bolsas, 100 a mais que a segunda colocada, Agronomia (746), Química (689), Medicina (497) e Geociências (424), representando 24% das bolsas concedidas nessa categoria. Este dado confirma uma tradição da instituição financiadora, pois como observou Romani (1982) em estudo sobre a atuação do CNPq (1951, até a primeira metade da década de 1970) existia no período a predominância de incentivos financeiros primeiro às Ciências Biológicas, depois à Física, e à Química, fatos na época que eram explicados possivelmente em função da tradição das Ciências Biológicas no país e pelo

⁴ CNPq. “Apresentação”. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>>. Acesso em 18 de jul. de 2010.

esforço nacional de desenvolver a energia nuclear. Afinal, um “dos fatores que contribuíram para a criação do CNPq” foi o “problema da energia nuclear”, sendo até criada em 1956 dentro do Conselho uma Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Nesse mesmo trabalho Romani (1982. s/p) observou que as Ciências Sociais obtinham os percentuais mais baixos de bolsas, o que também pode ser observado atualmente. A primeira área, das Humanidades, é a Educação (331), sétimo lugar do ranking, destacando-se que este campo é responsável pela formação educacional do país, inclusive dos futuros cientistas; o segundo lugar entre as Ciências Humanas é a Psicologia (285), em décimo lugar e em terceiro, entre as humanidades, está a História, no 19º lugar do ranking total, com 211 bolsas.

Os pesquisadores do CNPq podem estar nos níveis um e dois, e entre os níveis um, podem ser 1A, 1B, 1C e 1D, sendo a 1A o nível mais alto, e depois de 15 anos sendo 1A ou 1B, pode-se chegar a Pesquisador Sênior. Entre os pesquisadores 1, a situação das Ciências Humanas fica mais excludente, a Educação cai do sétimo lugar, para o décimo (118 pesquisadores 1) e a História cai do 19º para o 30º (67 pesquisadores), ficando abaixo da Sociologia, em 26º lugar (78 pesquisadores) (ver anexo E). Como a comunidade de historiadores é o objeto de estudo desta pesquisa, nos próximos tópicos foram traçados e analisados mais detalhadamente o seu perfil e sua produtividade.

Destaco que na tabela de relatório (anexo D) do CNPq, apacerem 211 pesquisadores de produtividade, mas na listagem divulgada com os nomes, estes somam 216 (contando com os seniores) e entre os PQ1, o relatório informa 67 (ver anexo E), mas na listagem estes somam 68. Nesta pesquisa foi considerado o total obtido na listagem dos nomes.

O motivo da seleção das categorias bolsista sênior e bolsista de produtividade 1, foi em função do fato de representarem o mais alto nível de produtividade, estabelecido pelo órgão de pesquisa nacional, o CNPq, correspondendo “aos pesquisadores que se destacam entre seus pares”, passando por constante avaliação e aos quais são concedidas bolsas de produtividade sênior e 1, visando a excelência na produção científica. Os requisitos estabelecidos pelo CNPq que habilitam o pesquisador a receber bolsa de produtividade são os seguintes:

- a) possuir o título de doutor ou perfil científico equivalente; b) ser brasileiro ou estrangeiro com situação regular no país; c) dedicar-se às atividades constantes de seu pedido de bolsa; e d) poderá ser aposentado, desde que mantenha

atividades acadêmicas oficialmente vinculadas a instituições de pesquisa e ensino.⁵

Os critérios norteadores da inserção dos pesquisadores, nas categorias sênior, 1 e 2 referem-se a diferentes atividades de pesquisa e pós-graduação:

a) produção científica dos candidatos; b) formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação; c) contribuição científica e tecnológica e para a inovação; d) coordenação ou participação em projetos de pesquisa; e participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica.⁶

De acordo com os critérios, o candidato poderá ser classificado em diferentes categorias, como já foi mencionado, e níveis. Em cada categoria os critérios específicos são: Pesquisador Sênior (quinze anos, no mínimo, como bolsista 1, em níveis A ou B); Pesquisador 1 (oito anos, no mínimo, de doutorado) e Pesquisador 2 (três anos, no mínimo, de doutorado) e os níveis, apenas para os classificados na categoria 1, variam na seguinte escala crescente D, C, B e A.

Para a diferenciação de categorias e níveis, além dos requisitos e critérios acima descritos, são avaliados ainda:

- Na categoria 1, em níveis A, B, C e D, é concedida ao pesquisador que demonstre nos últimos 10 anos ter:

Gradual inserção nacional e internacional, por meio de palestras e assessorias *ad hoc* a revistas nacionais e internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, bem como envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês assessores estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessoria de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou em plenárias de congressos.⁷

Para os níveis C e B será avaliada a:

Contribuição na organização de grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação de sua instituição. Destes pesquisadores, espera-se que participem de forma significativa em atividades de pesquisa em suas instituições e, no caso dos pesquisadores B, em órgãos de fomento à pesquisa.⁸

⁵ CNPq. "Normas de Bolsa de Pesquisadores de Produtividade". Disponível em: <http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm>. Acesso em 18 de jul. de 2010.

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*

E o nível A:

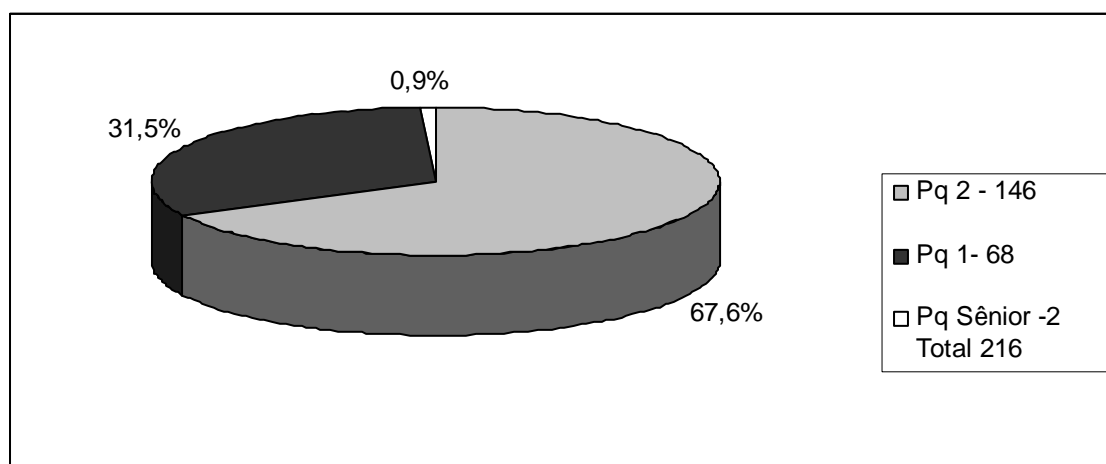
É reservado a candidatos que tenham mostrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados. O perfil deste nível de pesquisador deve, na maior parte dos casos, **extrapolar os aspectos unicamente de produtividade** para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de **explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco.**⁹ [grifo nosso]

- Os pesquisadores “com bolsa vigente e classificada na categoria 1 nível A ou B por 15 (quinze) anos consecutivos”, que tenham “permanecido nesses níveis, com ininterrupta produção científica em sua área de atuação” e “contribuído significativamente” na formação de outros pesquisadores, poderão solicitar o seu enquadramento na bolsa sênior. O título de pesquisador sênior é vitalício.

Através do site do CNPq, é possível saber o número de pesquisadores com bolsa de produtividade por área, e em História a quantidade de bolsistas totaliza 216 pesquisadores, como já dito, compondo um quantitativo alto no âmbito das Ciências Humanas, tornando a análise da trajetória acadêmica e bibliográfica inexecutável para uma dissertação, em função do tempo. No entanto, se observado o número de pesquisadores 1 (68 pesquisadores) e sênior (2 pesquisadores) esta tarefa é viável, e por esta razão este projeto, focará as duas principais categorias do CNPq, totalizando 70 cientistas, conforme pode ser observado no gráfico um.

Gráfico 1: Bolsistas de produtividade do CNPq em História no Brasil - 2010.

⁹ *Ibid.*

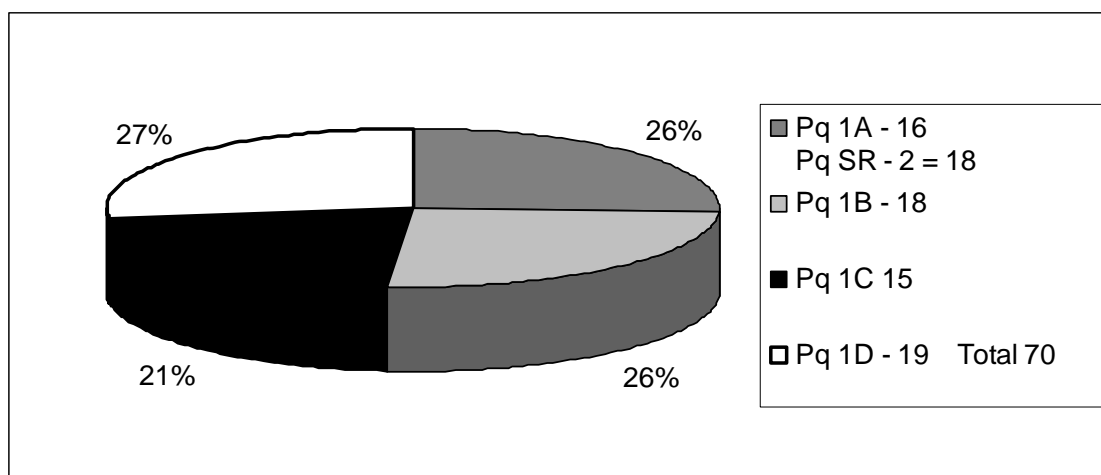


Fonte: A autora, a partir de informações do site do CNPq. Disponível em: http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso. Acesso em 18 de maio de 2010.

Entre os 68 pesquisadores 1 e mais dois seniores existe uma distribuição equilibrada das diferentes categorias, como pode ser observado no gráfico dois, apresentando uma diferença de no máximo seis por cento (6%) entre as mesmas. Este equilíbrio entre os cientistas não é reflexo de um movimento natural na área, e sim uma indução do CNPq, que estabelece proporções de crescimento, sendo esta informação declarada em edital, no item 1.8 “Quota por Categoria e Nível e Progressão”, no qual é informado que um pesquisador só poderá elevar seu nível quando houver vaga.

Os pesquisadores seniores foram inclusos entre os pesquisadores 1A porque antes de conseguirem o título vitalício eram ou 1A ou 1B, e como esta não é uma informação disponível, estes foram enquadrados na categoria mais alta.

Gráfico 2: Bolsistas de produtividade 1 do CNPq por nível de classificação em História no Brasil - 2010.



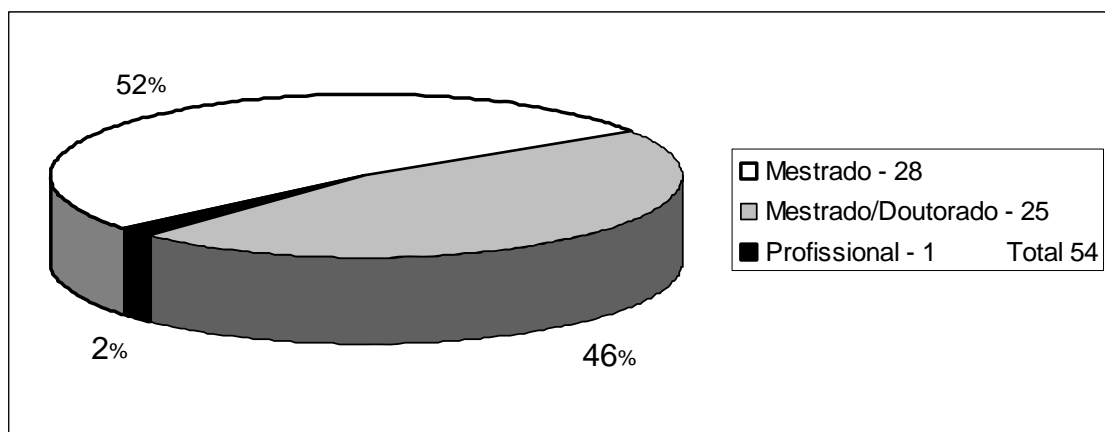
Fonte: A autora, a partir de informações do site do CNPq. Disponível em: <http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso>. Acesso em 18 de maio de 2010.

Além da delimitação pelas categorias do CNPq, foi estabelecido um recorte temporal para analisar as flutuações produtivas dos pesquisadores de artigos e livros. O período destacado foi de 1985 a 2009, contabilizando um intervalo de 25 anos, para observação de dois aspectos: primeiro, apreender, na produção historiográfica, o impacto da Internet, implementada no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990; esta verificação não foi possível diretamente, pois para isso seria feito um levantamento dos periódicos científicos e depois averiguado quais eram eletrônicos, ou se ao menos existiam em versão eletrônica, porém, o processo de construção desta listagem mostrou-se moroso, o que o transformou em inexequível para uma pesquisa de mestrado; o segundo aspecto que justifica o recorte temporal, foi tentar estabelecer uma relação entre a expansão dos programas de pós-graduação no Brasil e o aumento produtivo da área.

Como é objetivo desta pesquisa também analisar a concentração geográfica da produção de História, foi feito um levantamento, no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dos cursos de pós-graduação reconhecidos pela Instituição, entre os quais foram incluídos os programas com pesquisadores 1 e sênior vinculados ao corpo docente.

A CAPES, criada em 1951 com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em qualidade e quantidade” para atender as demandas sociais e econômicas do Brasil, está voltada para as pesquisas acadêmicas no país, sendo então a promotora da expansão e consolidação das pós-graduações *stricto sensu* (mestrado e doutorado). A instituição é responsável por avaliar estes programas, dar acesso e divulgar a produção científica, investir na formação de recursos no país e no exterior, e promover a cooperação internacional científica. A partir de 1981, passou ainda a ser responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no qual lhe cabe a função de “elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior”.¹⁰

Gráfico 3: Cursos de pós- graduação *stricto sensu* de História no Brasil – 2010.



Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Foram identificados 54 Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES em História no Brasil, sendo que destes, apenas 18 IES (Instituição de Ensino Superior) tem em seu quadro de docentes pesquisadores 1 do CNPq, e são - número entre parêntese é relativo aos pesquisadores 1 da IES – Universidade Estadual de Campinas

¹⁰ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Missão e História*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

(13 – UNICAMP), Universidade Federal Fluminense (11 – UFF), Universidade do São Paulo (10 - USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (4 – PUC – SP), Universidade Federal de Minas Gerais (4 – UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (4 – UFRJ), Universidade de Brasília (4 – UNB), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (3 – UERJ), Universidade Federal da Bahia (3 – UFBA), Universidade Federal do Paraná (3 – UFPR), Universidade Federal de Pernambuco (2 – UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2 – UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (2 – UFSC), Fundação Getúlio Vargas (1 – FGV – RJ), Universidade Federal de Goiás (1 – UFG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1 – UFRN), Universidade Federal de Uberlândia (1 – UFU), e Universidade Estadual Paulista (1 – UNESP).

A CAPES, em seu *site*, disponibiliza informações relacionadas à conceituação dos programas e às fichas avaliativas, por ano. Fornece ainda as normas e critérios de avaliação das IES em cursos regulamentados com notas variantes entre 3 a 7, de acordo com a capacidade produtiva, no qual o curso com uma nota inferior a 3 perde seu reconhecimento perante a instituição. Foi realizada, ainda, uma busca direta nos portais das IES para levantar informações sobre seus respectivos anos de fundação e linhas de pesquisa.

Apesar dos sites das instituições citadas serem fundamentais a esta pesquisa, a principal fonte utilizada para tal foi a Plataforma *Lattes*, que armazena o currículo dos pesquisadores no Brasil, incluindo dos pesquisadores de produtividade do CNPq, objeto desta pesquisa.

A Plataforma *Lattes* tem este nome em homenagem ao cientista Cesare Lattes, e “é um conjunto de sistemas computacionais do CNPq que visa a compatibilizar e integrar as informações em toda interação da Agência com seus usuários”, direcionando assim, ao aprimoramento da qualidade das informações e a racionalização do trabalho dos pesquisadores e estudantes no seu preenchimento. Este é um projeto iniciado na década de 1980, com a atuação, na época, de dirigentes da instituição que tinham a preocupação de implantar “um formulário padrão para registro dos currículos dos pesquisadores brasileiros”, passando por várias reformulações ao longo dos anos, até chegar ao modelo atual. O objetivo a atingir é o de aumentar sua abrangência e ser

“utilizado pelas principais universidades, institutos, centros de pesquisa e fundações de amparo” como instrumento de avaliação.¹¹

Em 2005 foi criada a Comissão para Avaliação do *Lattes*, composta por pesquisadores de diferentes áreas, para promover o aperfeiçoamento da ferramenta. A abrangência informacional do *Lattes* permite ser adotado por todas as áreas do conhecimento e o registro da “vida pregressa e atual dos pesquisadores sendo elemento indispensável à análise de mérito e competência dos pleitos apresentados a Agência”. Além disso, a sua ampla adoção permitiu maior transparência e confiabilidade às atividades, já que estão expostas na internet. Por outro lado, foram observados equívocos nessas informações, o que pode ser explicado por alguns motivos, tanto em relação à falhas humanas no preenchimento, quanto a problemas técnicos na tecnologia utilizada.¹²

No que tange às falhas humanas, estas são referentes a possíveis lapsos dos cientistas, que preenchem a base com informações equivocadas ou não atualizam as informações retroativas, como, por exemplo, retirar “atual” uma pesquisa já concluída, colocar uma informação que não pertence aquele campo ou até não preencher completamente.

No que se refere aos problemas da tecnologia, isto ocorre porque a plataforma passou desde a sua criação nos anos 1980, por várias reformulações e migrações de dados até chegar à versão atual. No início as informações eram trabalhadas off line, quando o pesquisador preenchia o currículo e enviava ao CNPq em disquete, tecnologia que hoje nem é mais disponível no grande mercado, até chegar no preenchimento *online*, porém, só no final dos anos 1990 o CNPq conseguiu desenvolver um sistema que integrasse as informações antigas com a novas. Hoje, a Plataforma conta com diversos recursos de confirmação de informações, para que a mesma não seja preenchida errada ou que não se perca dados.¹³

À medida que a pesquisa se desenvolvia falhas foram evidenciadas. Para contorná-las, foram criados os seguintes parâmetros de procedimentos: quando o pesquisador preenchia determinada ação em campo errado, esta informação foi

¹¹ CNPq. “Plataforma Lattes – A Plataforma”. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/conteudo/aplataforma.htm>>. Acesso em: 15 de jun. de 2010.

¹² CNPq. Plataforma Lattes – “Histórico”. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/conteudo/historico.htm>>. Acesso em: 15 de jun. de 2010.

¹³ CNPq. “O que é a Plataforma Lattes”. Disponível em: <<http://www.lattes.ufba.br>>. Acesso em: 24 de jun. de 2010.

descartada, pois o trabalho de conferência transformaria a tarefa em inexecutável; e quando, algum dado era declarado de forma duplicada, apenas um foi contabilizado.

No entanto, e apesar de ainda apresentar algumas falhas causadas pela necessidade constante de adaptação da tecnologia usada, seja pelos pesquisadores, seja pela própria técnica utilizada pela base, a Plataforma Lattes é uma referência e o seu desenvolvimento é tamanho que hoje obtém reconhecimento internacional, como noticiado pelo próprio CNPq, no qual a diretora do Programa Ciência da Ciência e Política de Inovação, nos Estados Unidos, da Fundação Nacional da Ciência citou a Plataforma *Lattes*, na publicação da *Nature* como um “exemplo de banco de dados completo e altamente qualificado” (Assessoria de Comunicação do CNPq, 2010 *apud* LANE, 2010). Entre as informações existentes consta: dados pessoais, formação acadêmica e titulação, atuação profissional, linha de pesquisa, projetos de pesquisa, áreas de atuação, idiomas de domínio, prêmios, produção bibliográfica e participação em eventos. Hoje o sistema abriga mais de 1,6 milhões de currículos, sendo que destes, 8% são de doutores (126 mil) e 13% são de mestres (216 mil).¹⁴

A utilização desta fonte permitiu analisar as formas de comunicação científica adotadas pelos historiadores, com suas tendências de tipologias e temáticas, e suas respectivas trajetórias acadêmicas. Para estabelecer os temas, foram utilizados o campo do Currículo *Lattes* em que são declaradas pelos cientistas as suas respectivas áreas de atuação e subáreas.

¹⁴ *Ibid.*

5. História e Historiadores: caracterização e análise da produção dos pesquisadores bolsistas de produtividade 1 do CNPq.

O fenômeno do crescimento da ciência no Brasil, em diversas áreas, através da expansão dos programas de pós-graduação e das bolsas de fomento, tanto ao corpo docente quanto ao discente, tem provocado conseqüentemente a elevação da densidade de publicações científicas.

Essas publicações, no entanto e como já dito, não seguem um padrão, sendo a História uma área que se apresenta de forma peculiar. Além disso, é preciso perceber, que apesar da extensão ocorrida nos últimos anos das pesquisas científicas no Brasil serem uma realidade em várias áreas de conhecimento, estas, se observadas mais precisamente, apresentaram processos históricos peculiares.

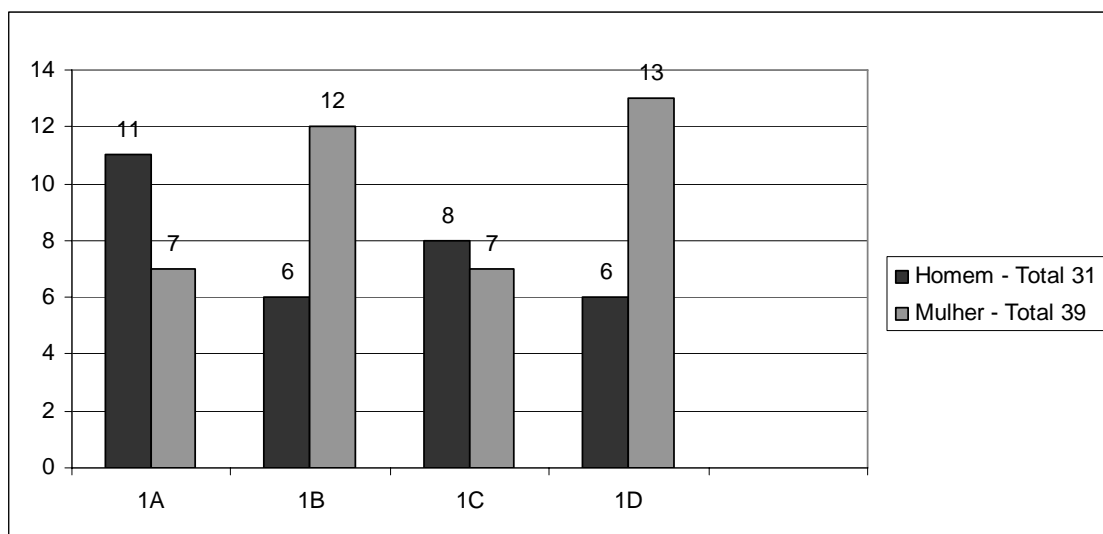
Esta pesquisa buscou compreender e caracterizar a produção dos historiadores, e para tal, foram analisados o perfil dos pesquisadores de produtividade 1 do CNPq, sendo observados e dimensionados aspectos relacionados à sua formação, atuação profissional e, principalmente, seus canais comunicativos científicos.

As análises a seguir são baseadas na produção científica já produzida e na mensuração, como já dito, de informações do Currículo Lattes, por isso os gráficos seguem as nomenclaturas dos campos preenchidos na plataforma.

5.1 O Perfil e a formação dos pesquisadores de produtividade em História.

Para entender a produção dos cientistas históricos é pertinente primeiro, conhecer sua formação acadêmica que, além de fornecer informações sobre suas influências e tendências, permite ainda conhecer a trajetória da área no Brasil, já que estes pesquisadores estão envolvidos diretamente com o seu desenvolvimento no País. O gráfico 4 mostra a percentagem da presença de historiadores segundo o gênero.

Gráfico 4: Bolsistas de produtividade 1 do CNPq.

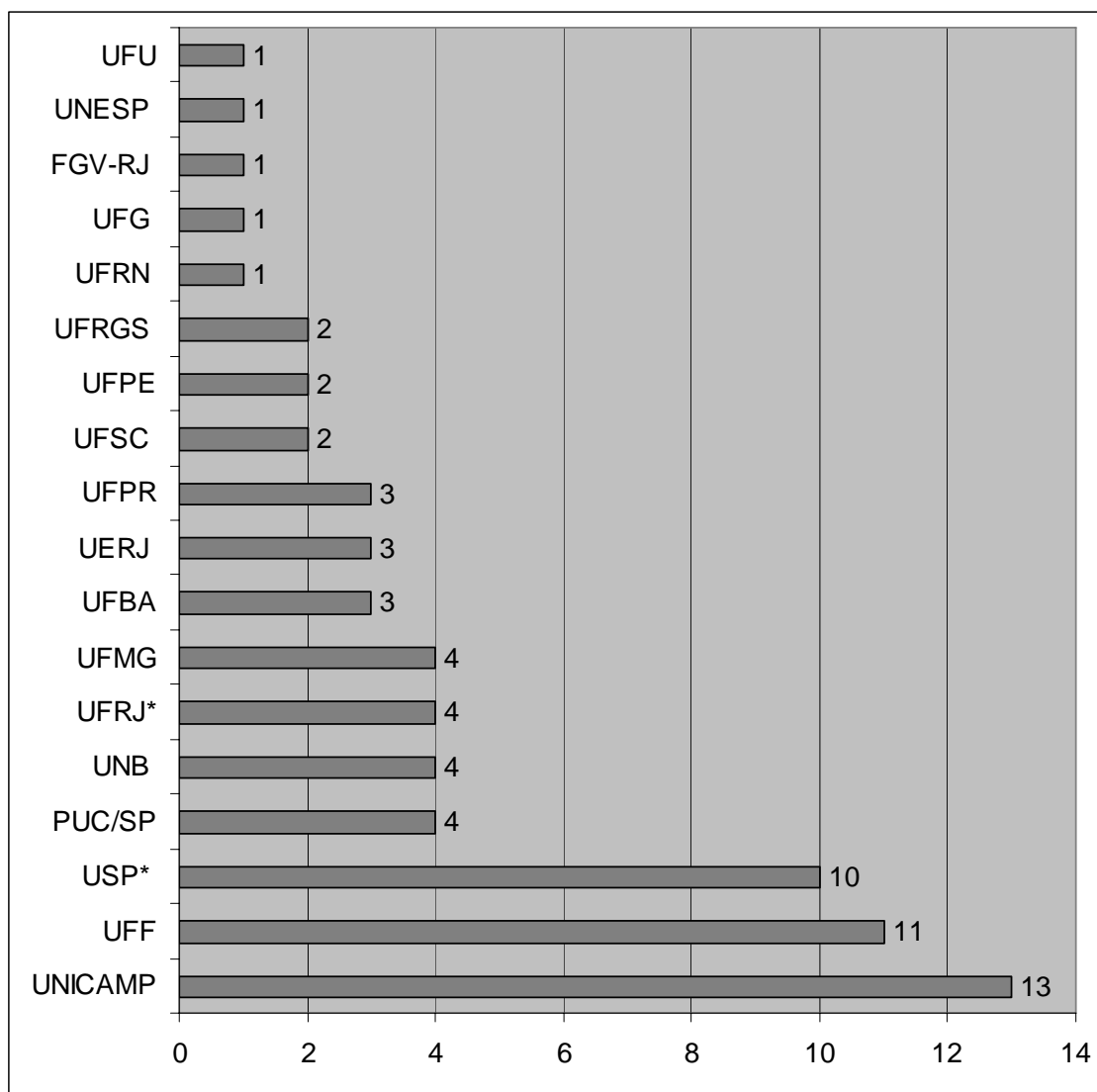


Fonte: A autora, a partir de informações do site do CNPq. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 17 de jun. de 2010.

O primeiro ponto analisado foi a composição de gênero da comunidade, que quantitativamente apresenta uma leve predominância feminina (39), com 55,7%. No entanto, nas divisões de categorias, há uma diferença de proporção nas diferentes categorias dos pesquisadores 1D e 1B em relação aos 1A, em que nas duas primeiras as mulheres concentram-se mais, numa proporção de 66% e 68%, já entre os 1A, o gênero masculino sobressai, com 61%. Estes números podem indicar uma tendência à inserção das mulheres na pesquisa e não necessariamente uma tradição feminina, já que, como será demonstrado ainda neste tópico, os pesquisadores 1A são os historiadores com formação e atuação mais antiga.

De acordo com o gráfico 4, referente à localização institucional de trabalho, todos os pesquisadores 1 estão vinculados a uma Instituição de Ensino Superior (IES) e ligados a um Programa de Pós-Graduação em História, corroborando a pesquisa de Ferrez (1981), que identificou a importância das Universidades na produção historiográfica, que na realidade ocorre em todos os campos do conhecimento no Brasil.

Gráfico 5: Bolsistas de produtividade 1 do CNPq por IES*.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

* IES com dois Programas de Pós-Graduação em História e ambos com PESQUISADORES1.

A importância das IES para a historiografia pode ser compreendida, primeiro, por ser necessário ter orientado pesquisas acadêmicas para ser um pesquisador do CNPq e, segundo, que a área de História não tem tradição de financiamentos privados, pois não desperta interesse industrial, logo, são as instituições de ensino que desenvolvem o conhecimento histórico. Além disso, é possível afirmar que a pesquisa histórica, por estar ligada diretamente a estabelecimento de ensino, é também predominante pública, pois apenas 8,5 dos professores não se encontram nessas instituições (cinco na PUC-SP e um na FGV-RJ).

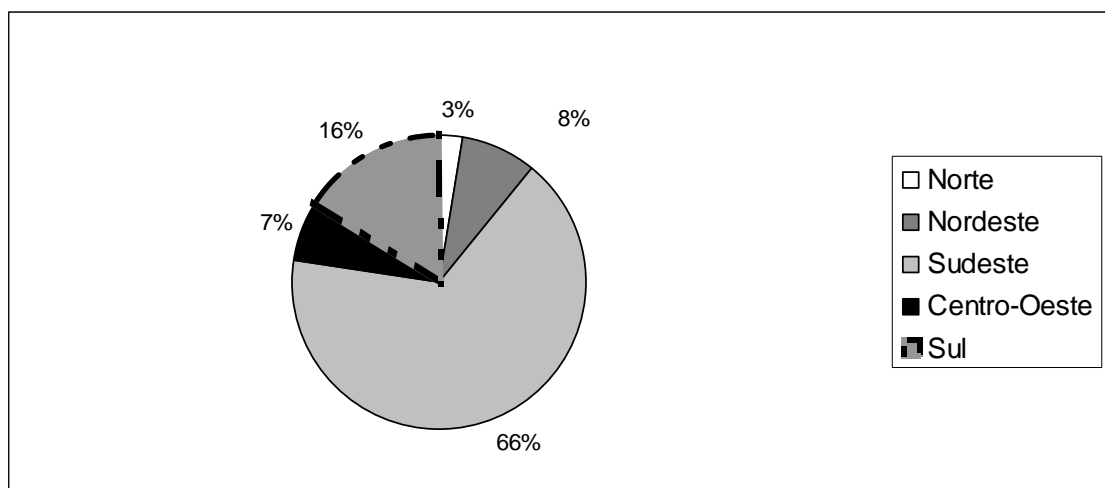
Cabe destacar que entre os pesquisadores 1 e 2, existe um determinado pesquisador 2 que não está cadastrado no CNPq por uma IES, e sim por uma fundação,

no caso a Fundação Casa de Rui Barbosa, que desenvolve projetos históricos. Há ainda três, do nível 2, que estão ligados a IES, mas não a um Programa de Pós-Graduação em História, são dois professores da UFT (TO) e um da UNIMONTES (MG).

No que se refere à vinculação dos pesquisadores 1 às suas respectivas IES, destaca-se a forte concentração de professores na UNICAMP (13 prof.), UFF (11 prof.), USP (10 prof.) e que juntos concentram 48,5% das bolsas de produtividade nacionais. Justamente são estes os programas, como foram analisados mais adiante, os únicos no Brasil classificados pela CAPES com sete (nota máxima).

O gráfico 6 ilustra as concentrações geográficas presentes na distribuição de professores/pesquisadores no Brasil.

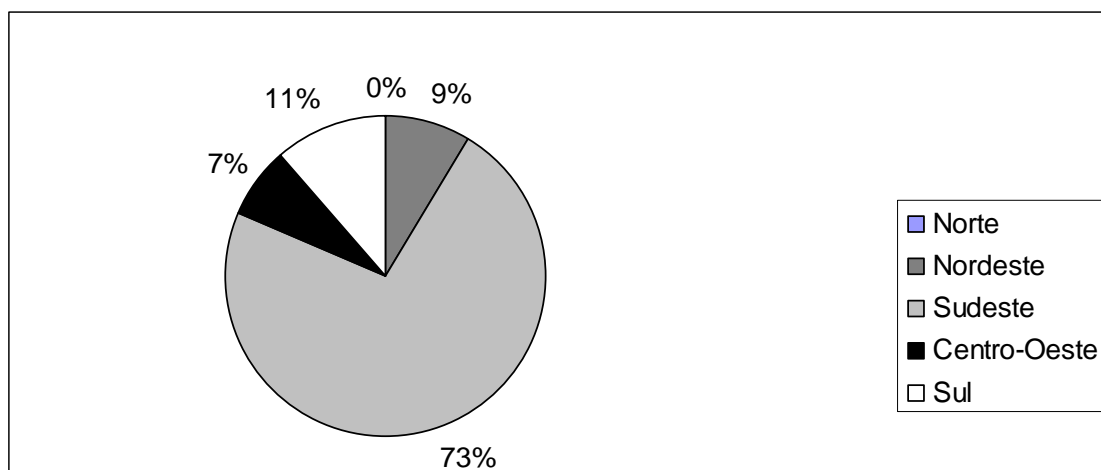
Gráfico 6: Bolsistas de produtividade do CNPq por região.



Fonte: a autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Já o gráfico sete, representa a distribuição regional dos pesquisadores 1, com suas predominâncias e ausências.

Gráfico 7: Bolsistas de produtividade 1 do CNPq por região.

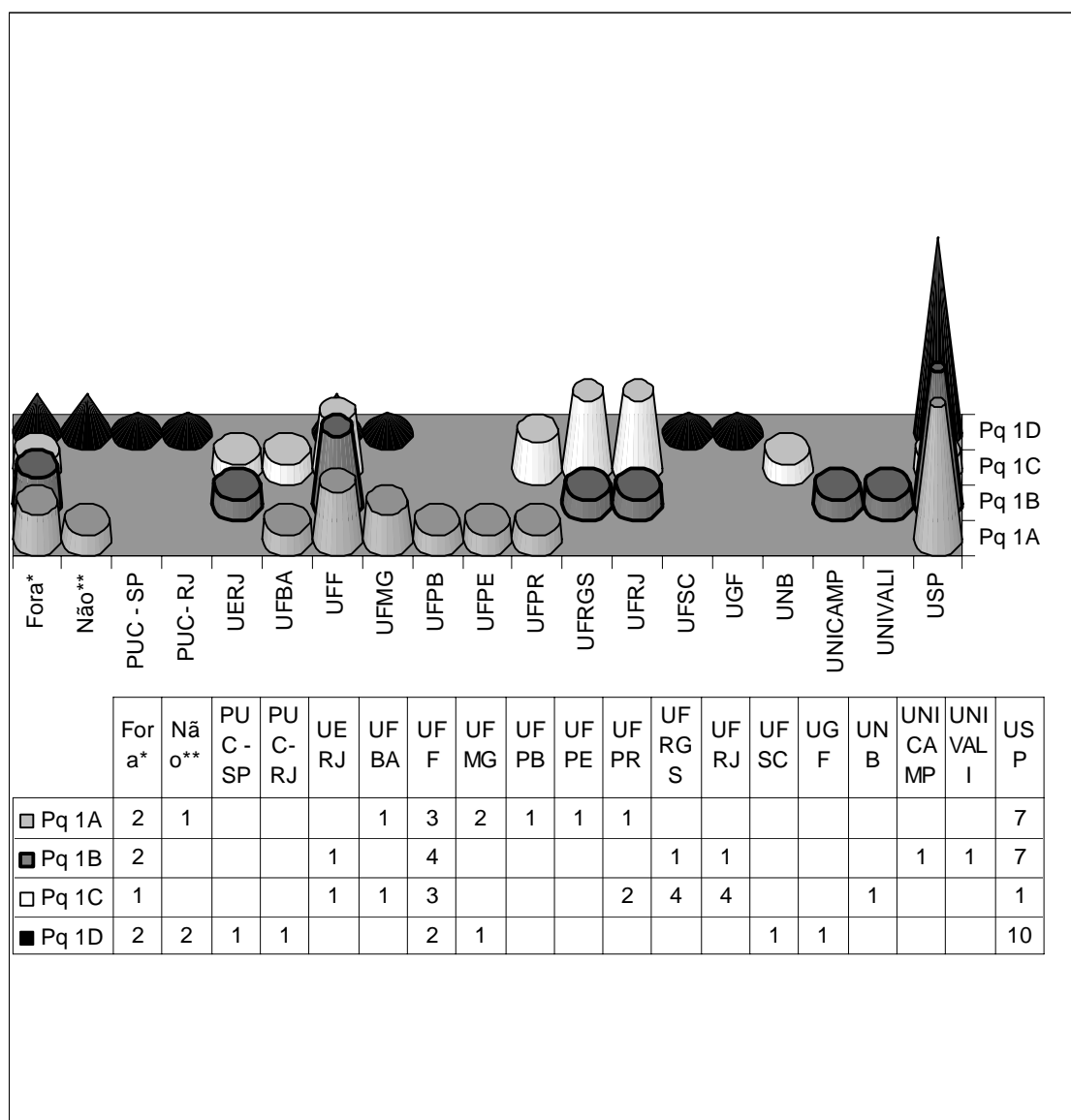


Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

A concentração de professores explicitada no Gráfico 7 das IES reflete diretamente a concentração regional das bolsas de produtividade, e no Gráfico 6, correspondente a todos os pesquisadores 1 e 2 do CNPq. Observa-se a absoluta predominância do Sudeste, e quando observado só os pesquisadores 1, esta situação aumenta, de 66% (143 pesquisadores) para 73% (51 pesquisadores 1), estes números são mais drásticos quando constatado que destes 73% do Sudeste, 67% (47 pesquisadores 1) estão no Rio de Janeiro (RJ – 18 prof.) ou em São Paulo (SP – 29 prof.), mantendo uma característica que Ferrez (1981) identificou existente na área desde a década de 1970. Outro dado relevante é a inexistência de pesquisadores 1 na região Norte, com apenas 3% dos professores, correspondentes a 6 pesquisadores nível 2.

A presença de pesquisadores por região pode ser mais detalhada quando observada especificamente em qual IES este atua, representado no gráfico 8.

Gráfico 8: Instituição de Ensino Superior da graduação dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010. * Fora do Brasil. ** Não identificado.

Os 70 pesquisadores somam 76 graduações, pois existem professores com mais de 1 graduação.

São contabilizadas 17 IES no Brasil, responsáveis pela graduação dos PQ1, no entanto, destaca-se a presença da UFF e da USP, a primeira formando 12 graduados e a segunda 25, totalizando 37 graduações, 52% dos 70 do nível 1. Nem todas graduações foram em História, sendo três em Filosofia, duas em Ciências Sociais (também fizeram História), duas em Comunicação Social (um também fez História) e dois em Química (um também na História), além das áreas que foram citadas apenas uma vez, e são: Artes, Direito, Engenharia (também cursou História), Física, Geologia e Relações Internacionais, totalizando 15 cursos de 76 levantados.

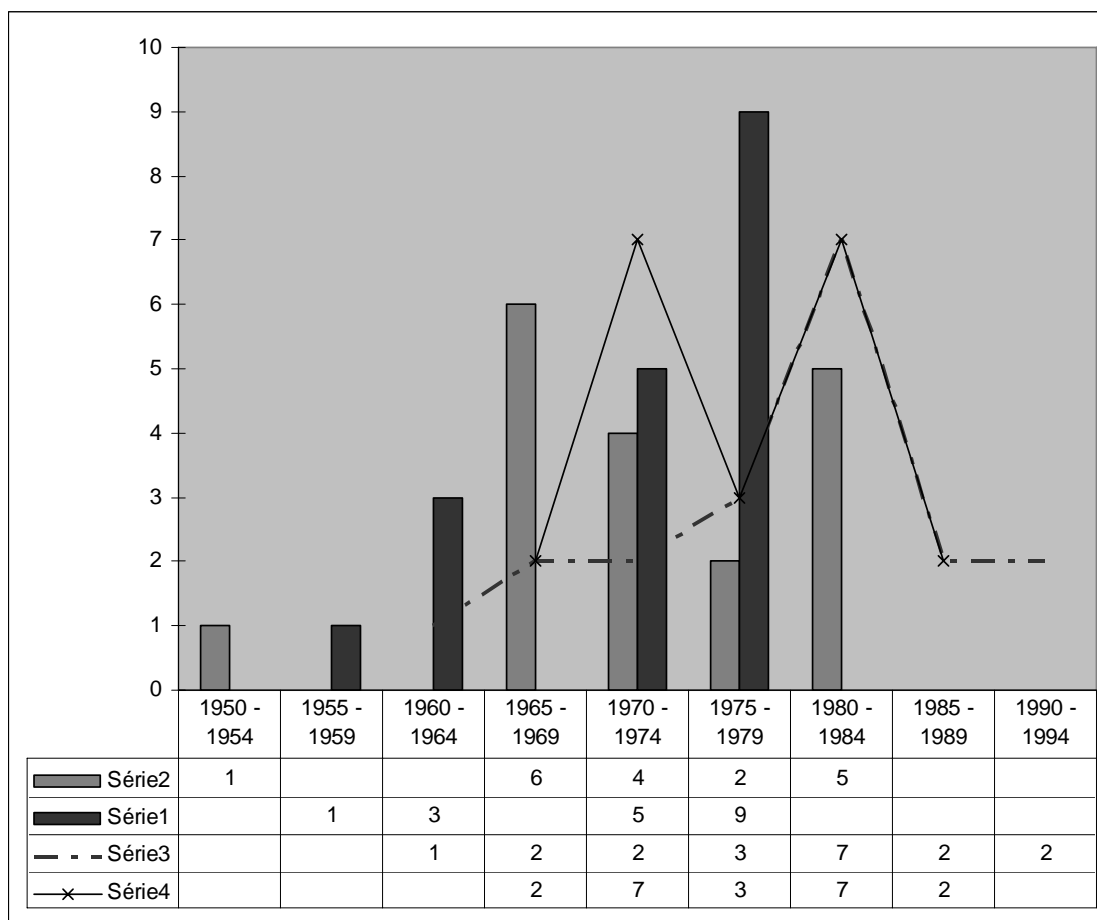
Importante observar a presença das formações fora do país em todas as categorias de pesquisadores, somando sete graduações, entre as quais, três foram cursadas na França e quatro nos EUA. A presença da França explicita a forte tradição do País na área de História, sendo país sede da Escola do Annales, nome de periódico *Annales* (1929 - atual), que revolucionou a historiografia do século XX, por propor uma nova forma de pensar a História e seus métodos. Os fundadores foram os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre que, segundo Peter Burke (1997, p. 17) “são os líderes da Revolução Francesa da historiografia”, ao longo do tempo. A revista contou, ainda, com Fernand Braudel, Jacques Le Goff e Pierre Nora, autores que até hoje são referência na área.

Ainda sobre as graduações fora do Brasil, cabe refletir sobre os possíveis motivos para estes estudantes buscarem universidades no exterior, ou inversamente, os estrangeiros já formados virem para o Brasil firmarem como professores pesquisadores no país. Este é caso do pesquisador 1A Robert Wayne Andrew Slenes, estadunidense e formado em seu país natal, porém desde 1983 professor da UNICAMP. Outro fator que pode ser associado à questão da influência estrangeira remete ao contexto político, no qual o Brasil vivia entre os anos de 1964 a 1985, sob o regime militar e marcado pela política de controle social, por exemplo, que levou o historiador Sidney Chalhoub a concluir sua graduação de História em Lawrence University, nos EUA, iniciada na UFRJ:

Estudei História na UFRJ em um período complicado, meados dos anos 70. O curso vivia sob intervenção. Pessoalmente, não tive problemas políticos, mas assim que surgiu a oportunidade de estudar no exterior, eu aceitei. Concluí o curso de graduação na Lawrence University, em Wisconsin. (CHALHOUB, 2008. p. 36)

No Gráfico 9 pode ser observado que todos os pesquisadores de produtividade do CNPq concluíram o ensino superior até 1994, logo, todos tem mais de 15 anos de formados. Se forem analisadas as categorias separadamente, será possível perceber que são exatamente os pesquisadores 1A e 1B cuja formação é mais antiga, na primeira metade de década de 1950 e na segunda metade da mesma década, respectivamente, e todos se formaram até 1984, logo, tem mais de 25 anos de graduação. Entre estes, dois pesquisadores seniores que se formaram em 1966 e 1967.

Gráfico 9: Ano de formação de graduação dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.

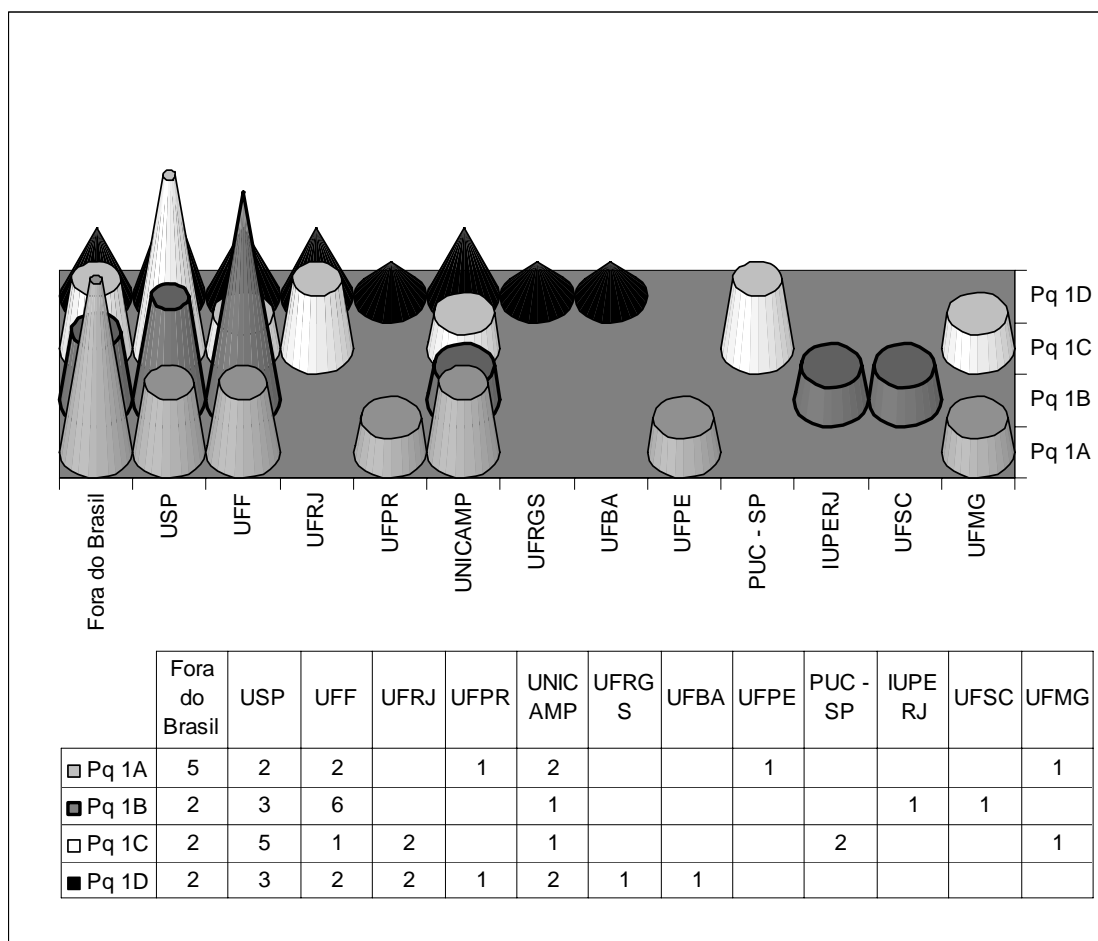


Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Os 70 pesquisadores somam 76 graduações, pois existem professores com mais de 1 graduação, conforme já explicado.

No Gráfico 10, referente ao programa de pós-graduação de mestrado, em que pesquisadores 1 somam 12 instituições e destas, sete são no sudeste, mais uma vez havendo o destaque da UFF e da USP como instituições de relevância para formação dos pesquisadores 1. Cabendo agora também destacar a UNICAMP, que na graduação só foi citado uma vez (gráfico 8), mas no mestrado é indicado por cinco professores, nas quatro categorias, totalizando seis professores e as formações fora do Brasil, com 11 mestres distribuídos em: quatro nos EUA, quatro na França e três no México.

Gráfico 10: Instituição de Ensino Superior do mestrado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Foram contabilizados 56 títulos de mestre, referentes a 55 pesquisadores 1, destes 36 receberam bolsas de estudo, 12 da CAPES, 10 do CNPq, sete da FAPESP, três internacionais (referentes aos programas vinculados), uma da Ford, uma da UNESCO e uma da UFPB (o pesquisador declarou como financiador da bolsa a própria instituição de estudo). Pode ser destacada a importância da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a única instituição estadual de fomento citada, e ainda assim a terceira que mais concedeu bolsas, tendo oferecido menos bolsa apenas que a CAPES e o CNPq, que são nacionais. O destaque da FAPESP, criada em 1960, é explicado por sua autonomia econômica prevista pela constituição do Estado, que inicialmente repassava 0,5% do total de sua receita tributária, e a partir de 1989, aumentou este valor para 1%, em 1963 a sua receita era de 1,5 milhão, em 1988, de mais de 100 milhões, e em 1994 seu capital já ultrapassava 400 milhões. A arrecadação

regular e em percentuais financeiros altos, permitiu à instituição investir massivamente em pesquisas, já que este é o propósito de sua existência.¹⁵

A continuidade das pesquisas pode ser observada pelas orientações dos atuais pesquisadores de produtividade 1 de mestres e doutores, que hoje também são bolsistas de produtividade, foram os casos dos seguintes professores: Robert Wayne Andrew Slenes (pesquisador 1A e orientou quatro atuais pesquisadores do CNPq); Luiz Roberto de Barros Mott, José Jobson de Andrade Arruda e Maria Stella Martins Bresciani (ambos são 1A - uma orientação cada); e Edgar Salvatori de Decca, Raquel Soihet, Laura de Melo e Souza (os três são 1B - uma orientação cada), referentes à orientandos com categorização atual do CNPq de 1A, 1B e 1C.

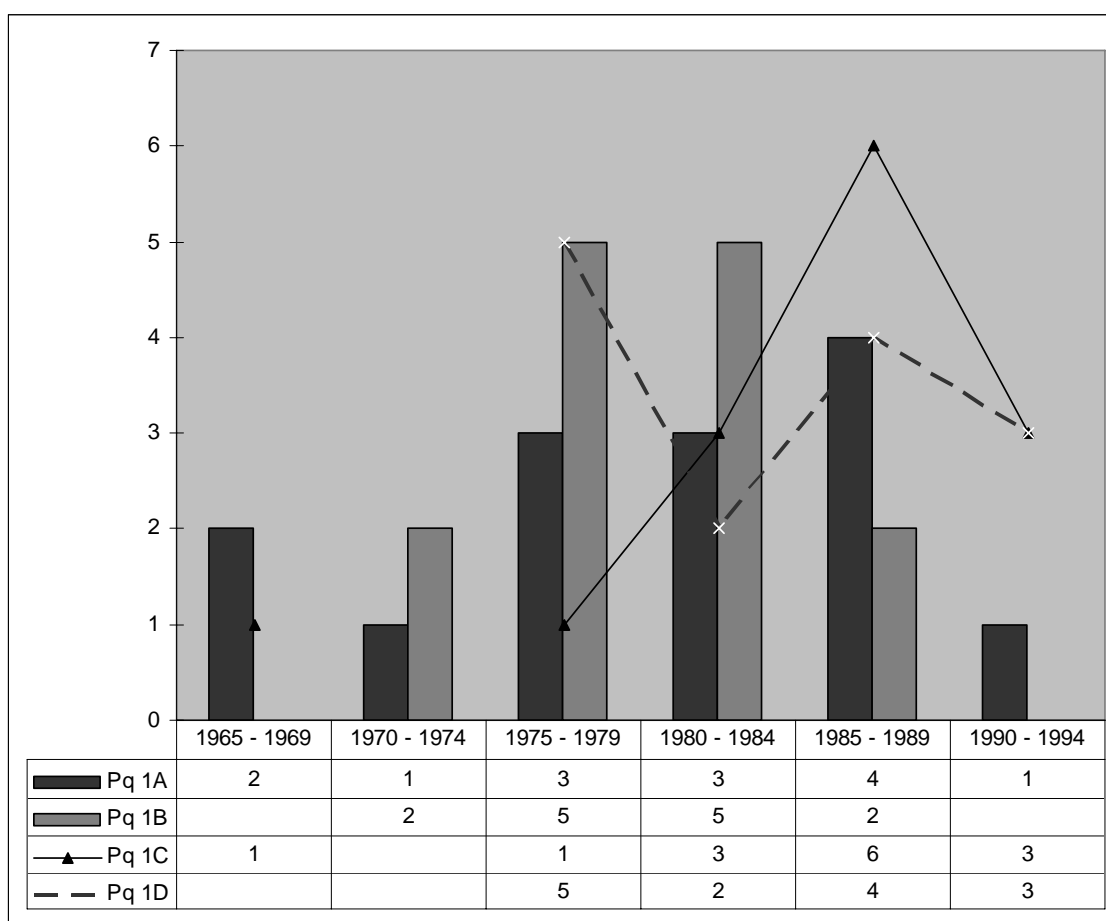
Outros professores responsáveis por orientar mais de um mestrando, ou que a orientação seguiu para o doutorado, de um dos historiadores de produtividade 1 são: Carlos Guilherme Motta, Eduardo d'Oliveira França, Fernando Antônio Novais, Ismênia Lima Martins, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Thereza Schorer Petrone, Maria Yedda Leite Linhares, Nanci Leonzo, Paulo Percia Castro, Stuart B. Schwartz, com destaque para Ciro Flamarion Santana Cardoso, que apesar de não ter orientado mais de um mestrado ou ter seguido esta orientação no doutorado de um dos bolsistas 1 do CNPq, é hoje uma referência em todo o país nas pesquisas de História Antiga.

Na mostra aparecem 15 pesquisadores sem mestrado e um caso com duas titulações do mesmo. Além da formação em História, foram três antropólogos, três cientistas políticos, dois químicos, um cientista social e um engenheiro elétrico (depois também fez História).

No Gráfico 11 pode-se notar que todos os pesquisadores 1 têm no mínimo 15 anos de experiência em pesquisa, já que o título de mestre subentende ao início da atuação em pesquisa científica. Destaca-se a presença de um pesquisador 1A formado em 1991, que apesar de só obter o título de mestre na década de 1990, já atuava em curso de graduação desde 1987 na UFMG, onde permanece até hoje.

¹⁵ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. "Histórico". Disponível em: <<http://www.fapesp.br/materia/28/historico/criacao-e-estruturacao-da-fapesp.htm>>. Acesso em 10 de fev. de 2011.

Gráfico 11: Ano de titulação de mestrado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Entre os 1A é importante destacar que o mestre mais antigo é do final da década de 1960, o que faz realmente concluir a maior experiência em pesquisa de que os outros pesquisadores. Porém, o tempo de titulação não é necessariamente o que determina sua colocação na avaliação do CNPq, pois se assim fosse, não existiriam 1A formados na década de 1990 ou 1D na década de 1970.

Neste caso, um pesquisador sênior está entre os mais antigos, obtendo o título em 1968, um ano após ter concluído a graduação, e dois anos depois (1970) obteve seu título de doutor, as três formações foram na França. O outro sênior não passou pela titulação de mestrado, indo direto para o doutorado.

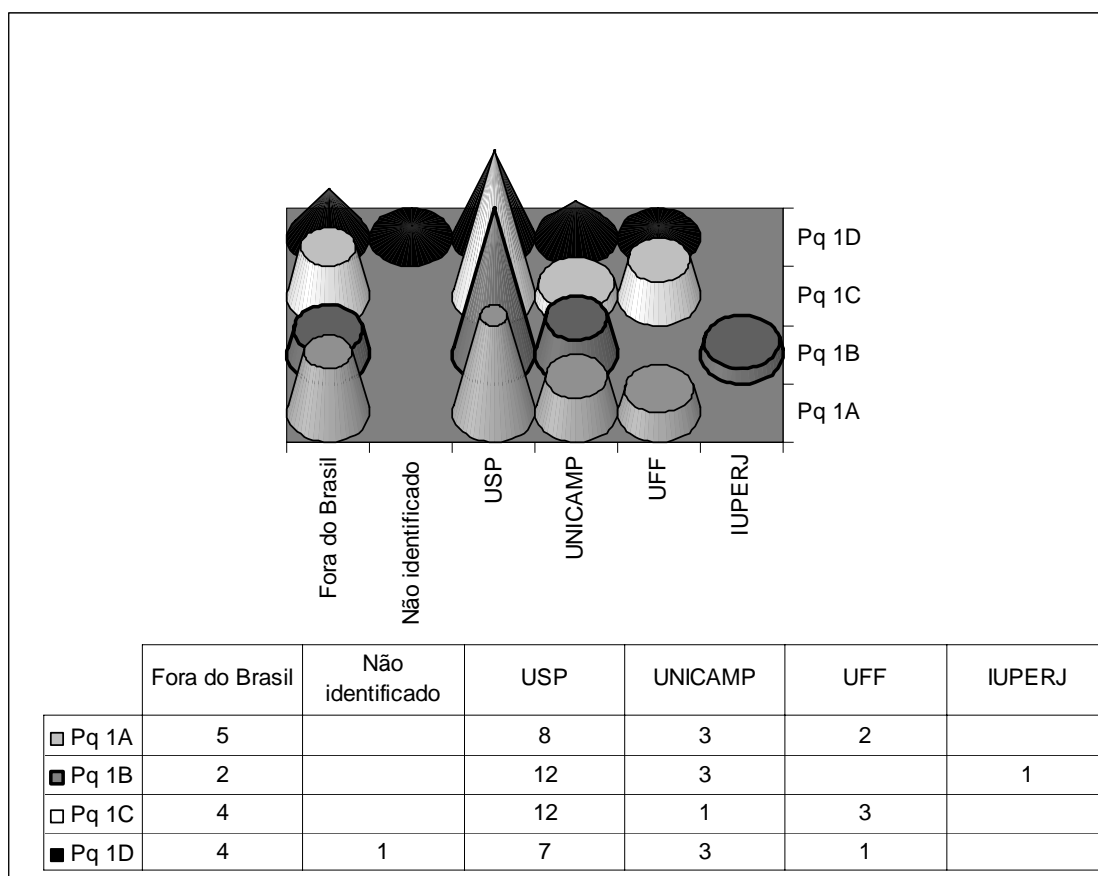
No Gráfico 12, sobre os PPGH de doutoramento dos pesquisadores de produtividade no Brasil, mais uma vez o número de instituições diminuiu, sendo citados apenas o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), a UFF, a UNICAMP e a USP, totalizando quatro. Todas do Rio de Janeiro ou São Paulo, com

destaque maior para o último Estado, com 49 docentes, dos quais 39 foram na USP. Esta concentração observada pode ser parcialmente explicada pela própria oferta de programas de pós-graduação, pois até 1989 só existiam seis em História no Brasil. Uma exceção à concentração em São Paulo foi bolsista Ângela de Castro Gomes, formada pelo IUPERJ, no Rio de Janeiro na área de Ciência Política. A própria explica:

No IUPERJ acabei optando por Ciência Política, em função de oportunidade de trabalho e da proximidade com a História. Na verdade, eu tinha vontade de fazer a pós-graduação em História, mas a única alternativa era São Paulo. Para mim, era muito complicado: era recém-casada e tinha que trabalhar diariamente. Coordenar isso com São Paulo, numa época onde quase não havia bolsas de estudo, era impossível para mim. Achei mais prático ficar no Rio e não me arrependo nem um pouco. (GOMES, 2002. p. 293.)

Cabe destacar, entre os quatro mais antigos doutores pesquisadores do CNPq (ver gráfico 13), que três são da USP e um se formou na França.

Gráfico 12: Instituição de Ensino Superior de doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

O número de títulos obtidos de doutoramento fora do país também chama atenção (15), sendo mais que o dobro dos formados no Rio de Janeiro (sete). Os países relacionados são: cinco na França; quatro nos EUA; dois na Inglaterra; e um na Alemanha, Espanha e México. Um não foi identificado.

Cabe destacar que na área de História, no início da pós-graduação, foi comum a passagem direta da graduação para o doutorado, tanto que, como mencionado, 15 pesquisadores não obtiveram titulação de mestre, e cabe explicar, que destes, 11 fizeram seu doutorado na USP, dois na França e um na UFF, e entre estes 15, nove já atuavam em IES.

Foram 72 títulos de doutorado levantados, referentes a 70 pesquisadores 1, destes 57 receberam bolsas de estudo, 28 da CAPES, 11 do CNPq, 10 da FAPESP, seis internacionais, uma da Ford e uma do ICS (Instituto de Ciências Políticas - o pesquisador declarou como financiador da bolsa a própria instituição de estudo). Mais uma vez a FAPESP se apresenta com destaque, pois foi novamente a única instituição estadual de fomento citada, e também foi a terceira que mais concedeu bolsas, ficando atrás da CAPES e do CNPq (nacionais).

Assim como ocorreu no mestrado, no doutorado também existiram casos de orientações, expostos no gráfico 12, que tiveram como orientador atuais pesquisadores de produtividade 1, somando 15 ocorrências, e são: Robert Wayne Andrew Slenes (1A – quatro orientações, os mesmos orientandos do mestrado), Edgar Salvatori de Decca (1B - três orientações, sendo 1 o mesmo orientando do mestrado), José Jobson de Andrade Arruda (1A – três orientações, sendo 1 o mesmo orientando do mestrado), Maria Stella Martins Bresciani (1A – uma orientação, que seguiu do mestrado), Arnaldo Daraya Cortier (pesquisador sênior – uma orientação), Laura de Melo e Souza (1B - uma orientação, o mesmo orientando do mestrado), Maria Helena Rolim Capelato (1B – uma orientação) e Raquel Soihet (1B - uma orientação). Em 14 casos a classificação de categoria de pesquisador do CNPq do orientando é menor ou igual à do orientador e em um caso, o antigo orientando tem uma avaliação do CNPq superior do antigo orientador.

Entre as orientações citadas, em sete, o orientador foi o mesmo do mestrado e doutorado, num total de 21 pesquisadores de CNPq.

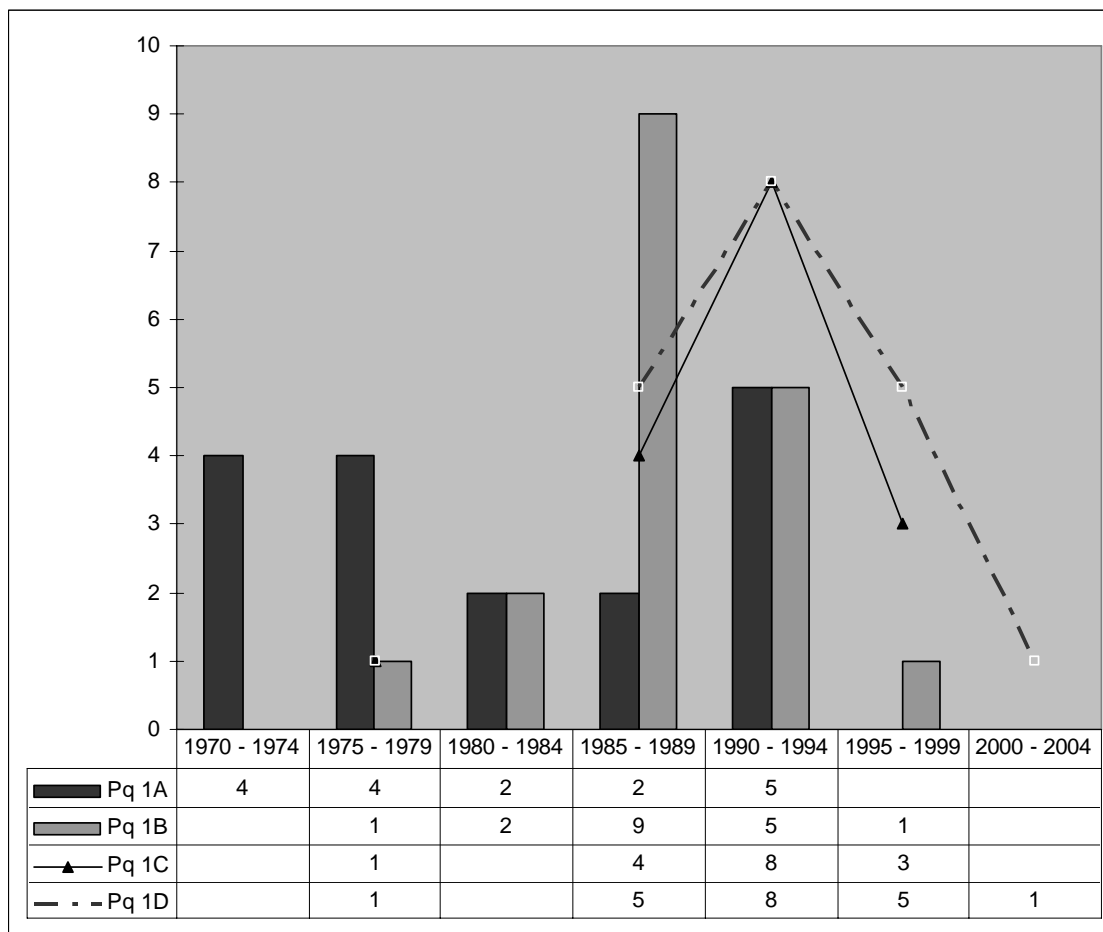
Outros historiadores foram responsáveis por mais de um doutorando, ou que a orientação seguiu do mestrado, de um dos pesquisadores de produtividade 1, e reconhecidos atualmente por sua atuação na historiografia, são: Carlos Guilherme Mota,

Fernando Antônio Novais, Ismênia Lima Martins, Maria de Lourdes Mônaco, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Thereza Schorer Petrone, Maria Yedda Leite Linhares, Paulo Perecia Castro e Stuart B. Schwartz . Além destes, existem três historiadores que orientaram apenas um bolsista, mas que são destacados por suas atuações, como José Murilo de Carvalho, que já foi bolsista de produtividade do CNPq, José Roberto do Amaral Lapa, citado por Ferrez (1981), por ter desenvolvido a primeira pesquisa voltada à mensuração da produção na área de História, além disso foi o primeiro presidente da ANPUH e Ciro Flamarion Cardoso, em função de sua importância à pesquisa em História Antiga.

Dois pesquisadores 1 obtiveram dois doutorados, sendo um pesquisador com os títulos de cientista político e de historiador e o segundo com duplo título em História, ambos obtido na França, sendo então um fato isolado em relação ao perfil comunidade estudada. Afinal, qual o sentido de fazer dois doutorados na mesma instituição e na mesma área? As outras formações são: mais um cientista político, um arqueólogo e um cientista social.

A distribuição por ano dos doutoramentos dos professores é apresentada no gráfico 13.

Gráfico 13: Ano de titulação de doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



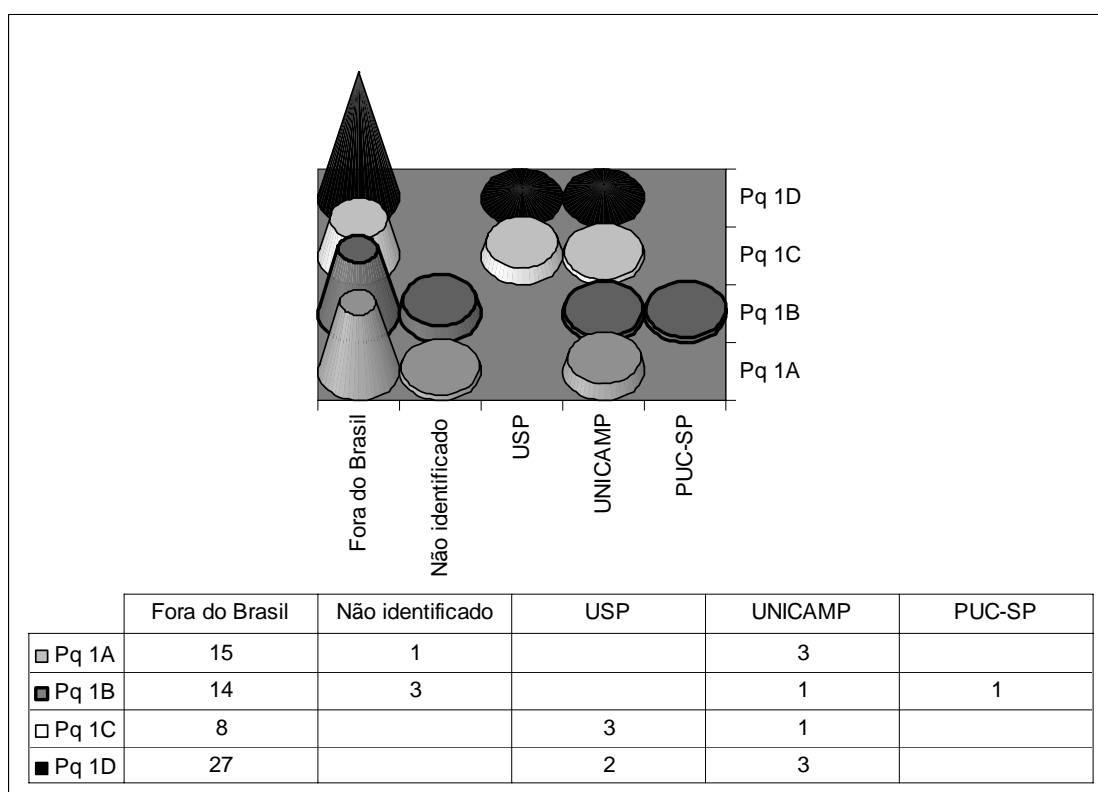
Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Se nos gráficos anteriores referentes à formação dos historiadores ainda se podia perceber uma proximidade de perfil entre os 1A, 1B, 1C e 1D, a partir do Gráfico 13 pode-se notar uma diferença, já que o ano de formação da graduação e do mestrado destes cientistas foram contemporâneos, agora no doutoramento há diferença de tempo, pois os 1A se formaram entre os anos de 1970 a 1994, sendo oito já doutores na primeira década mencionada; os 1B entre 1975 e 1999, com maior concentração entre 1985 e 1994 (14 títulos); entre os 1C, apesar de haver um doutor em fins da década de 1970, todos os outros defendem suas teses entre 1985 e 1999; e por fim, os 1D que se assemelham aos 1C, com a exceção de ter um caso com formação concluída já nos primeiros anos do século XXI.

No pós-doutorado, Gráfico 14, mais uma vez as diferenças ficam evidentes, uma vez que em 14 pesquisas desenvolvidas no Brasil, em três intuições diferentes, todas

foram em São Paulo, o que corrobora a importância deste Estado para o desenvolvimento das pesquisas historiográficas. Outra peculiaridade do pós-doutorado em relação aos resultados anteriores referentes à IES é que a USP sempre despontou como líder numérica, no entanto, agora é a UNICAMP quem lidera, tanto em números, quanto em categorias de pesquisadores. E ainda, os três únicos pós-doutoramentos no Brasil de 1A foram desenvolvidos na Universidade de Campinas.

Gráfico 14: Instituição de Ensino Superior de pós-doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



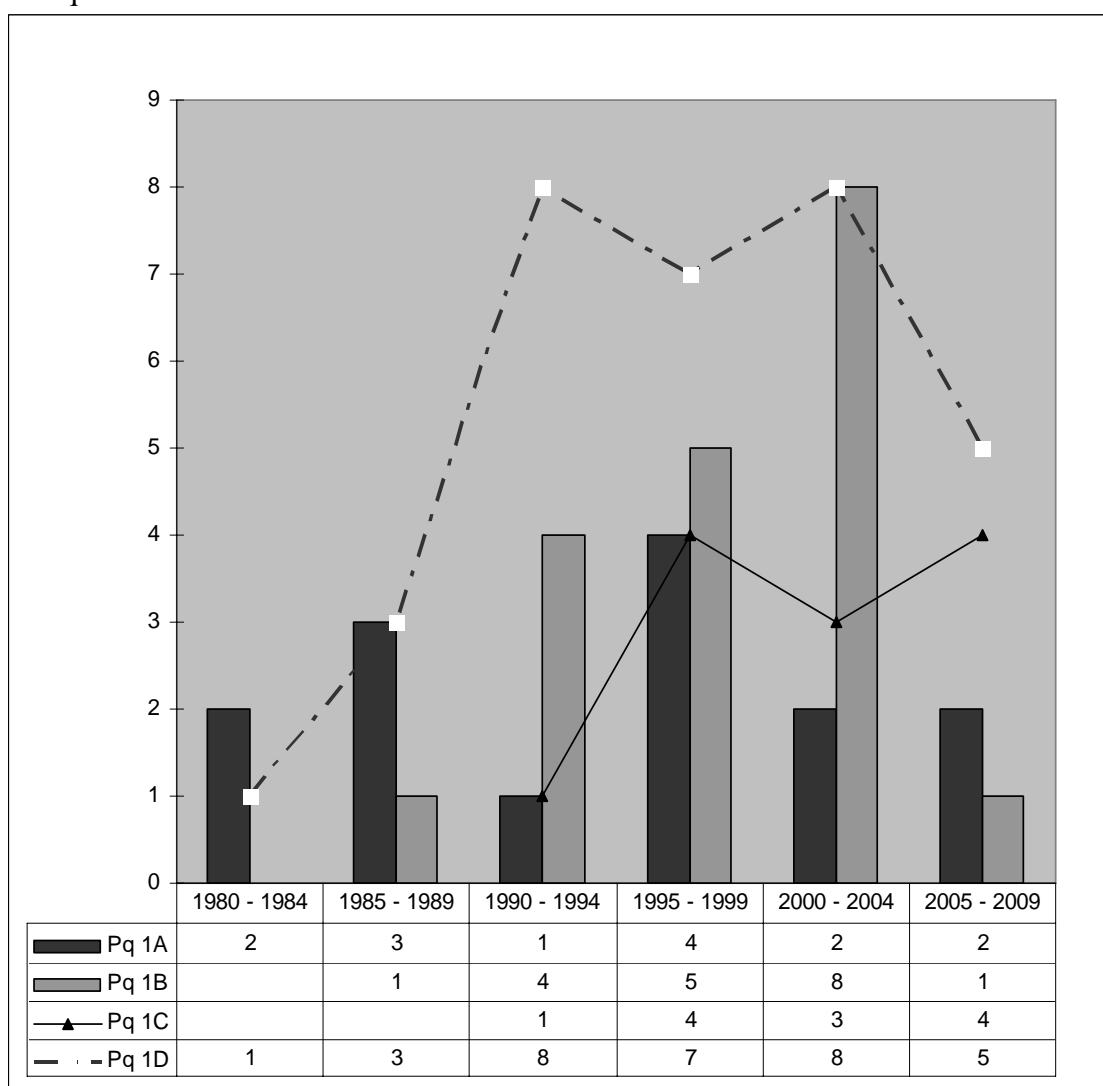
Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

No total foram 84 pesquisas supervisionadas, entre 59 historiadores com pós-doutorado, 21 são 1A, dezenove são 1B, 12 são 1C e 32 são 1D. Estes dados nos revelam a mudança de perfil de formação, pois a última categoria é composta pelos doutores mais novos, no entanto, são os que mais buscam continuidade em pesquisas. Outro fato a ser destacado é a predominância dos pós-doutorados fora do Brasil, 64, representando 76%. Esse Gráfico é justificável pela própria falta de opções de IES que podem desenvolver este tipo de supervisão. Os países de origem destes são: França com 25, EUA 18, Inglaterra sete, Espanha seis, Alemanha cinco, e Portugal com três pós-

doutorados. Mais uma vez a França e os EUA se apresentam na liderança. É necessário destacar que entre todos os países citados, nenhum é um país vizinho do Brasil e todos se localizam no Hemisfério Norte e são desenvolvidos, com exceção do México, que formou três graduados e um mestre, porém nenhum em doutorado e pós-doutorado.

A distribuição por ano do pós-doutoramento dos professores é apresentada no gráfico 15.

Gráfico 15: Ano de conclusão de pós-doutorado dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



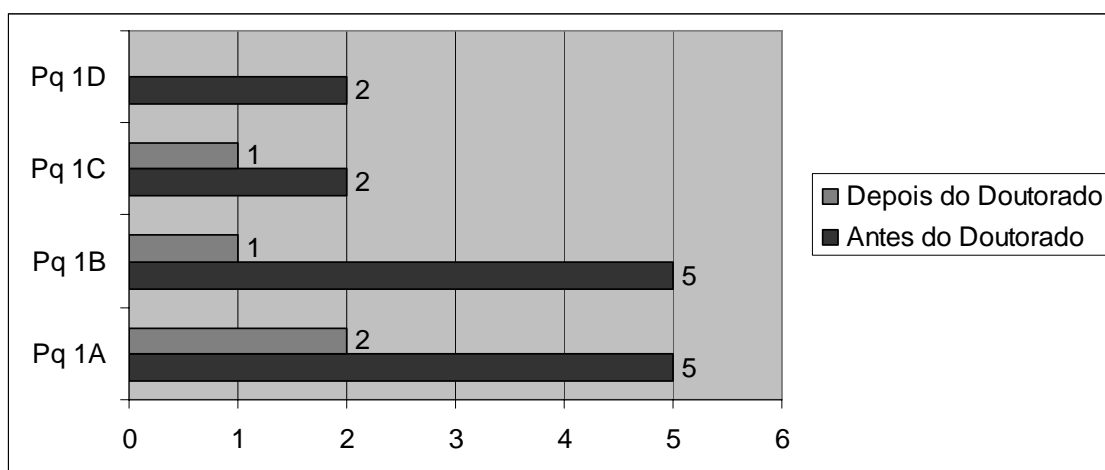
Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

No que se refere ao ano de conclusão dos pós-doutoramentos, o pesquisador mais antigo é 1A, porém, a relação de liderança numérica está exatamente na última posição hierárquica do CNPq, pois os líderes de formação em pós-doutorado são os 1D,

que começaram no mesmo ano do 1A, na década de 1980, e igualmente permanecem até 2009, como uma diferença, exceto o ano de 1980-1984, todos os outros anos os 1D tiveram um número igual ou superior de projetos de pesquisas de pós-doutoramento concluídos.

Além das titulações *stricto sensu*, as *lato sensu* também foram quantificadas, e estão representadas no gráfico 16.

Gráfico 16: Especialização dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Por fim, foi analisada na formação deste corpo docente “multi-institucional” a presença de pós-graduação *lato sensu*, no qual foi percebida a quase inexistência desta entre os 70 acadêmicos, pois somam apenas 18 especializações, com destaque para os 1A que cursaram sete especializações, inclusive com dois raros casos de especialização após a obtenção do título de doutorado.

5. 2 Os Programas de Pós-Graduação em História no Brasil.

Em 1961 os professores universitários de História buscavam se firmar como comunidade acadêmica, e para isso fundaram a ANPUH (Associação Nacional de Professores Universitários de História) para que pudessem se fortalecer e criar aparatos para o desenvolvimento na área. Segundo Canabrava (1981. p 1), havia “um consenso quanto à importância do diálogo para superar o isolamento”, no qual os docentes viviam. Fato exposto pelo primeiro presidente da associação, José Roberto do Amaral Lapa:

Considerando o isolamento em que trabalham os professores universitários de História, uns em relação aos outros.

Considerando a importância que, em nossos dias, assume o diálogo para o cientista.

Considerando o êxito que, no gênero, tem logrado outras iniciativas, submeto à apreciação desta Mesa Redonda, a proposta da criação de uma entidade que possa congrega os professores universitários de História. (LAPA, 1961, *apud* CANABRAVA, 1981. p 1)

A associação mostrou-se muito eficaz em seu propósito, e atualmente a ANPUH conta com núcleos em todas as regiões do País, com uma revista consagrada (Revista Brasileira de História, fundada em 1981) e com um congresso nacional bienal, intercalado por encontros regionais. No ano de 2011, que comemora 50 anos de instituição, o seu congresso disponibilizará para inscrições, 73 minicursos e 130 simpósios temáticos, podendo cada um ter até 40 comunicações,¹⁶ contabilizando 5200 trabalhos diferentes, se todas as vagas forem preenchidas. Guimarães (2009), ex-presidente da Associação, falou em entrevistas sobre o tema:

As pessoas saem extenuadas. O congresso dura cinco dias, mas para que um evento deste aconteça, é preciso iniciar o planejamento catorze meses antes. É uma loucura. [...] Eu tive à frente da última edição da Anpuh, em Fortaleza. Nós tivemos algo em torno de 7.700 inscritos. É uma coisa gigantesca. (GUIMARÃES, 2009, p. 52-53)

No entanto, o crescimento da área de História não se deve apenas a atuação da associação, este vem combinado com o surgimento e o desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH), e principalmente, em função dos incentivos à pesquisa científica no Brasil. Além disso, este não é um crescimento isolado, a CAPES, no ano de 1965 classificou, em diversas áreas, 38 programas de pós-graduação no Brasil, sendo 27 de mestrado e 11 de doutorado, e em 1995, já eram mais de mil cursos de mestrado e 600 de doutorado.¹⁷

No ano de fundação da ANPUH (1961), o Brasil ainda não contava com nenhum PPGH porém, exatos 10 anos posteriores, os primeiros programas foram fundados, na USP e na UFF, e cinco anos após o surgimento dos primeiros mestrados já existiam oito

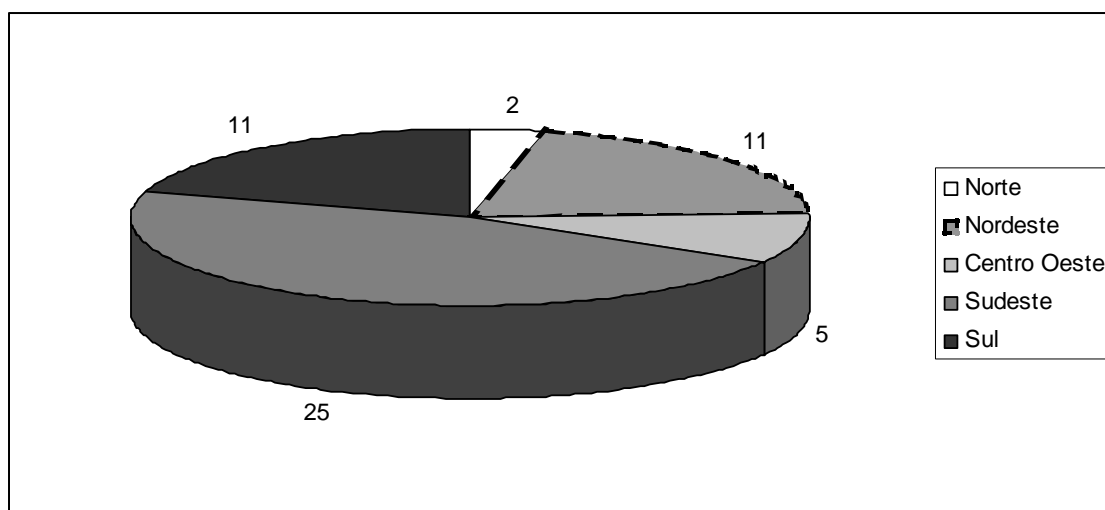
¹⁶ Associação Nacional de História (Brasil). XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos. Disponível em: <<http://www.anpuh.gov.br>>. Acesso em: 28 de dez. 2010.

¹⁷ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Missão e História”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

programas, sendo que apenas a USP oferecia os cursos de mestrado e de doutorado, o que permaneceu até o início da década de 1980.

Hoje, são 50 IES que promovem cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, contabilizando 54 PPGH, pois a FGV, UFRJ, USP e UNESP têm dois programas cada. Dos 54, apenas na FGV existe o mestrado profissional, todos os outros são acadêmicos. A distribuição geográfica dos programas pode ser observada no gráfico 17.

Gráfico 17: Programas de Pós-Graduação em História por região.



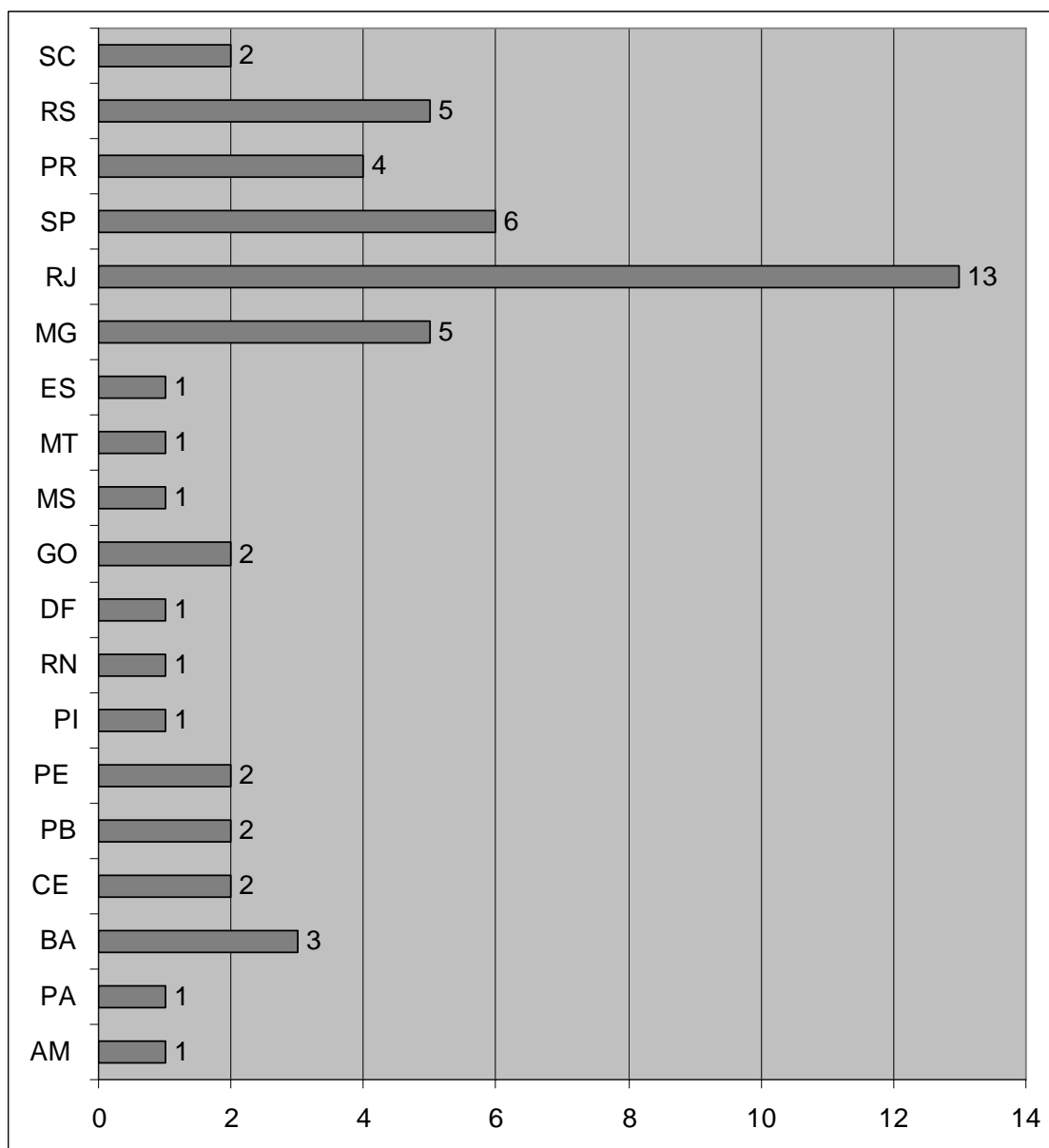
Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>> Acesso em: 10 de dez. de 2010.

Como pode ser observado no Gráfico 17, existe uma concentração dos PPGH na Região Sudeste, com 46% dos programas nacionais e escassez na Região Norte, com 3,7%. Isto significa afirmar que o Sudeste, que tem quatro Estados conta com 25 cursos e o norte, que tem sete Estados, oferece a sua população apenas duas pós *stricto sensu* em História, o que equivale a 0,28% por Estado.

Nesta análise, levou-se em consideração o reconhecimento das diferenças populacionais das regiões e de sua concentração no Sudeste, aparentemente amortecendo o impacto de números tão discrepantes, no entanto quando observada a distribuição dos PPGH por Estado, esta “justificativa” por concentração populacional apenas não basta.

O número de programas por Estado pode ser visto no gráfico 18.

Gráfico 18: Programas de Pós-Graduação em História por Estado.



Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

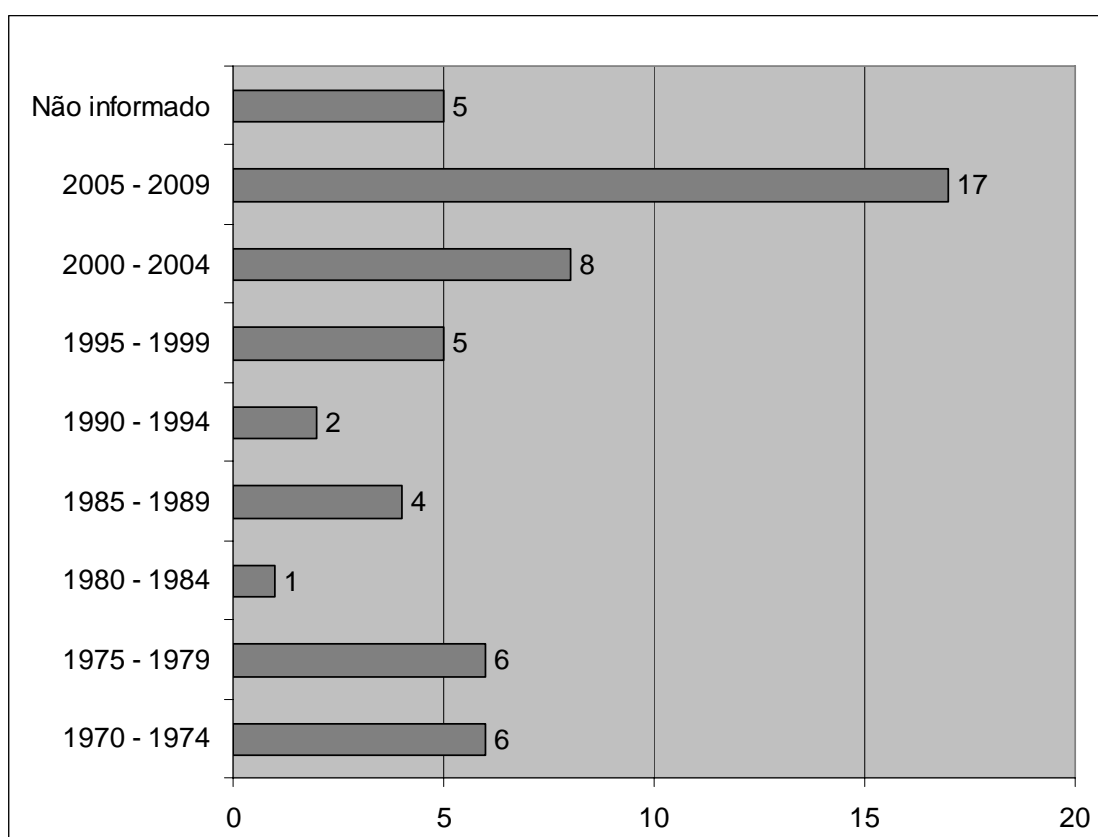
Como pode ser constatado, se o motivo gerador da concentração de programas de História no sudeste fosse apenas justificado pela concentração populacional, o Estado de São Paulo deteria o maior número de pós, porém, esta liderança é alcançada pelo Rio de Janeiro, que tem mais que o dobro de cursos que a capital financeira do país, demonstrando um crescimento diferenciado, entre os estados. Fato que merecia ser melhor estudado.

Outro dado importante a ser observado é que nem todos os Estados brasileiros estão presentes do Gráfico 18. Se fosse calculado o número de Estados e mais o Distrito

Federal, somaria 27 federações, com o total de 54 programas, sendo uma média de dois cursos por Estado, no entanto, somente dezenove tem cursos e são incluídos no Gráfico 18, e destes, só oito com uma IES com pós em História. A concentração é tamanha, que dentro do próprio Sudeste há variações discrepantes de concentração, afinal, o Espírito Santo faz parte da região, no entanto, tem apenas 1 programa em História.

Acerca do tempo de existência dos programas, o gráfico 19 apresenta o número de PPGH com mestrado por ano de fundação.

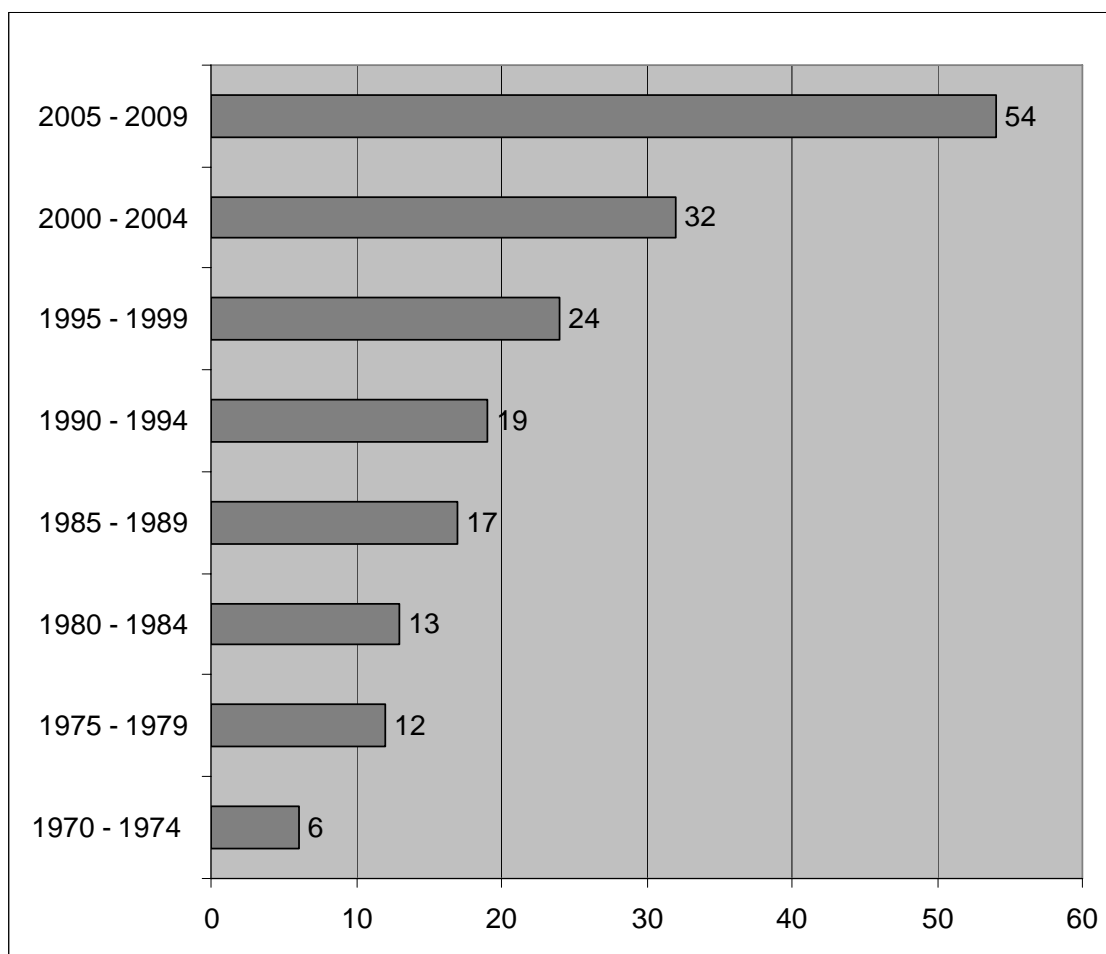
Gráfico 19: Período anual de fundação dos cursos de mestrado nos Programa de Pós-Graduação em História.



Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 10 de dez. de 2010 e dos sites institucionais dos 54 Programas de Pós-Graduação em História reconhecidos pela CAPES.

Já o gráfico 20 demonstra quantos programas ofereciam mestrado ao longo dos últimos 41 anos, tempo de sua existência no Brasil.

Gráfico 20: Número de cursos de mestrado oferecidos em Programas de Pós-Graduação em História por períodos anuais.



Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 10 de dez. de 2010 e dos sites institucionais dos 54 Programas de Pós-Graduação em História reconhecidos pela CAPES.

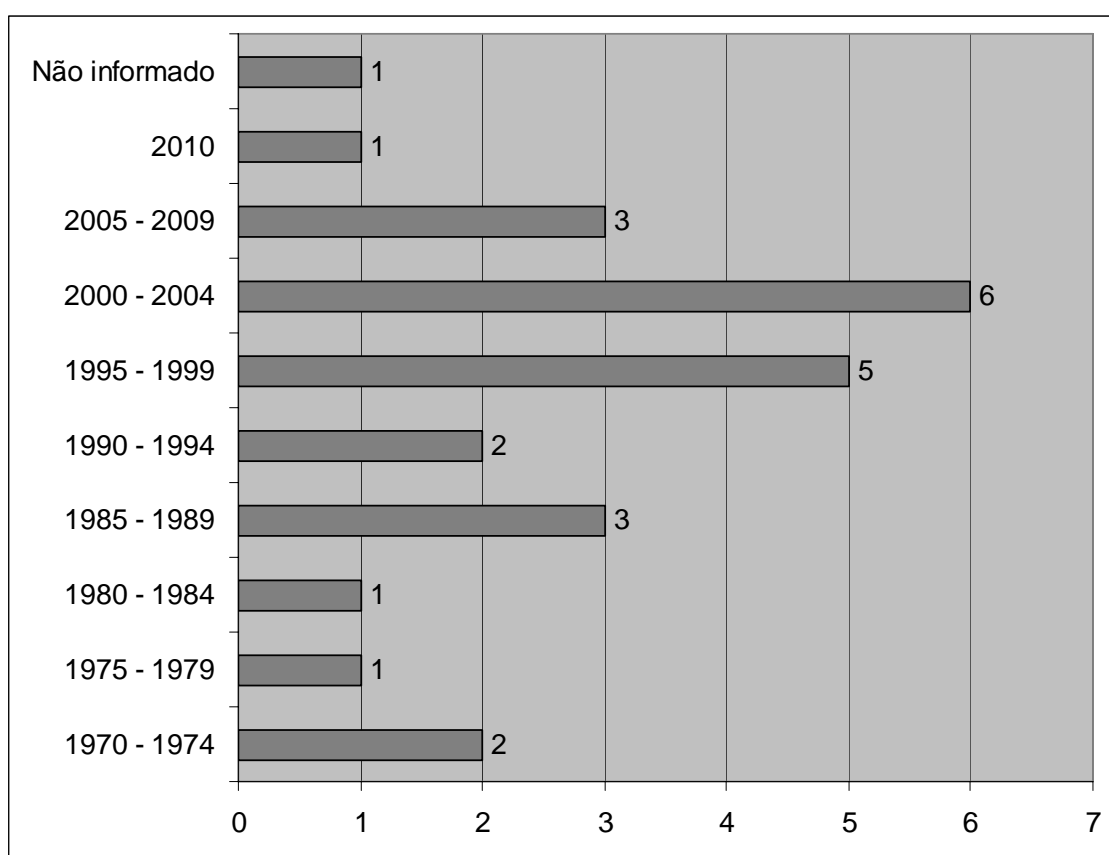
Apesar das décadas de 1960 e 1970 serem fundamentais na História, momento de fundação da Anpuh e dos primeiros programas de pós, pode-se notar a partir do Gráfico 19, que os primeiros anos do século XXI foram de impacto na produção historiográfica, já que foi em tal década que os programas em História quase duplicaram (ver Gráfico 20), entre 2005-2009 a CAPES reconheceu mais 17 PPGH.

O crescimento da área é um fato, porém não foi proporcionalmente contínuo, já que na primeira metade da década de 1980 esta aceleração diminuiu, para isso é necessário lembrar, como afirmou Meadows (1999), que o desenvolvimento da ciência na modernidade está diretamente ligado aos investimentos financeiros, e a década em questão é considerada a “década perdida” no Brasil, em função da retração na economia do país, diferente do crescimento dos últimos anos, justificado pela estabilização

econômica, e pela valorização monetária e dos investimentos governamentais na ciência.

Pelo gráfico 20, que mostra o número de programas de História do Brasil por ano, pode-se também constatar o número baixo de ofertas de vagas para o curso de mestrado na década de 1970, refletindo diretamente na formação dos pesquisadores 1 acima analisados, justificativa que mais uma vez se colocará, no que se refere às poucas IES em História no Brasil formadoras dos pesquisadores do CNPq (ver Gráfico 21).

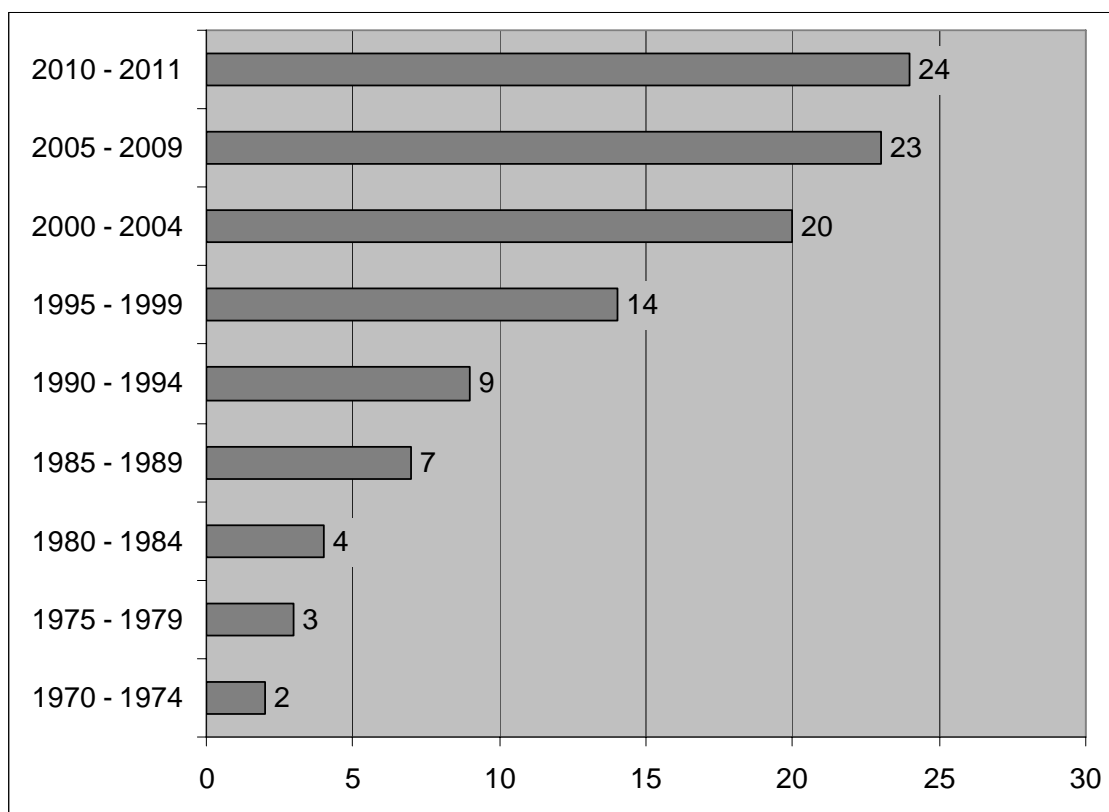
Gráfico 21: Período anual de fundação dos cursos de doutorado nos Programas de Pós-Graduação em História.



Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 10 de dez. de 2010 e dos sites institucionais dos 54 Programas de Pós-Graduação em História reconhecidos pela CAPES.

No gráfico 22, pode-se observar o número de programas que ofereciam doutorado ao longo dos últimos 41 anos, tempo de sua existência no Brasil.

Gráfico 22: Número de cursos de doutorado oferecido em Programas de Pós-Graduação em História por períodos anuais.



Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 10 de dez. de 2010 e dos sites institucionais dos 54 Programas de Pós-Graduação em História reconhecidos pela CAPES.

* No total são 25 programas, porém a UFPE não foi incluída, por ausência informação precisa sobre o ano de fundação do doutorado.

No total, são 25 PPGH que oferecem mestrado e doutorado atualmente no Brasil, os Gráficos 21 e 22 expostos são referentes apenas à fundação dos doutorados, o que significa afirmar que, ou os programas citados já tinham mestrado ou começaram a funcionar no mesmo ano, como ocorreu na FIOCRUZ, em 2001, ou na USP, que fundou o primeiro PPGH no Brasil, já com os cursos de mestrado e doutorado, permanecendo o único até 1978, quando a UNESP-ASS criou também seu programa, oferecendo as duas titulações. A USP foi responsável por levar a opção de doutoramento em História no Brasil, proporcionado assim, a expansão da área como, por exemplo, a formação da historiadora Helga Piccolo que, por sua vez, depois foi uma das responsáveis pela criação do PPGH no Rio Grande do Sul. Em entrevista à *Revista de História* a professora falou:

RH: É verdade que a senhora foi a primeira doutora gaúcha?

HP: Sim, fui a primeira doutora em História do Rio Grande do Sul. Fiz o doutorado de 1969 a 1972 na USP, que começou com a pós-graduação bem antes do que qualquer universidade gaúcha. (PICCOLO, 2008. p. 43)

Os cursos de doutorados, também apresentaram, assim como no mestrado, uma queda de crescimento na primeira metade da década de 1980, porém, o recuo na expansão já ocorria desde a segunda metade dos anos de 1970, além disso, outra semelhança refere-se ao abrupto crescimento no século XXI, no qual o mestrado passou de 24 para 54 programas em uma década (aumento de 46%) e o doutorado de 15 para 25 (aumento de 40%).

Na Quadro 2, as notas referentes à avaliação dos programas podem ser analisadas, assim como o ano de fundação de cada PPGH, o Estado e a Universidade.

Quadro 2: Avaliação dos programas de pós-graduação em História pela CAPES.

Estado	IES	Programa	Nível	Nota/2010_1*	Nota/2010_2**	Fundação M/D
RS	PUC/RS	HISTÓRIA	M/D	6	6	1970*****/1986
SP	USP	HISTÓRIA ECONÔMICA	M/D	6	5	1971/1971
SP	USP	HISTÓRIA SOCIAL	M/D	7	7	1971/1971
RJ	UFF	HISTÓRIA	M/D	6	7	1971/1985
PR	UFPR	HISTÓRIA	M/D	5	5	1972/1982
SP	PUC/SP	HISTÓRIA	M/D	5	5	1972/1990
PE	UFPE	HISTÓRIA	M/D	5	5	1974/****
SC	UFSC	HISTÓRIA	M/D	4	5	1975/1998
SP	UNICAMP	HISTÓRIA	M/D	7	7	1976/1985
DF	UNB	HISTÓRIA	M/D	5	5	1976/1997
SP	UNESP/ASS	HISTÓRIA	M/D	5	5	1978/1978
SP	UNESP/FR	HISTÓRIA	M/D	4	4	1979/2001
RJ	UFRJ	HISTÓRIA SOCIAL	M/D	6	6	1982/1992
RS	UFRGS	HISTÓRIA	M/D	5	5	1986/1995
RJ	PUC-RIO	HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA	M/D	5	5	1987/1998
RS	UNISINOS	HISTÓRIA	M/D	5	5	1987/1999
GO	UFG	HISTÓRIA	M/D	4	4	1987/2003
MG	UFMG	HISTÓRIA	M/D	6	6	1990/2000
BA	UFBA	HISTÓRIA	M/D	4	5	1990/2002
RJ	UERJ	HISTÓRIA	M/D	4	4	1998/2004
MG	UFU	HISTÓRIA	M/D	4	4	1998/2006
CE	UFC	HISTÓRIA	M/D	3/4	4	2000/2010
RJ	UFRJ	HISTÓRIA COMPARADA	M/D	4	4	2002/2002
RJ	FGV/RJ	HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS	M/D	4	4	2006/2006
MS	UFGD	HISTÓRIA	M	3	4	1999
PR	UEM	HISTÓRIA	M	3	3	1999
RS	UPF	HISTÓRIA	M	3	3	1999

RJ	FIOCRUZ	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	M/D	4	4	2001/2001
RJ	FGV/RJ	HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS	F	5	5	2002
RJ	USS	HISTÓRIA	M	3	3	2002
ES	UFES	HISTÓRIA	M	3	4	2003
MG	UFJF	HISTÓRIA	M	3	4	2004
RN	UFRN	HISTÓRIA	M	3	3	2004
AM	UFAM	HISTÓRIA	M	3	3	2005
PR	UNIOESTE	HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS	M	3	3	2005
BA	UNEB	HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL	M	3	3	2006
CE	UECE	HISTÓRIA E CULTURAS	M	3	3	2006
MG	UFOP	HISTÓRIA	M	3	3	2006
PB	UFCG	HISTÓRIA	M	3	3	2006
PE	UFRPE	HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL	M	3	3	2006
RJ	UERJ	HISTÓRIA SOCIAL	M	3	3	2006
RJ	UNIVERSO	HISTÓRIA	M	3	3	2006
SC	UDESC	HISTÓRIA	M	3	3	2006
BA	UEFS	HISTÓRIA	M	3	3	2007
RJ	UNIRIO	HISTÓRIA	M	3	3	2007
GO	PUC-GOÍÁS	HISTÓRIA	M	3	3	2008
MG	UFSJ	HISTÓRIA	M	3	3	2008
RJ	UFRRJ	HISTÓRIA	M	3	3	2008
RS	UFPEL	HISTÓRIA	M	3	3	2009
MT	UFMT	HISTÓRIA	M	3	4	***
PA	UFPA	HISTÓRIA	M	3	4	***
PB	UFPB/J.P.	HISTÓRIA	M	3	3	***
PI	FUFPI	HISTÓRIA	M	3	3	***
PR	UEL	HISTÓRIA SOCIAL	M	3	3	***
T - 18	Total - 54	total - 54				

Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 10 de dez. de 2010 e dos sites institucionais dos 54 Programas de Pós-Graduação em História reconhecidos pela CAPES.

* Referentes ao início do ano de 2010. ** Referente ao resultado do triênio 2010. *** Não encontrada a informação no institucional. **** Informação não específica no site institucional ***** Site institucional informa apenas ser na década de 1970, mas não especifica o ano.

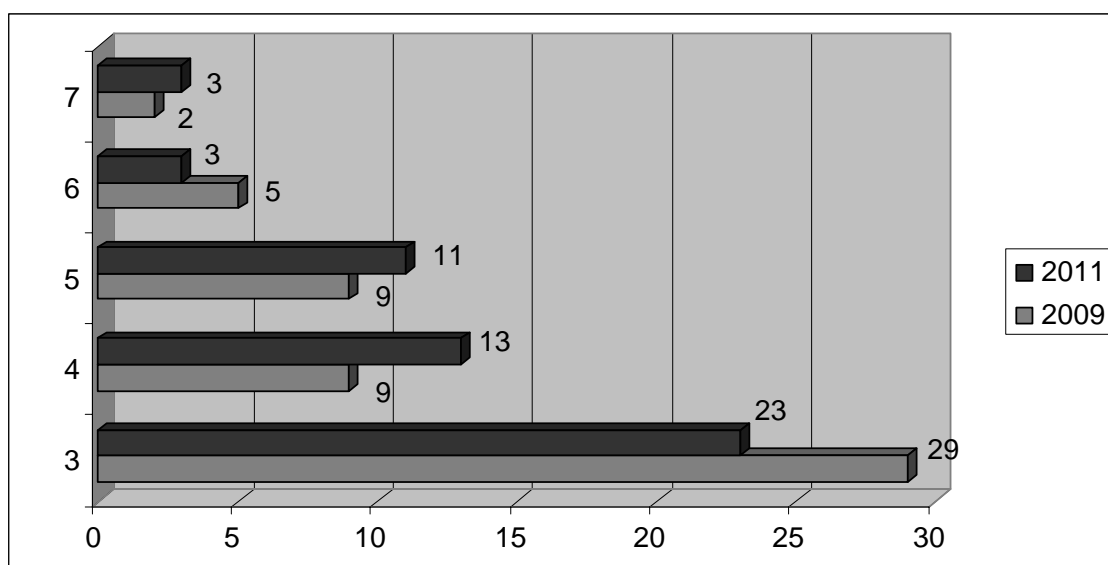
A partir da junção das duas informações do Quadro 2, pode-se concluir que a maturidade adquirida com o tempo de existência das instituições permite aos programas uma avaliação mais próxima da máxima na CAPES. Os programas mais recentes são os avaliados com três, pois mesmo os cinco programas avaliados que não informaram o ano de fundação em seus sites, apresentam elementos informacionais em suas páginas que indicam uma recente existência, como por exemplo, a data das dissertações já defendidas.

Destaca-se os cursos da PUC-RS, da UFRJ (História Social) e da UFMG, ambos com nota seis e principalmente a UFF, a UNICAMP, e a USP (História Social), todas

com nota sete (máxima). Nota-se que das três instituições com nota máxima, todas estão no sudeste, duas em São Paulo e uma no Rio de Janeiro, além disso estão entre as mais antigas também.

No Gráfico 23, comparativo da atual avaliação institucional da CAPES com a anterior, foi possível concluir que além do crescimento quantitativo, os programas de História estão num processo de crescimento qualitativo, uma vez constatado que no triênio de 2010 (atual) apenas um programa teve sua nota reduzida (USP – História Econômica, com queda de seis para cinco), contrapondo-se a 8 que aumentaram, e são: UFC, UFES, UFJF, UFGD, UFMT, UFPA, de nota três para quatro; UFBA, UFSC de quatro para cinco; e UFF de seis para sete. A UFF permaneceu com nota sete por quinze anos consecutivos, no último triênio caiu para seis e na atual avaliação recuperou sua posição de liderança.

Gráfico 23: Avaliação da CAPES Programas de Pós-Graduação em História.



Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 10 de dez. de 2010.

Por fim, no que se refere aos programas de pós em História, a informação levantada sobre os mesmos refere-se à sua composição do corpo de docentes (gráfico 24), na qual foram identificadas 1103 vagas preenchidas, podendo haver casos de um professor em mais de uma vaga, como por exemplo, a USP, que tem o PPG em História Social e o PPG em História Econômica, neles existem oito professores em comum, sendo um deles, um pesquisador 1D do CNPq.

liderança nacional. Porém, esta média aqui estabelecida ignora um fato importante, de que existe concentração de docentes também nos próprios Estados, sendo o PPG em História Social da USP responsável pela concentração de 66 docentes e a UNICAMP por 38 dos 191 professores de São Paulo e a UFF tem 54, dos 282 professores do Rio. Tanto os professores efetivos da USP, da UNICAMP, quanto da UFF estão presentes em outros programas como colaboradores ou visitantes. Só estes três programas concentram 14,6 % de todos os docentes de PPGH no Brasil e são exatamente os que também concentram os pesquisadores 1, com 33 bolsistas (47%), dos 70 existentes, e são os únicos que receberam sete, na avaliação da CAPES, triênio 2010.

Deve-se refletir acerca de como o número elevado de professores de produtividade leva à determinadas concentrações, e de como este é um processo que gera um ciclo vicioso, já que produção densa garante aos programas uma avaliação mais alta na CAPES, levando os mesmos a obterem maiores financiamentos, tanto para os docentes, quanto para os discentes. O aumento do financiamento, por sua vez, permitem aos professores aumentarem sua produção, e assim sucessivamente, formando, como já dito, um ciclo auto-gerador e conseguindo manter o seu status. É possível afirmar que existe presença mais forte do Rio e, principalmente, de São Paulo na produção historiográfica brasileira, no entanto, a partir da última década, os demais Estados começam a participar mais dessa produção.

5.3 As principais temáticas.

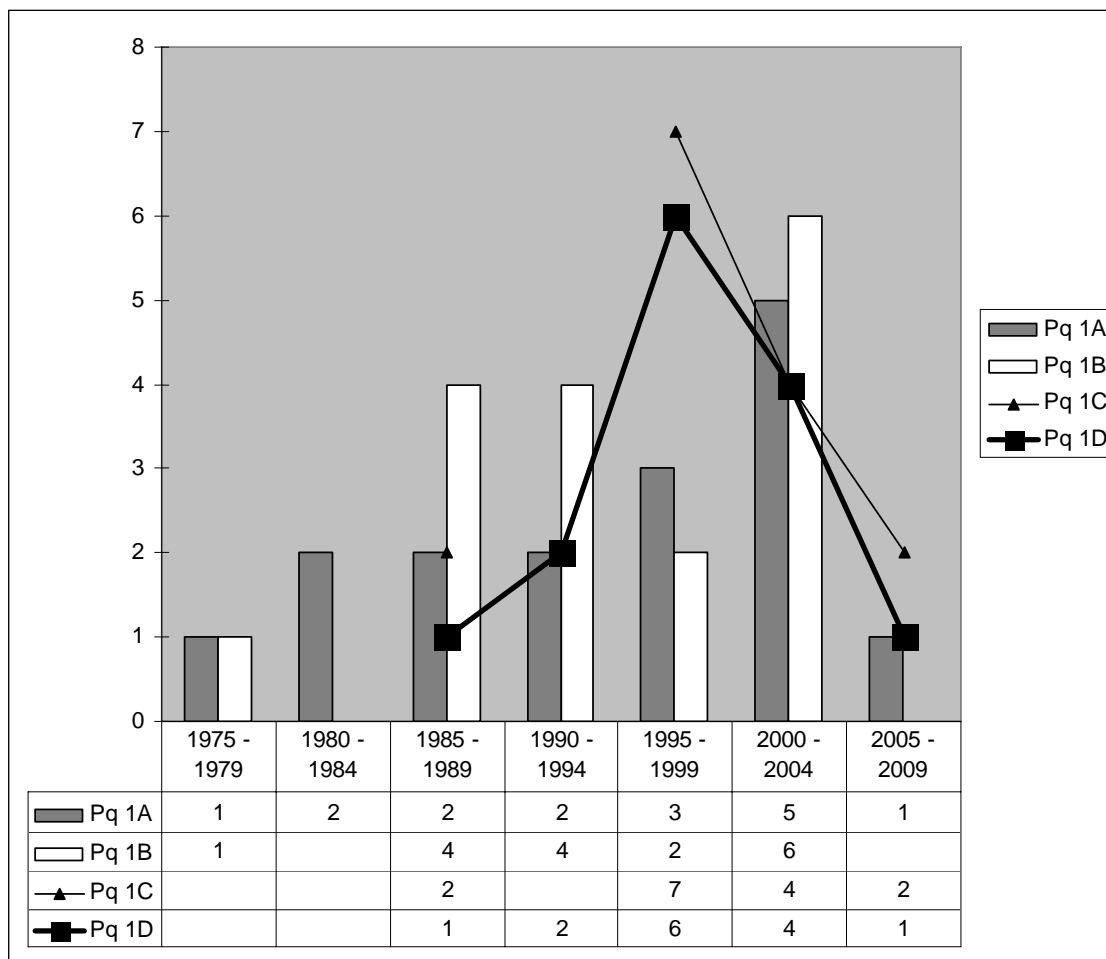
As pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente de uma IES vinculado a PPG, além de ser uma das atividades básicas, entre as atribuições destes profissionais, garantem também ao professor e à instituição gerar conhecimento e avançar na área.

O conhecimento científico na História, como citado anteriormente, está prioritariamente vinculado à instituição de ensino superior público, e por isso é possível afirmar que as pesquisas desenvolvidas pelos docentes são um espelho da historiografia brasileira, que pode ser representada pelos pesquisadores 1 de História do CNPq.

Os primeiros projetos elaborados pelos atuais pesquisadores 1 do CNPq datam da segunda metade da década de 1970 (ver gráfico 25), e foram realizados, obviamente pelos professores mais antigos, os 1A e 1B, e a participação dos 1C e 1D, começaram apenas 10 anos depois, em fins da década de 1980, com uma participação tímida, o que pode ser explicado, pelo fato de neste período estes professores ainda estarem em

processo de formação e titulação acadêmica (ver tópico sobre formação dos pesquisadores 1).

Gráfico 25: Início das pesquisas dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq*.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

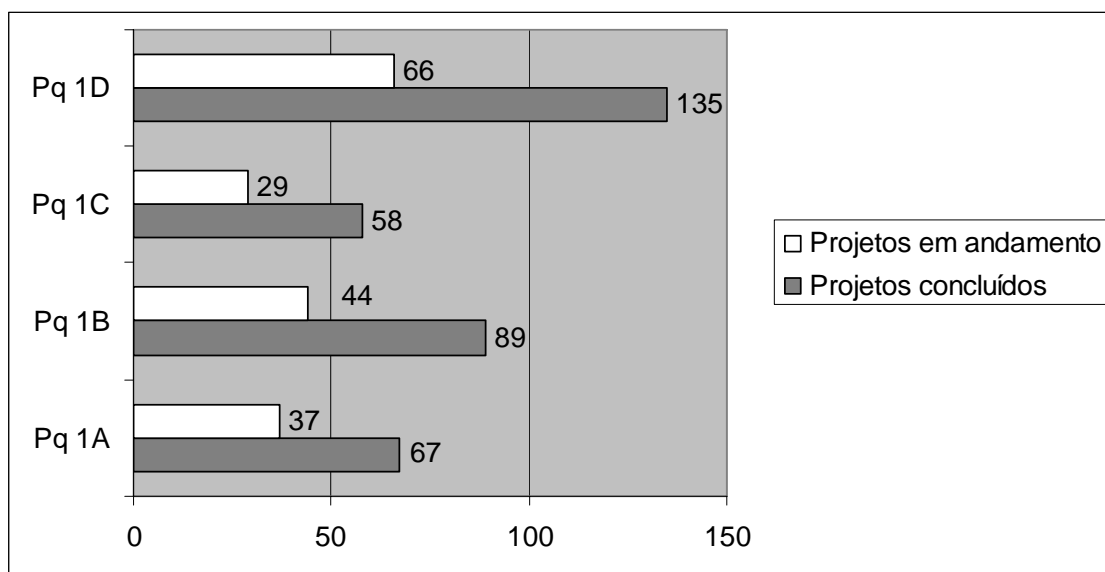
* Os anos são referentes ao início do desenvolvimento de pesquisa e não ao ano que passaram a ser pesquisador do CNPq.

O gráfico 25, além de indicar a diferença da iniciação na pesquisa entre os pesquisadores do CNPq, também revela que o final dos anos 1990 e início do ano 2000 foram os de anos de maior inserção de pesquisadores em suas atividades, com o total 37 professores iniciando projetos de pesquisa. Por outro lado, estes números expostos no gráfico devem ser questionados, afinal é possível que alguém só tenha desenvolvido pesquisa após 2005 seja um pesquisador de produtividade? Ou será que informações contidas na Plataforma *Lattes* podem estar incompletas?

No total de 349 projetos desenvolvidos pelos pesquisadores 1 do CNPq indicados nos Currículos *Lattes* até os dias atuais, 38% (135) foram de 1D, o que

surpreende, já que esta é a categoria que começou a desenvolver projetos mais tarde e, no entanto é que mais concluiu pesquisa. O gráfico 26 nos revela, em números estatísticos, uma mudança real no comportamento da mais recente “geração de excelência” historiográfica do Brasil, em relação a “geração de excelência” mais tradicional, pois demonstram capacidade produtiva mais intensa.

Gráfico 26: Projetos de pesquisa dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

No que se refere aos projetos em andamento, 176 no total, os números também são liderados pelos 1D, com 37,5% e já os 1A, somam 21%. No entanto, na análise acerca dos 1A deve ser considerado o fato, de entre estes estarem professores aposentados, e por isso com um ritmo produtivo menor, além de demonstrarem, pelo número de pesquisas concluídas, que não tem a tradição da preocupação na quantidade, diferentes dos 1D que ainda estão galgando maiores status.

Concluindo e ainda sobre o gráfico 26, pode ser observado que, tanto em pesquisas desenvolvidas, quanto em andamento os 1C obtiveram os menores índices.

Os temas das pesquisas foram identificados e expostos no gráfico 27.

Gráfico 27: Áreas de pesquisa dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

* As palavras foram contabilizadas apenas uma vez por currículo, mesmo que fossem mencionadas mais de uma vez.

No gráfico 27, as áreas de pesquisas citadas pelos pesquisadores 1 em seus currículos foram quantificadas, e o tema mais mencionado foi História do Brasil, citado por 52 professores, representando 75% dos pesquisadores, o que é fácil de compreender já que se trata da História do país em que os pesquisadores se localizam, assim como as respectivas instituições em que trabalham e são os órgãos de fomento.

No desdobramento de História do Brasil, aparecem: Brasil República (21), Brasil Império (18) e Brasil Colônia (12), destacando-se a História do Brasil no século XX. Este estudo revela que a historiografia brasileira mudou seu foco ao longo dos últimos 30 anos, pois Ferrez (1981) identificou, no início dos anos 1970 o predomínio do Império como tema de estudo, fato que foi abordado por Boris Fausto em entrevista e por ele associado às tradições da USP nos anos 1970:

O curso [de História da USP] era anual e não tinha essas coisas de matéria optativa. Tudo era obrigatório, tudo era tradicional. Você não estudava feitiçaria, essas coisas. [...] Havia professores que diziam que, após o Império, passávamos para o mundo de hoje, e o hoje não era aberto à História. (FAUSTO *apud* GOMES, 2008. p.186).

Além das tradições de pesquisa, Moreira (1990) explica que um dos determinantes para a concentração em História da colônia e do império era a falta de organização e acesso a fontes da História mais recente do Brasil, lacuna, que, por influencia dos brasilianistas, foi sendo superado com a criação dos centros de documentação:

Na realidade, a produção brasilianista, antecipando-se aos pesquisadores brasileiros, acabou por reorientar a historiografia nacional, de um lado relativizando a importância do período colonial e, de outro, valorizando o período contemporâneo, até então praticamente ausente do universo da pesquisa acadêmica. (MOREIRA, 2008. p. 69-70)

Outros assuntos que se destacam são: História Moderna e Contemporânea (27), o que demonstra uma preocupação com a História mais “recente” e Teoria e Filosofia da História (23), que confirma a preocupação do historiador não só de estudar a História, mas também de refletir sobre sua própria área, suas técnicas, suas construções e efeitos. Áreas como História do Livro e da Leitura, História de Gênero, História da Ciência e História da Escravidão possibilitam refletir sobre vários aspectos diferentes e em tempos diferentes, e demonstram o interesse do historiador em eixos temáticos, e não necessariamente em períodos históricos fechados e tradicionais.

Foram levantados, ainda as especializações das subáreas, em que os temas citados por mais de um pesquisador está exposto na Quadro 3.

Quadro 3 - Bolsistas de produtividade 1 do CNPq - temas de pesquisa.

Áreas de atuação - subáreas / especialidade	
História da África	5
História das Relações Internacionais	5
História Latino-Americana	4
Artes	3
Ciência da Informação - Arquivologia	3
História Oral	3
Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	2
Arqueologia	2
Demografia Histórica	2
Educação	2
Ensino e Aprendizagem	2
História Cultural	2
História dos Estados Unidos	2
História Econômica	2
História Política	2
TOTAL	41

Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Na quadro 3, das especialidades de temas, pode-se notar a gama de possibilidade de pesquisa em História no Brasil. A presença da História da África, História Oral, História do Cinema, Música e História da Cultura, revela como a Historiografia Brasileira se modificou, saindo dos “grandes temas” de uma História Total para se permitir dialogar com a Micro - História e a História Cultural. Além disso, os historiadores se colocam não só como especialistas de um tema, mas também de uma nova forma de produzir o conhecimento científico histórico, como por exemplo defende Maria de Leite da Silva Paes, que não é uma bolsista do CNPq, mas que lidera um dos movimentos dessas novas tendências:

É preciso elaborar questões que façam falar as fontes e procurar nos documentos, interpretar as vozes das pessoas que viviam e vivem fora da cidadania tal como é constituída entre nós. Para que o historiador possa interpretar suas vozes e as condições de sobrevivência e de sociabilidade em que viveram, ele tem de abdicar de ter o Estado brasileiro como sujeito central na nossa história, assim como tem de abandonar conceitos generalizantes tributários de ideologias de dominação. (DIAS, 2002. p. 204)

A soma das especialidades declaradas é de 90 temas, referentes a 64 assuntos diferentes, sendo que destes 49 foram citados apenas uma vez (ver anexo F), além disso, não houve a declaração por parte de todos os professores em relação à sua especialidade, somente em relação a sua área de atuação.

Assim como as áreas de atuação e especialização, as linhas de pesquisa também foram analisadas, no qual as palavras-chave mais citadas estão expostas no quadro 4.

Quadro 4: Pesquisas dos programas de pós-graduação em História com bolsistas de produtividade 1 do CNPq.

IES -PPGH	Áreas de atuação das linhas de pesquisa									
	Cultura	Política	Poder	Representações	Sociedade	Teoria e Historiografia	Memória	Instituição	Economia	Identidade
UFBA	X		X		X					
UNB	X	X	X			X		X		X
UFG	X						X			X
UFMG	X	X								
UFU	X	X								
UFPE	X		X		X		X			
UFPR	X		X							
FGV – RJ		X		X			X	X		
UERJ	X	X			X					
UFF	X		X		X				X	
UFRJ – História Social	X	X			X				X	
UFRJ - História Comparada		X						X		
UFRN	X		X	X					X	
UFRGS	X	X	X	X		X		X		
UFSC	X	X	X		X		X			
PUC-SP	X			X						
UNESP - Assis	X	X		X						X
UNICAMP	X	X		X			X			X
USP – História Social	X	X				X				
USP – História Econômica		X	X			X			X	
Total	17	13	9	6	6	4	5	4	4	4

Fonte: A autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010 e dos sites institucionais dos 54 Programas de Pós-Graduação em História reconhecidos pela CAPES.

No quadro 4 foram identificados os termos que aparecerem mais de uma vez nas diferentes linhas de pesquisa dos programas de História dos pesquisadores 1 do CNPq. Apareceram também, outros termos, com menor frequência (ver anexo G). A partir do quadro 3 e da listagem geral em anexo, com as denominações das linhas de pesquisa foi possível constatar a mesma diversidade já evidenciada na análise das áreas de pesquisa e nas especializações, com destaque a frequência dos temas Cultura (presente em 17 linhas de programas diferentes), Política (13), Poder (nove), Representações (seis), Sociedade (seis), Memória (cinco), Teoria ou Historiografia (quatro), História das Instituições (quatro), Economia (quatro) e Identidades (quatro) termos que expressam uma abordagem histórica e ao mesmo tempo são amplos para dar margem ao desenvolvimento a diferentes trabalhos em diversos aspectos.

Outros termos utilizados nos nomes das linhas expõem mais precisamente os objetivos de pesquisa e são: Escravidão, Gênero, Trabalho, Comércio, Mundo Atlântico, Imaginário, Meio Ambiente, Forças Armadas, Acervos, Informação, Espaços, Migrações, Religião, Arte, Identidade, Cultura Material, Conceito, História da Ciência, Documentação, Agricultura, Família, Intelectuais e População. Alguns destes termos também foram vistos nas áreas e especificações dos pesquisadores 1.

Hoje, o que se pode constatar é a predominância da História Moderna e Contemporânea, com foco na História do Brasil, porém há uma abertura da História a múltiplos temas e perspectivas de pesquisa, e apesar de haver o destaque de algumas áreas, estas são amplas, o que permite afirmar que não existem temas predominantes e sim uma pluralidade de temas.

5. 4 A produção científica dos historiadores pesquisadores 1 de CNPq.

Em entrevista concedida a Rodrigo Elias, da *Revista de História* da Biblioteca Nacional, o ex-professor da UERJ e da UFRJ e ex-presidente da Anpuh, Manoel Salgado Guimarães foi questionado se no crescimento dos congressos da Associação Nacional de História haveria uma tensão entre a quantidade e a qualidade, e o mesmo respondeu: “Não tenho a menor dúvida. As pessoas estão submetidas a uma regra que demanda alta produtividade. O aluno está acabando a graduação e já está louco para apresentar um trabalho no congresso anual da Anpuh, porque isso vai contar no currículo” (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

A pressão da qual Guimarães se referiu é alusiva à constante avaliação quantitativa a que os programas de pós-graduação e os pesquisadores estão submetidos e, conseqüentemente, os discentes também. Isso porque os programas que recebem uma nota trienal da CAPES, na hora de avaliar, entre outros fatores, calcula a produtividade dos professores e dos alunos. Esses alunos, por sua vez, para ingressarem nos programas passam pelo processo de seleção que tem entre as etapas a análise de currículo e entrevista que, dentre os critérios, a maior nota é atribuída aos que apresentam maior capacidade produtiva. Conclusão, a constante avaliação, pela qual os programas passam, edifica sua qualidade, porém, cria entre os docentes e discentes a pressão por produtividade, ou o que Guimarães (2009, p. 52.) chamou de “processo de fordismo acadêmico”. Para o autor, a pressão pela produtividade já é possível de ser observada na graduação, quando ‘os alunos já começam a ser enquadrados para esse tipo de “produto final”’, no caso, a publicação.

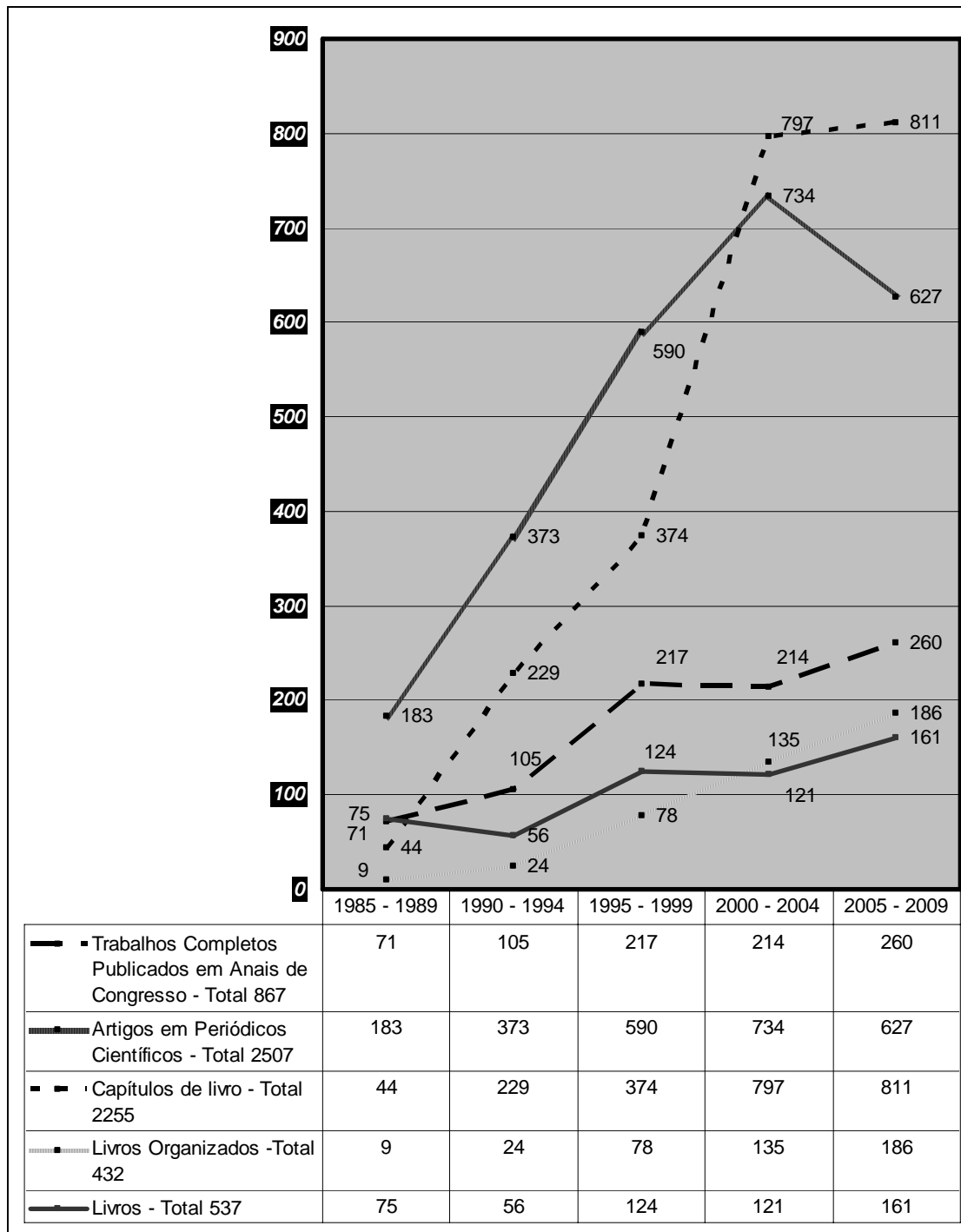
Segundo Costa, a pressão pela produtividade tem levado a existência de publicações de baixa qualidade e sem importância social, transformando a obra historiográfica numa mercadoria:

A pressão para publicar resulta, às vezes, em trabalhos medíocres, superficiais, ou mal escritos, sobre assuntos curiosos, mas de pouca relevância. A obra de História tornou-se mercadoria e como tal está sujeita ao mercado, o que implica certas limitações [...]. Às vezes, o único propósito que guia o pesquisador é escrever uma tese, qualquer tese. A preocupação social ou política está ausente do seu trabalho. (COSTA, 2002. p. 87 -88.)

A partir desta perspectiva, deve-se citar as intensas produções, por outro lado, torna-se importante perceber o quanto estas influenciam as instituições. Um programa de pós-graduação ter entre seus docentes professores de alta capacidade produtiva significa, ao mesmo tempo uma melhor avaliação na CAPES e, por esta razão, os programas com as maiores notas são os que concentram o maior número de pesquisadores bolsistas 1. Mas o quanto estes pesquisadores produzem para ser considerados a “elite”? Para responder a esta pergunta foi quantificada e analisada, entre os anos de 1985 a 2009, a sua produção científica. Foram contabilizados 2057 artigos em periódicos científicos, 537 livros, 432 organizações de livros, 2255 capítulos de livros e 867 trabalhos completos publicados em anais de congressos (ver gráfico 28), e, entre estes, existem publicações em outros idiomas, predominantemente em espanhol, francês e inglês. E, no caso de autoria coletiva, como foram levantadas a partir dos Currículos Lattes individuais de cada professor, o número total pode incluir possíveis

duplicações, uma vez que a mesma obra aparece apontada nos currículos de seus respectivos autores.

Gráfico 28: Produção científica produzidas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção contabilizada no Currículo Lattes dos professores, podendo ter sido contados mais de uma vez, se forem casos de autorias coletivas e ambos serem pesquisadores 1.

O primeiro a ser observado é que ao longo dos anos a quantidade de livros publicados, no geral cresceu, porém não com mesma intensidade que os livros organizados, que se mostravam, até 1999 menos intensos, mas que a partir de 2000 ultrapassaram o número de livros. Outra comparação necessária é entre os artigos de periódicos e os capítulos de livros, na qual os artigos mostram-se expressivos desde os primeiros anos analisados e crescem continuamente até 2004, tendo uma queda nos últimos cinco anos, já os capítulos, que nos anos 1985 – 1989 não tinham grande representatividade (44 – 1,9% do total de 2255), apresentam um aumento contínuo, superando os artigos de periódicos a partir dos anos 2000, tanto na distribuição por ano, quanto no total acumulado.

Isto também ocorre com a frequência de publicações em outro idioma, em que os artigos de periódicos acumulam 71 em espanhol, 57 em francês e 197 em inglês (total 331) e os capítulos de livros somam 81 em espanhol, 101 em francês e 164 em inglês (total de 346). Pode ser constatada a importância do francês nos capítulos de livros, já que se trata basicamente de um único país, a França; e do inglês, que tem o maior acúmulo de capítulo de livros e principalmente nos periódicos,

A coletânea pode ser um recurso para superar o tempo de espera para a publicação em periódico, muitas vezes longo. Esta situação pode ser exemplificada com a *Revista Brasileira de História*, que por ser avaliada *Quallis 1* tem um número grande de artigos submetidos, causando uma longa espera entre os autores, podendo ser considerada uma possível justificativa para Anpuh criar uma revista eletrônica, *Revista Hoje*.

Por outro lado, existem também dificuldades para a publicação de um livro, relacionada às questões econômicas, a aceitação de mercado, editoração e, no caso das coletâneas, à responsabilidade intelectual do organizador e os possíveis conflitos ideológicos entre os autores também podem representar um obstáculo. Em 2009 foi criado um roteiro para a classificação de livros “visando a avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação”, em áreas em que estes apresentam grande relevância. Este roteiro se justifica por reconhecer que os livros têm relevância em algumas áreas, da mesma forma que os periódicos em outras. O roteiro e avaliação do

livro é uma liderança do Brasil, que pela ausência de experiência anterior, reconhece o desafio, e busca alguns parâmetros na avaliação dos periódicos.¹⁸

O *Qualis* Livro reconhece como livro “um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial” e adota os seguintes critérios avaliativos: apresentação de identificação da obra, como a ficha catalográfica e códigos de classificação, por área temática; aspectos formais, como identificação de autoria, financiamento, prêmios e instituição e natureza científica do texto e o seu tipo (obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc); e avaliação do conteúdo que segue três pontos, relevância, inovação e potencialidade do impacto.

Cada área elaborará seu próprio instrumento de avaliação, tendo que contemplar as partes indicadas pelo roteiro. Na História foi definido que os PPGH deverão enviar seus livros publicados no triênio avaliado para a biblioteca de referência, Biblioteca Florestan Fernandes, na USP, pois somente assim terão suas produções consideradas.¹⁹

O *Qualis* Livro apresenta-se como um incentivo a áreas que adotam o livro como canal de comunicação preferencial como, por exemplo, a História. Estes historiadores têm seus livros e coletâneas publicadas provavelmente porque já atingiram um grau de conhecimento entre as possibilidades e dificuldades de publicação e por isso são capazes de superá-las, e ainda existem as próprias editoras universitárias, que também garantem e esses pesquisadores suas contínuas publicações. Seria necessário fazer uma pesquisa entre os recém doutores para averiguar se entre estes as coletâneas também são tão intensas. Provavelmente não. Talvez entre este grupo proposto, o que se encontraria seria a maior difusão dos artigos em periódicos científicos, e provavelmente seriam revistas eletrônicas e de programas de pós-graduação.

O que se pode concluir é que a prática da publicação de coletâneas e de capítulo de livros, entre os historiadores demonstra uma mudança, mas uma mudança acompanhada de tradição, pois se por um lado existe a pressão por produtividade, por

¹⁸ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Qualis*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

¹⁹ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório de Avaliação 2007 – 2009. Trienal 2010 (História). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

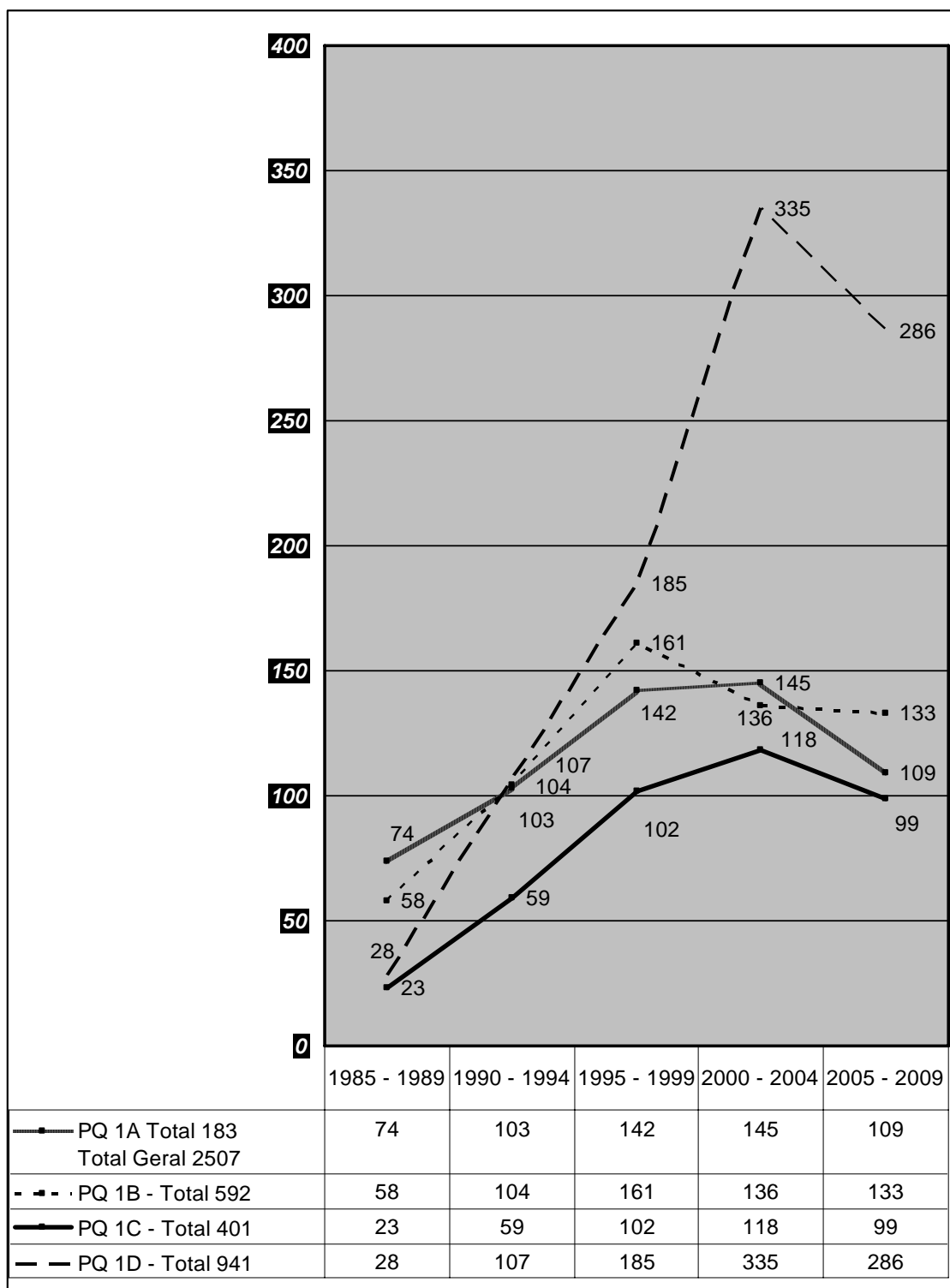
outro o historiador tem a tradição dos livros, que geralmente são fruto de anos de pesquisa sendo, então, incompatíveis com a produtividade intensa.

A História mais uma vez mostra-se diferente das outras ciências, pois diante da pressão por produção, a mesma não recorreu, necessariamente, ao periódico, e se adaptou recorrendo à utilização da coletânea, que permite a intensificação da produção e a manutenção do tradicional, já que a coletânea é um livro. Estaria se consolidando uma nova e ao mesmo tempo antiga tradição na História?

5.4.1 Produtividade de artigos científicos em periódicos.

Os artigos publicados por pesquisadores 1 do CNPq de História cresceram 242,6%, num intervalo de tempo de 24 anos, como uma consequência do próprio crescimento e expansão da área, que vem passando por este processo intensamente, desde fim da década de 1980. Este crescimento pode ser observado no gráfico 29.

Gráfico 29: Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

O gráfico 29 indica a produção científica dos pesquisadores 1, entre os anos de 1985 a 2009, sendo possível observar que o número de artigos aumentou ao longo dos anos, com destaque de crescimento em fins dos anos 1980 para início da década de 1990, com o aumento de mais de 100% da produção, fato que pode ser entendido, se lembrado que até 1985 apenas metade dos pesquisadores 1 tinham o título de doutor, porém, até 1994 já existiam 61.

A proporção de crescimento contínuo no tempo começa com alta densidade e depois enfraquece, com uma queda nos anos mais recentes, sendo entre os anos 1989 a 1994 o aumento de 103%, de 1994 a 1999 o crescimento foi de 58%, entre 1999 até 2004 foi de 24% e de 2004 a 2009 houve um decréscimo de 14,5% da publicação de artigos em relação ao período anterior. O aumento da produtividade, primeiro em grande intensidade e posteriormente em queda, pode ser explicado pelo fato do próprio envolvimento dos pesquisadores 1 com a academia, tanto em seus períodos de doutoramento quanto depois, já desenvolvendo pesquisas nas IES onde atuam. A sua maturidade científica também deve ser um elemento que ajuda a entender este crescimento.

Os primeiros anos do século XXI somaram 54,2% de todos os artigos, fazendo pensar, primeiro, como um reflexo da pressão pela produtividade e, segundo, pela própria existência de mais canais de comunicação onde publicar, pois hoje, só através do site da Anpuh é possível acessar 67 periódicos de História, sendo 31 destes exclusivamente eletrônicos. Até 1981, nem a própria Associação editava uma revista, que antes só contava com a publicação dos anais de seu congresso, e hoje já dispõe de dois periódicos, a *Revista Brasileira de História* a *Revista Eletrônica História Hoje*. Além disso, com o crescimento do número de programas também aumenta o número de revistas, pois cada programa busca criar a sua, isso quando não duas, uma do corpo docente e outra do corpo discente.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, além de uma revista dos docentes e outra dos alunos, tem também a revista *Latinidades*, produzida por um de seus laboratórios, o Laboratório de Estudos Políticos das Américas/PPGH/NUCLEAS, no qual “reúne textos de professores e pesquisadores da UERJ e de outras instituições do país e estrangeiras”. O periódico dos docentes, a *Revista Maracanan*, também é aberta a publicação de professores de outras instituições, já que um dos seus objetivos é exatamente “o intercâmbio com outros Programas de Pós-Graduação e áreas de produção científica afins, nacionais e internacionais”, além de

divulgar a sua produção acadêmica, e por fim, a revista *Diá-logos* que “é uma produção dos alunos do PPGH/UERJ”, mas que assim como as revistas dos docentes, busca a interação com outras instituições, e por isso, “publica artigos de alunos de pós-graduação de diversas instituições do país”²⁰. Além disso, os artigos publicados são apresentados na Semana de História Política, organizada também pelos discentes:

Em sua maioria, os textos resultam das leituras realizadas para suas teses e dissertações, exprimem a qualidade das pesquisas e dos projetos e apontam a brilhantismo dos novos mestre e doutores da UERJ. Enfatizam ainda, o caráter multicultural dos estudos desenvolvidos.²¹

No que se refere ao decréscimo dos artigos, entre 2004 e 2009, este fato pode ter como explicação um movimento de aumento de outro tipo de publicação, que será analisado posteriormente, isto é, as publicações de capítulos de livro.

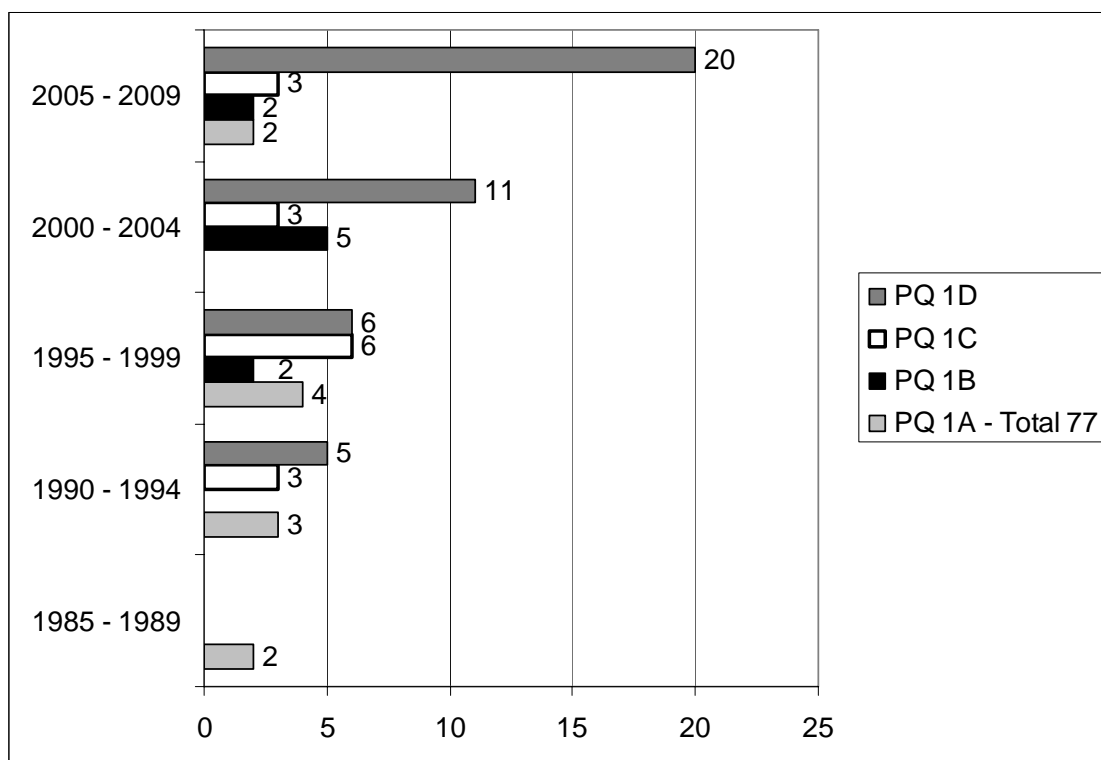
Por fim, no que se refere à mensuração total das publicações de artigos, o que se destaca é a diferença produtiva entre o 1A e o 1B, em que os pesquisadores de categoria 1B concentram a maior produtividade, desde 1990, e nos últimos dez anos sua produção chegou a proporções de 144,4% a mais que o 1A, o que pode refletir na maior adesão desses pesquisadores a publicações mais dinâmicas com o artigo, se contrapondo ao livro.

Foram mensuradas também as publicações em idiomas estrangeiros, podendo ser observado nos gráficos 30, 31 e 32. Entre os 331 artigos em idioma estrangeiro, 77 (23,2% entre os estrangeiros) são espanhóis, 57 (17,2%) franceses e 197 (59,5%) ingleses, com uma concentração de 202 (61%) entre 2000 e 2009.

²⁰ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História: *Publicações*. Disponível em: <<http://www.ppghistoria.com.br/publicacoes.php>>. Acesso em 8 de fev. de 2011.

²¹ *Ibid.*

Gráfico 30: Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em espanhol.

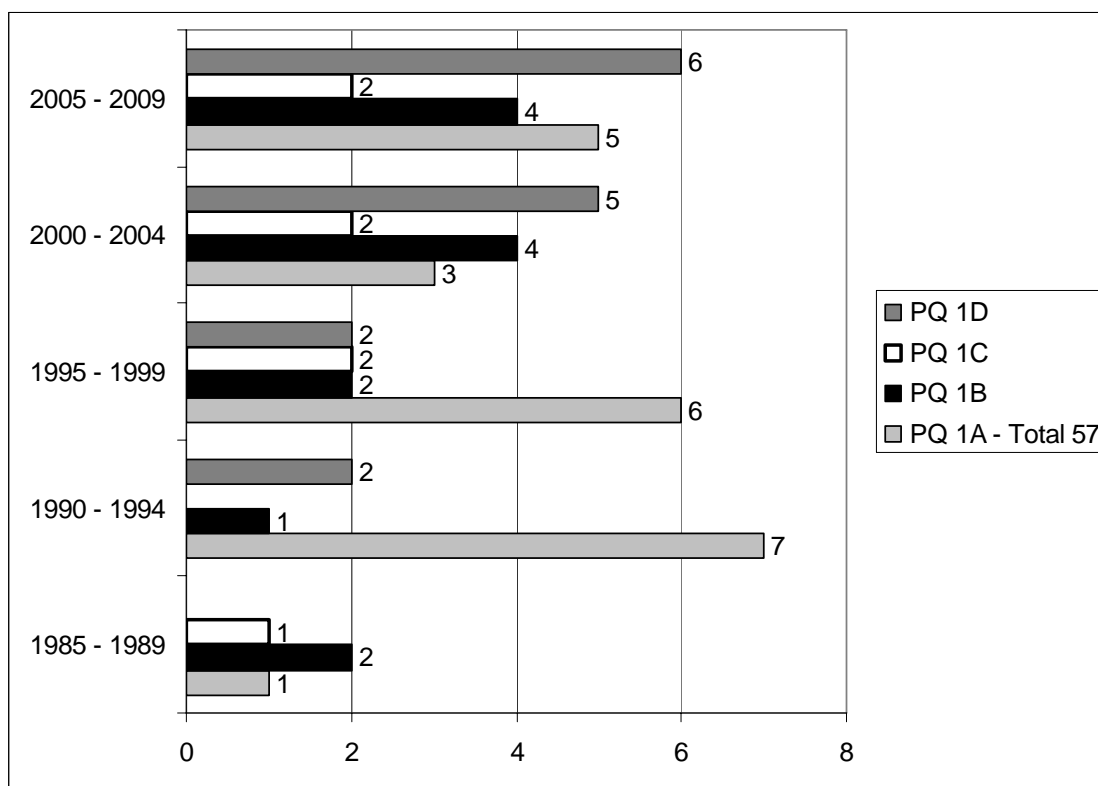


Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

Como pode ser observado no gráfico 30, dos 2507 artigos publicados, apenas 3% foram em espanhol, sendo os pesquisadores 1A os primeiros a publicarem em outro idioma e os 1B os últimos, já em fins da década de 1990. Note-se que são os pesquisadores 1D que obtiveram os maiores rendimentos a partir de 1995, com destaque para os anos de 2005 a 2009, que publicaram quase três vezes (20) a soma das outras três categorias (7).

Gráfico 31: Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em francês.



Fonte: a autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

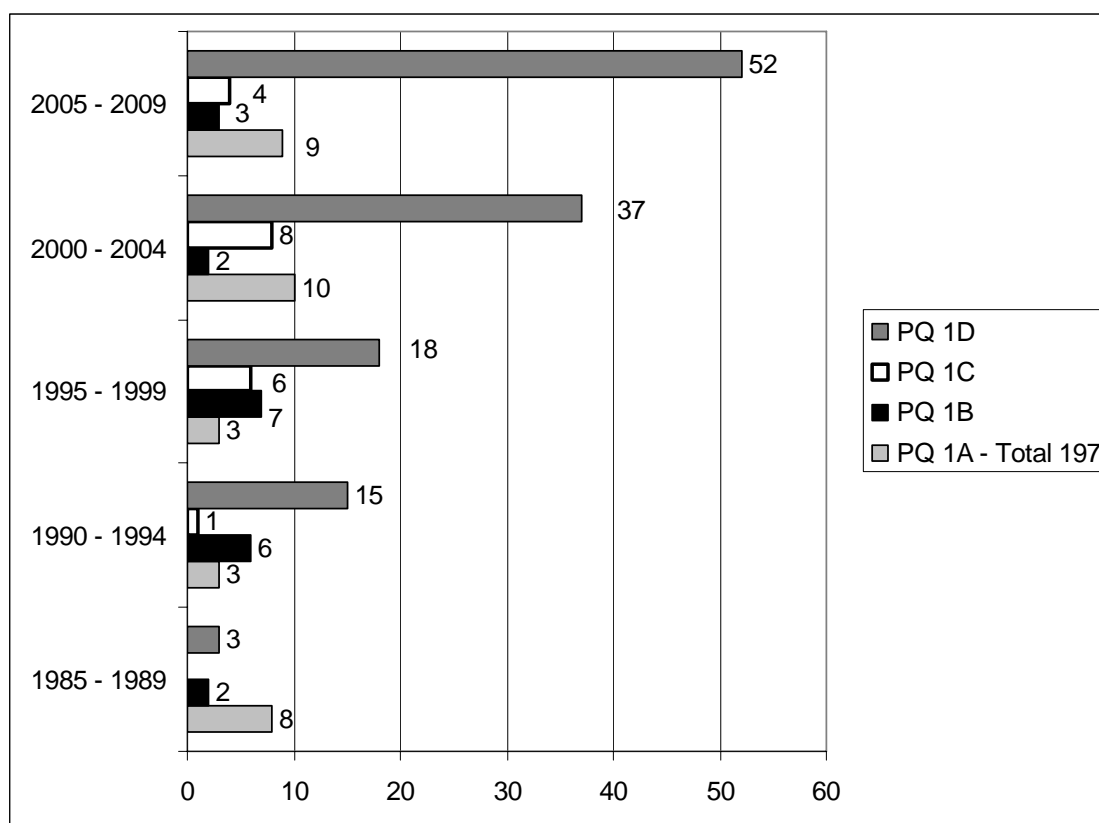
Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

A presença de publicações em francês se deve principalmente em função da França ter uma forte tradição na área e de sua atuação no Brasil, onde compuseram parte do corpo docente nas universidades brasileiras, assim como ocorreu também com ingleses, porém em menor intensidade. A historiadora Maria Yedda Leite Linhares (2002. p. 25), em entrevista comentando sobre seu início de graduação na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1939, expõe o assunto quando afirmou “tive aí grandes mestres franceses em História e em Geografia, Victor Tapié, Antoine Bon, um inglês jovem e competente, especialista nas civilizações antigas do Oriente Próximo”. Esta presença estrangeira citada por Linhares é explicada pelo fato da CAPES, sob liderança de Anísio Teixeira, ter contratado professores visitantes estrangeiros para impulsionar a ciência no Brasil.²²

²² BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Op. Cit.*

A partir do gráfico 31 observa-se que a discrepância entre os 1A e 1D permanece, assim como as publicações em francês, porém, a predominância é dos pesquisadores da mais alta categoria. Foram contados 57 artigos, representando 2,2 % entre todos os publicados, distribuídos em quinze dos 1D, sete dos 1C, treze dos 1B e vinte dois dos 1A. A forte presença dos 1A é explicada por sua tradição francesa, marcado na sua formação, afinal o corpo docente do primeiro Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, a USP, tinha “famosos” franceses, que foram convidados para contribuir na fundação do mesmo (CANABRAVA, 1981, p. 4).

Gráfico 32: Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em inglês.



Fonte: a autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

O número de artigos em inglês soma 197, sendo 7,8% do total (gráfico 32), e uma das explicações é a maior oferta e abertura dos periódicos em inglês à produção brasileira, além disso, nota-se apesar da tradição e da presença francesa, que alguns aspectos mudaram ao longo do tempo, sendo hoje a historiografia inglesa e americana muito influentes também na historiografia brasileira. O que segundo Costa (2002, p. 87

-88.), significou um enorme avanço, pois “imprimiu um tom mais empírico aos trabalhos”.

E se a presença inglesa e americana representam as novas tendências historiográficas, os professores 1D representam de fato compoem uma “geração” mais atualizada, pois foram responsáveis por 125 dos artigos em inglês (63,4%), e o século XXI o revolucionário, pois concentra 63,4% (125) das publicações. A distribuição ficou com 19 artigos dos 1C, 20 dos pesquisadores 1B e 33 dos 1A.

Outro fato de grande contribuição à inserção da língua inglesa na historiografia brasileira foi a atuação de americanos especializados na História do Brasil, os chamados brasilianistas, que nas décadas de 1960 e 1970 foram financiados pelo governo americano a se especializarem na História do país. Na ocasião existia o interesse do mesmo em aprofundar o conhecimento sobre as nações latino-americanas após Revolução Cubana, possibilitando uma avaliação de sua política externa, num contexto de Guerra Fria. Isto levou o termo brasilianista a ter uma conotação pejorativa, chegando esse pesquisador a ser acusado, por parte da imprensa, de perigoso, já que acumulava informações sobre o Brasil e tinha acesso a arquivos fechados aos historiadores brasileiros (MOREIRA, 2008. p. 69-70).

Por outro lado, como ressalta Moreira (2008), os brasilianistas foram responsáveis por evidenciar problemas existentes na pesquisa histórica no Brasil, como o precário estado dos acervos de memória do país, principalmente os produzidos na república.

Hoje, os brasilianista estão inseridos num novo contexto social. Segundo o historiador Maxwell (*apud* MARTINS, s/d), que apesar de ser um estadunidense voltado à História do Brasil, rejeita o termo, o atual interesse dos americanos pelo Brasil se faz por suas características sociais e por sua recente democracia, além disso, a universidade americana passa pelo processo de internacionalização, demandando intercâmbios e assim favorecendo a pesquisa voltada ao nosso país.

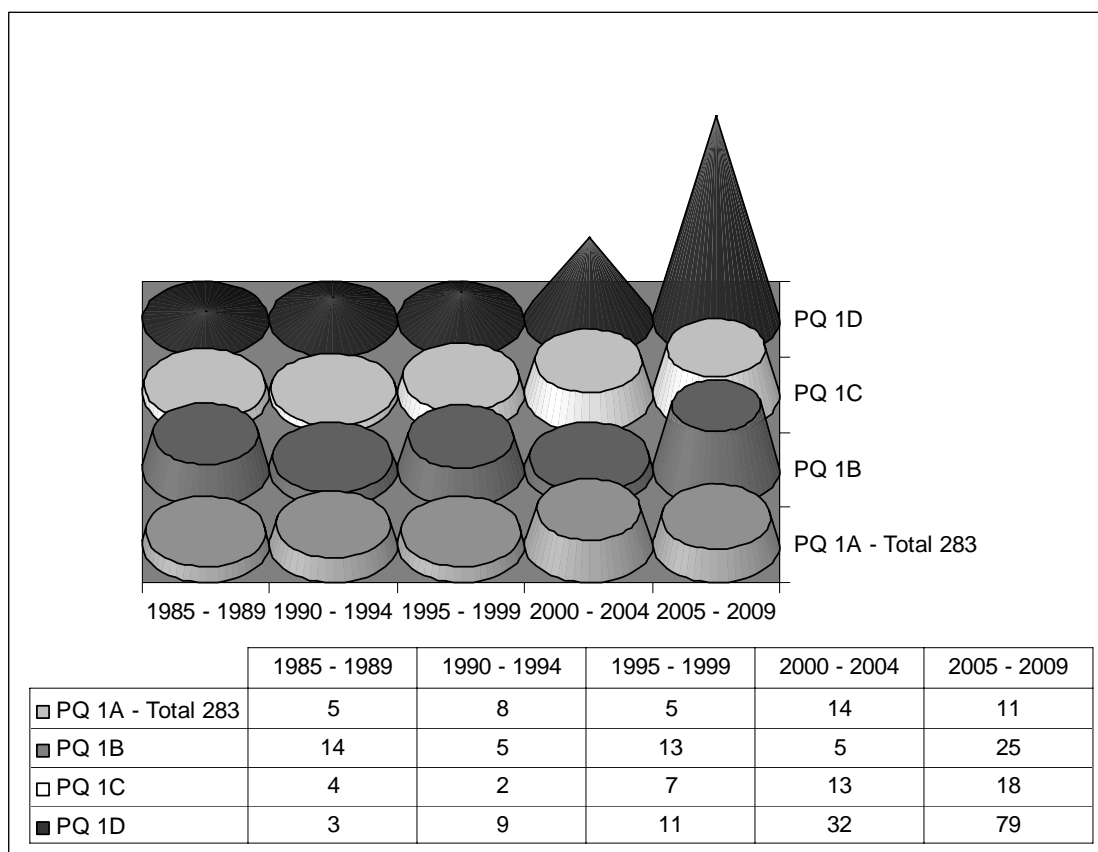
Já a presença do espanhol deve-se a aproximação territorial, pois se trata de um dos idiomas da comunidade da América Latina. A aparente baixa produção em francês deve-se ao fato destes artigos serem publicações de um único país, a França, enquanto que em espanhol e inglês, estão relacionadas a mais países cada um, principalmente o último, que se refere, entre outros lugares, aos EUA e à Inglaterra, duas nações que estão crescendo como referencia na produção historiográfica brasileira e que são reconhecidos como incentivadores da ciência.

Além disso, existem mais periódicos em inglês, enquanto que, e apesar da tradição francesa, os periódicos deste país por serem tradicionais e de renome, são de difícil aceitação para publicação. Já os periódicos em espanhol, que poderiam ter uma presença forte por ser também de países vizinhos, se mostram mais restritos às comunidades brasileiras.

Ainda sobre as publicações de artigos em língua estrangeira, cabe destacar que seis pesquisadores não apresentaram nenhuma publicação em outro idioma e houve o registro de quatro artigos em alemão, todos de pesquisadores 1D.

Além dos periódicos em língua estrangeira, também foi objeto de análise desta pesquisa esse tipo de publicação em colaboração (gráfico 33).

Gráfico 33: Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade do CNPq com autoria coletiva.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

Como pode ser observado no gráfico 33, apesar de 17 professores não publicarem em autoria coletiva, este tipo de produção está aumentando, principalmente

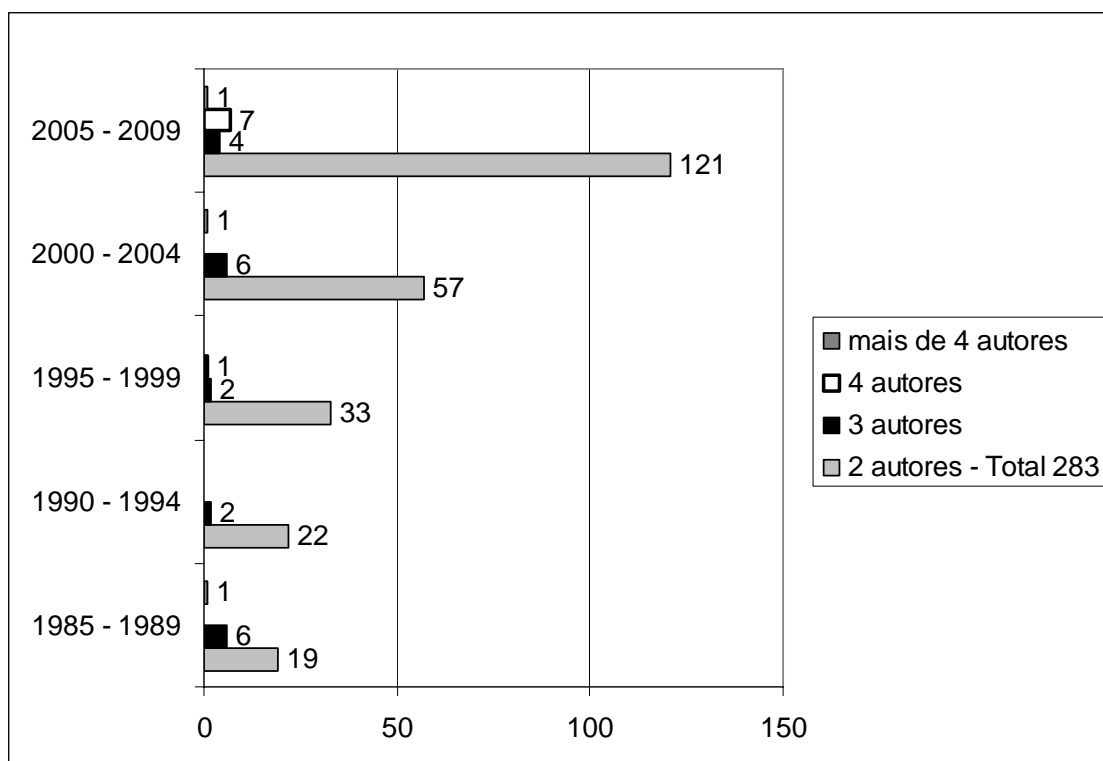
entre os pesquisadores 1D, que são os que mais publicaram ao longo dos anos em colaboração, e principalmente na última década. Ainda não é possível afirmar que esta prática é comum na História, ao contrário, a autoria individual permanece como característica básica, assim como Ferrez (1981) identificou, porém, com ressalva, da área estar mais aberta a esta possibilidade, com 283 artigos em colaboração, compondo 11,2% do total.

Apesar da autoria coletiva não ser tradicionalmente uma prática comum na História, isto pode ser comum em outras áreas, o que Price (1976) apresentou em números estatísticos extraídos do *Chemical Abstracts* sobre a produção científica, que indicam que “em 1900, mais de 80% de todos os artigos eram de um único autor e que quase todo o resto era de dois, cuja maioria vinha assinada pelo professor e seu doutorando”, e baseado nisso, em conjunto com a proporção de crescimento das autorias coletivas, o autor estimou que por volta 1980 os artigos individuais, na física, desapareceriam. Hoje, sabe-se que Price acertou parcialmente, pois as publicações de autor único na física são predominantes.

Price (1976, p. 55), escreveu sobre crescimento dos grandes laboratórios e de grupos de pesquisa, citou um caso de publicação na *Physical Review Letters*, no qual o nome dos cientistas envolvidos nas pesquisas desenvolvidas nesses laboratórios não eram citados nem como nota de rodapé quando algum artigo de resultados das pesquisas era publicado. Outra história em que a colaboração coletiva também foi destacada por Price, quando um grupo de 10 a 20 matemáticos, na maioria franceses publicaram uma coleção famosa sobre matemática superior e assinaram como Nicolas Bourbaki, e não pelos nomes dos pesquisadores, transformando-se no “maior pseudônimo matemático do mundo”.

Sobre as publicações coletivas na História, também foi observado qual era o número de autores por artigo, para então saber qual o perfil dessas obras (ver gráfico 34).

Gráfico 34: Artigos completos publicados em periódicos pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq com autoria coletiva - número de autores.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

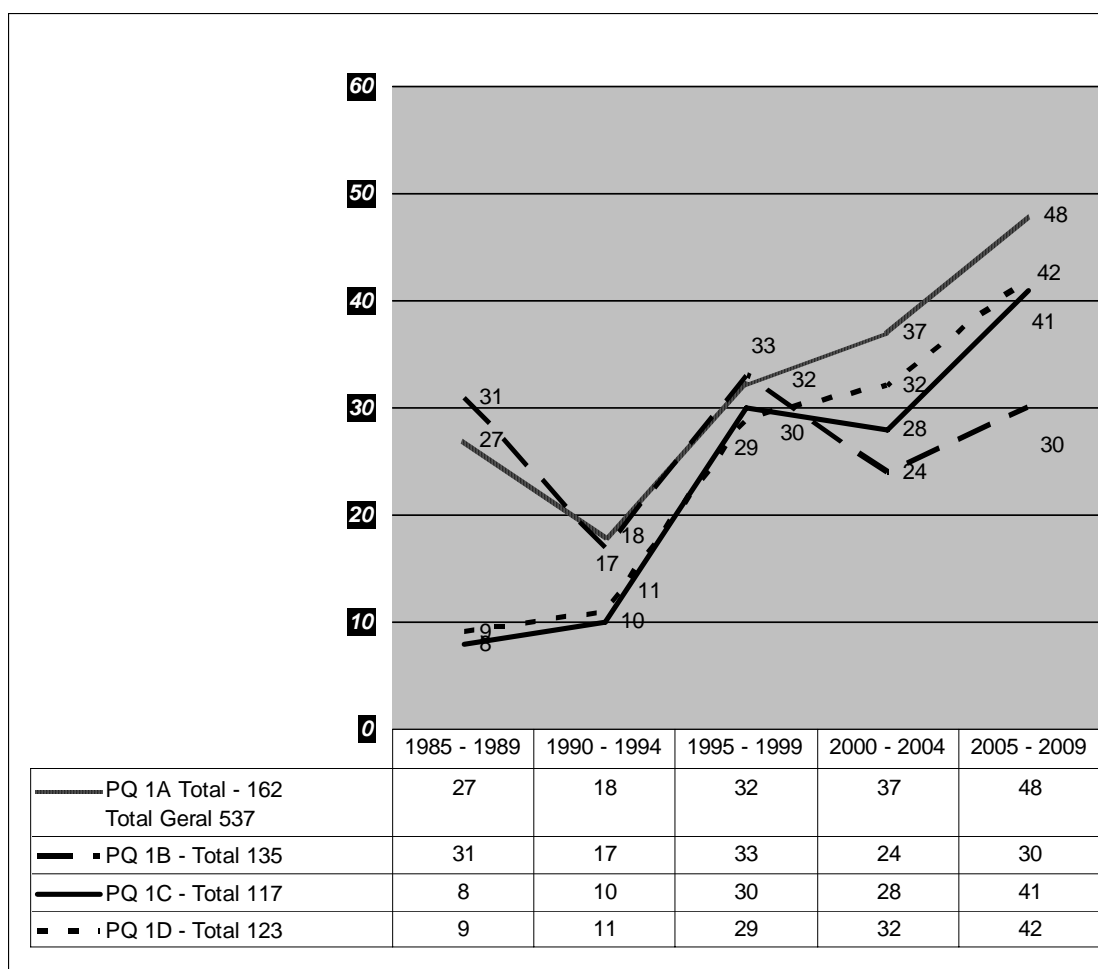
Dos 283 artigos de autoria coletiva, 252 são dois autores, o que indica que esta abertura a produção coletiva é basicamente uma prática a produções em parcerias que perduram por anos, muito possivelmente proporcionadas por uma identificação de assuntos, pensamentos e possibilitada pela proximidade física, como por exemplo, a produção das pesquisadoras Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (1B), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1C) e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (1C), que são três professoras da UERJ, e apesar de não terem temas de pesquisas necessariamente congruentes, elas se convergem, e por isso já produziram ao longo dos anos artigos em conjunto, seja com as duas ou as três. É preciso lembrar que a História é uma área discursiva, e não de produção em série.

5. 4. 2 A produtividade de livros e organização ou edições.

Na Plataforma Lattes, os livros e as organizações de livros estão no mesmo campo de registro, no entanto, por serem atividades distintas e não terem a mesma relevância nas avaliações, foram analisadas separadamente. Por isso, se esta análise fosse feita pelos moldes do CNPq, não seriam contabilizados 537 livros e 432 organizações e sim 969 “livros, organizações e edições” (total da soma dos dois), porém a distinção entre as diferentes formas de publicação permitirá esmiuçar os movimentos da produção historiográfica brasileira.

Como já afirmado, a publicação de livros configura uma tradição na História. Mas será que esta tradição hoje, em função do contexto sócio-econômico produtivo pode estar mudando a característica da área? Como pode ser observado no gráfico 35, os livros ainda se mantém como peculiaridade.

Gráfico 35: Livros publicados ou edições pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

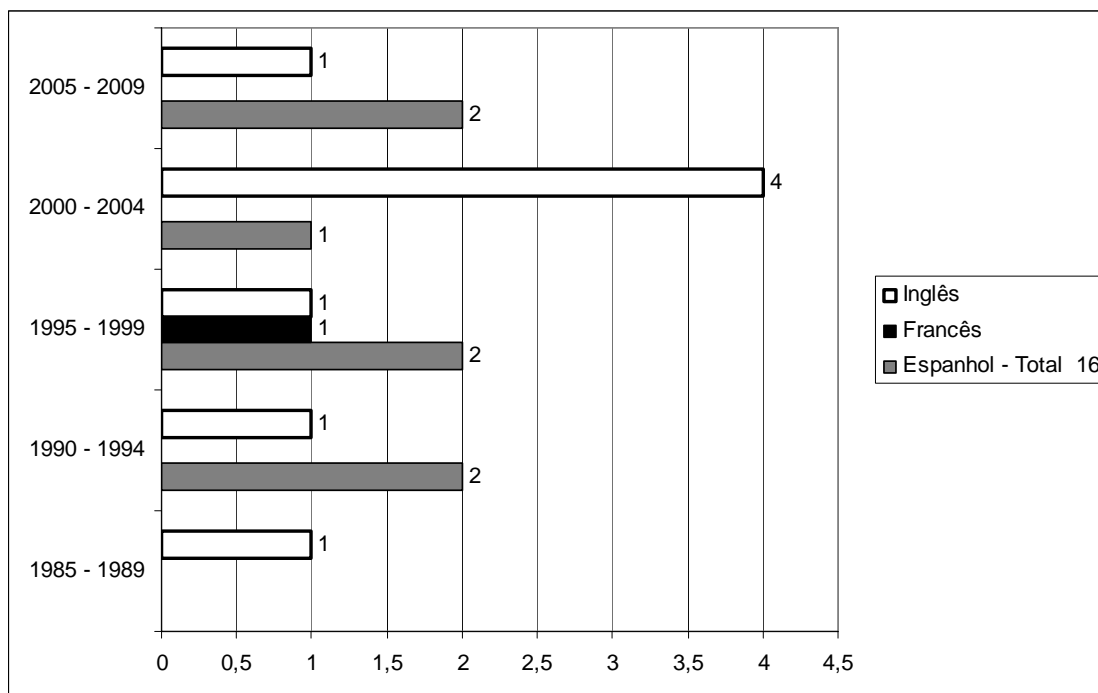
Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

O gráfico 35, sobre a publicação de livros, indica que apesar de ter ocorrido uma queda entre os anos de 1989 a 1994, posteriormente houve e se manteve um crescimento da publicação de livros. Nesta forma tradicional de publicação, os pesquisadores que tiveram maior rendimento foram os também mais tradicionais por formação, os 1A, com 30% do total publicado, seguidos pelos pesquisadores 1B com 25%, 1C com 21,7% e 1D com 22,9% . Dois (2) pesquisadores não apresentam livros entre as suas produções.

Na publicação de livros observa-se uma distribuição mais proporcional entre as categorias de pesquisadores. Nos últimos 10 anos os 1D também demonstraram um crescimento o que indica que a tradição da publicação de livros se manterá, mesmo nesta “nova” geração, que tem se mostrado “diferente” dos tradicionais, em termos de opção editorial.

No que se refere à publicação de livros em coletânea em outros idiomas, estes foram apenas 16, e por isso os três idiomas, freqüentes na historiografia brasileira, foram representados num único gráfico (36).

Gráfico 36: Livros publicados ou edições pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em idioma estrangeiro.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

A publicação de livros em língua estrangeira representa apenas 2,9% entre os 537 livros (gráfico 36), referentes a sete dos pesquisadores 1, sendo um em francês, sete em espanhol e oito em inglês, demonstrando não ser uma prática do historiador nacional publicar livro em outros idiomas, porém, ainda assim é possível observar um crescimento dos últimos dez anos de publicações em inglês. Foi identificada também a publicação de um livro em italiano.

No campo do Currículo Lattes dos pesquisadores a publicação de autoria coletiva contabilizada. As autorias coletivas representam 21,2% dos livros publicados, referentes a 36 docentes, pois 34 não declararam ter publicado livro coletânea, sendo que destes 14 são pesquisadores 1D. Esta informação faz constatar que a publicação do livro além ser tradicional da área, também é tradicional em sua forma (autoria individual). Porém, são os mais recentes (pesquisadores 1D) que "resistem" à produção coletiva.

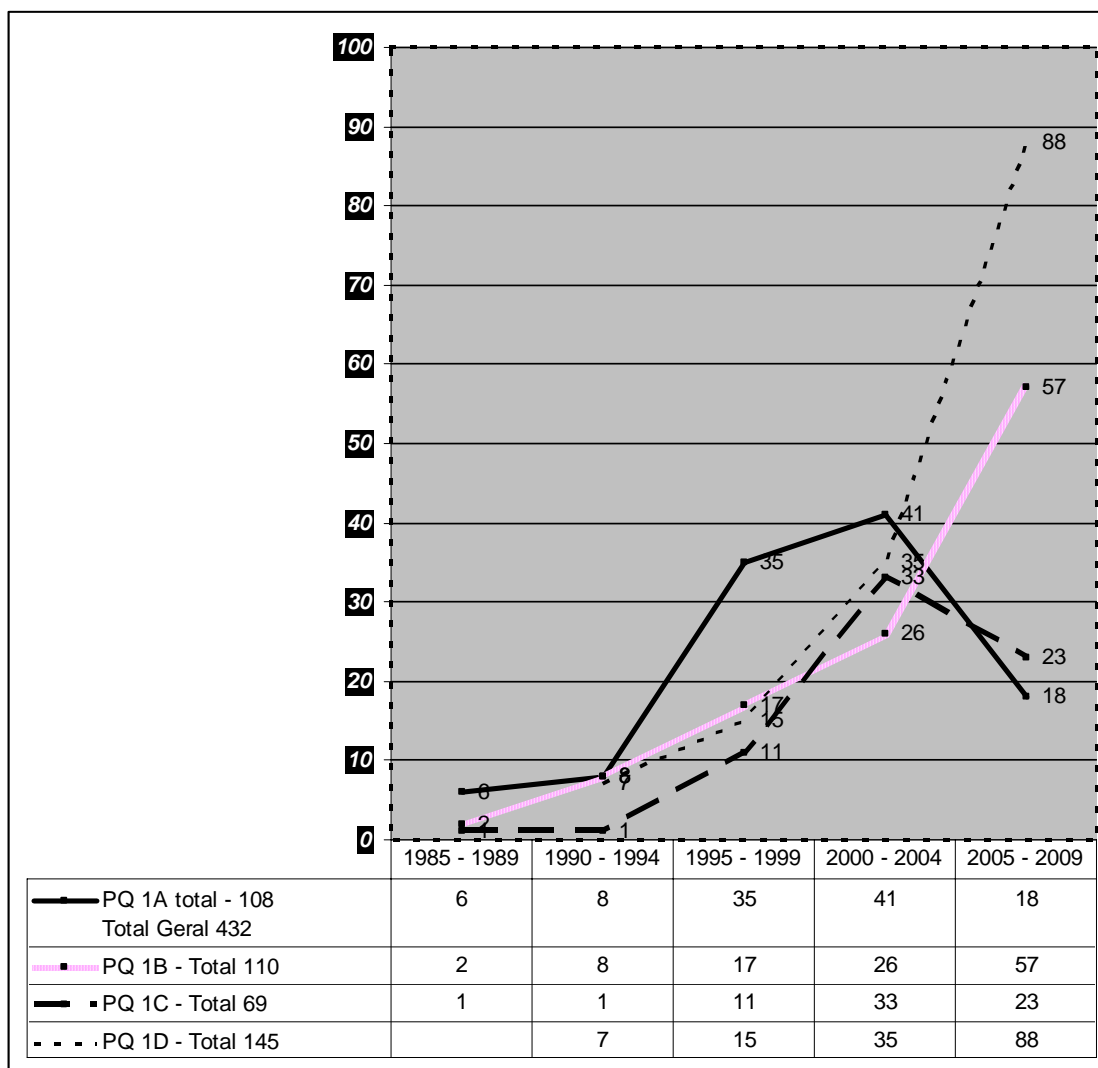
Destacam-se os 1B, que mantiveram uma produção média constante ao longo dos anos e acumulam a maioria das publicações, além disso, há um crescimento contínuo dos 1C, com destaque para a publicação entre 2005 e 2009.

Em relação ao número de autores por publicação em colaboração, a publicação com dois autores continua a predominar, com 82 livros (71,9%) e com aumento contínuo ao longo dos anos (aumento de 158%), mais que dobrando seu total. Porém, deve-se destacar também, o crescimento das autorias com três autores, que apresentam números tímidos (21 no total), mas que já apontam para uma mudança no perfil da publicação historiográfica brasileira. Há ainda três publicações com “mais de quatro autores”, que são especificamente livros com 8 autores cada.

Como já dito, os livros organizados, que no Currículo Lattes são registrados em conjunto com os livros, foram analisados separadamente nesta pesquisa, tanto porque são atividades distintas e de avaliação também diferenciada, na produtividade de pesquisadores e professores, como para verificar se as variações quantitativas dos livros organizados seguiam o mesmo fluxo do que os capítulos de livro.

Sobre livros, coletâneas e capítulos de livros é importante ter clareza da diferença primeiro entre os livros e coletâneas, pois o livro é um texto escrito por um ou mais autores, composto de capítulos que se relacionam entre si e se vinculam a um determinado assunto; já a denominada “organização de livro” é um conjunto de trabalhos reunidos e publicados juntos, organizada por um ou mais pesquisadores / professores, responsáveis intelectualmente pela sua qualidade, caracterizando-se por ser uma publicação composta por diferentes trabalhos e autores, em torno de uma temática comum, nos seus diferentes aspectos. Os capítulos de livros analisados por esta pesquisa e expostos no campo do Currículo Lattes são referentes dos trabalhos em coletâneas.

Gráfico 37: Livros organizados ou edições dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

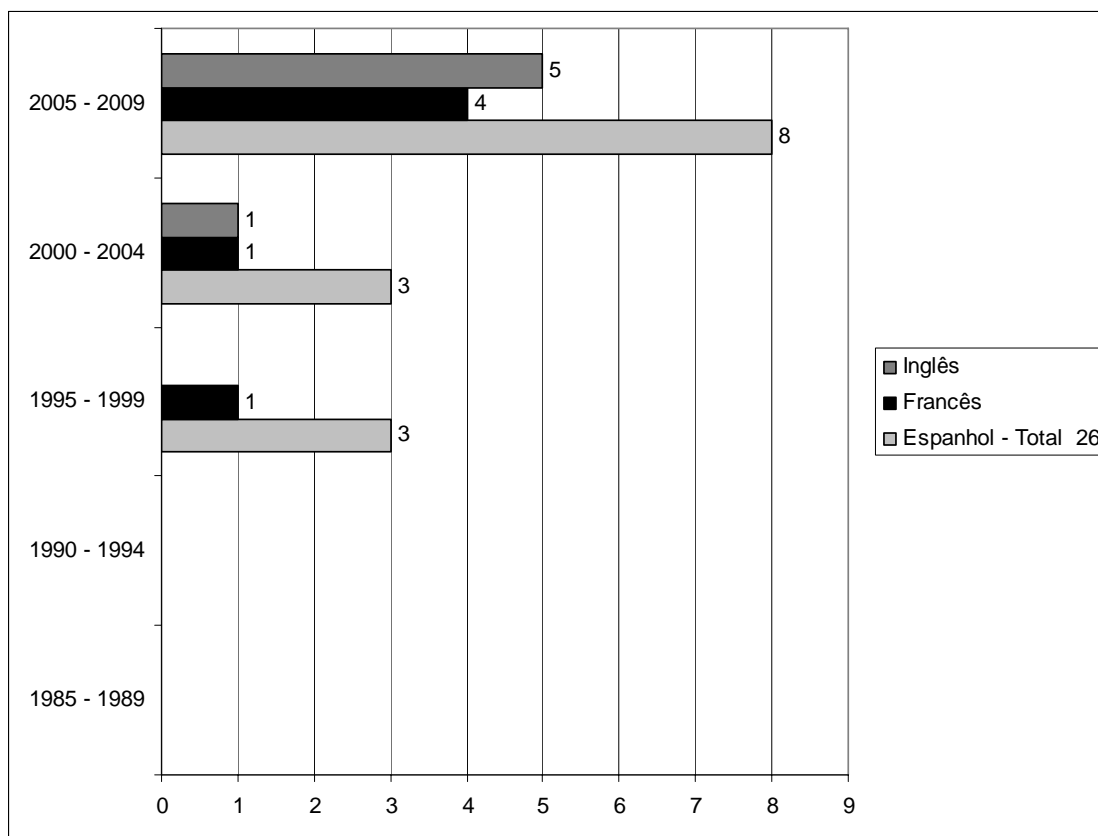
Como pode ser observado (gráfico 37), a organização de livros não era uma prática comum entre os historiadores, mas está se difundindo com intensidade, totalizando nove publicações entre 1985 a 1999, e 186 entre os anos de 2005 a 2009, representando um aumento de 1966% em 20 anos. Foram 432 livros organizados, crescendo de 24 entre 1990 a 1994, 78 de 1995 a 1999, e 135 entre 2000 e 2004. O total de livros aqui apresentado corresponde ao trabalho de 39 pesquisadores, pois dos 70 historiadores estudados, 29 não apresentaram organização livro em seus currículos – destes, três são 1A, 26 são 1C e 1D (cada um com 13).

Observa-se que o auge produtivo deste tipo de publicação foi dos pesquisadores 1A e entre o período de 2000 e 2004, havendo posteriormente um decréscimo, fato que

também ocorreu com os pesquisadores 1C, e diferentemente dos 1B e 1D, que só apresentam crescimento, com destaque aos 1D, que entre 2005 e 2009 organizaram mais livros do que já havia sido publicado ao longo de todos os anos analisados.

O número de coletâneas em outros idiomas esta representado pelo gráfico 38.

Gráfico 38: Livros organizados ou edições dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em idioma estrangeiro.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

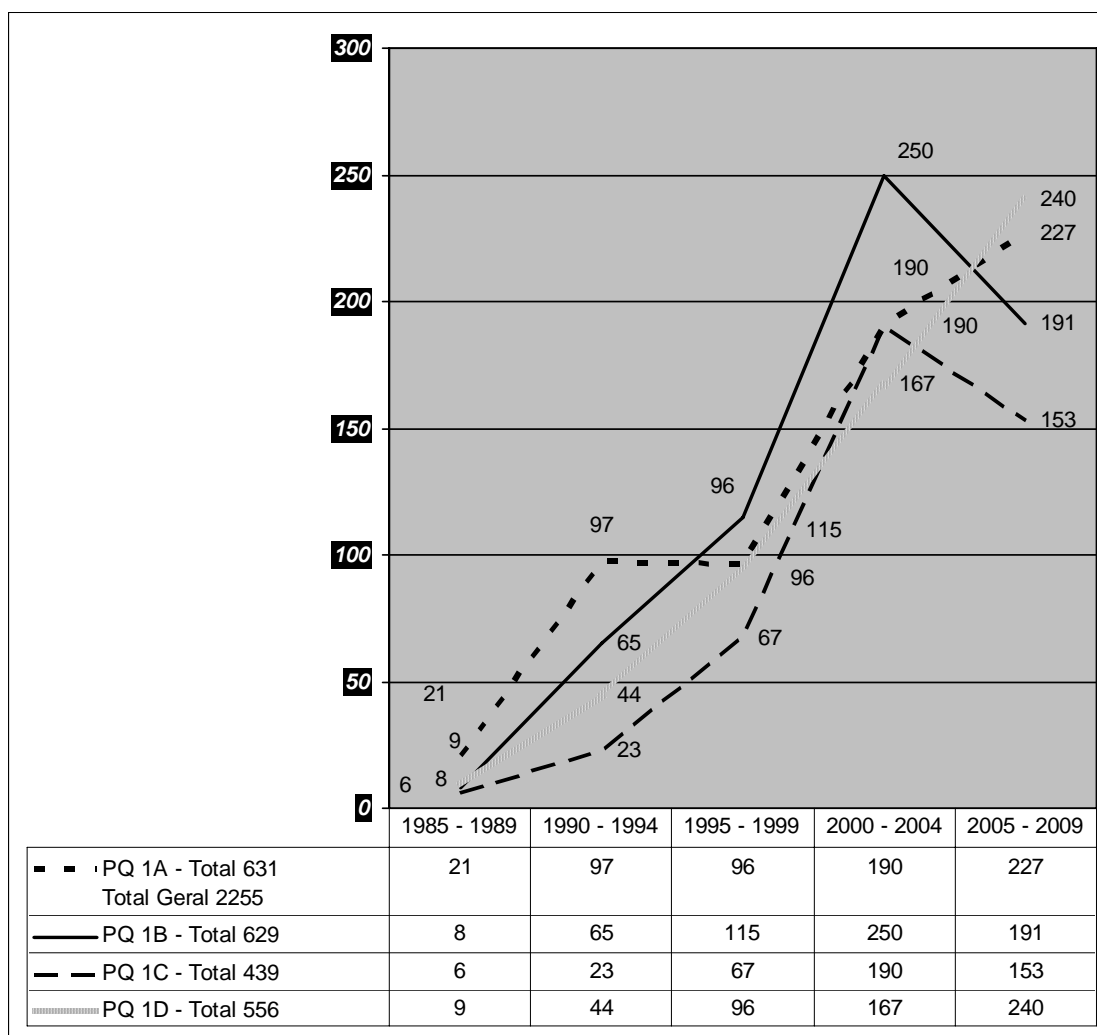
Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

Como pode ser observado, pela primeira vez um gráfico (38) tem ausência completa de um tipo de publicação num dos intervalos de tempo estudado, chamando atenção para o fato de serem especificamente os mais antigos e, por isso, como já dito, ainda não era uma prática comum na área. O número de publicações em língua estrangeira apresenta-se equilibrado, com oito em inglês, seis em francês e seis em espanhol. Como esta é uma produção recente, não é possível concluir alguma tendência, apenas que há um crescimento.

A coletânea, que já é composta por trabalhos de diversos autores, pode ser também organizada por mais de um pesquisador/professor. As organizações de livros em colaboração, na História, se mostram muito presentes, representando 63,6% (275) do total (432), e o seu crescimento é contínuo.

Assim como a organização de coletâneas cresceu e está se tornando um importante canal de comunicação entre os historiadores, conseqüentemente, os trabalhos nela contidos também o foram. Os capítulos somam 2255, e seu crescimento é de 1743% em 20 anos, com maior intensidade a partir do ano 2000, em que foram publicados 1608 trabalhos, 71,3% do total.

Gráfico 39: Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



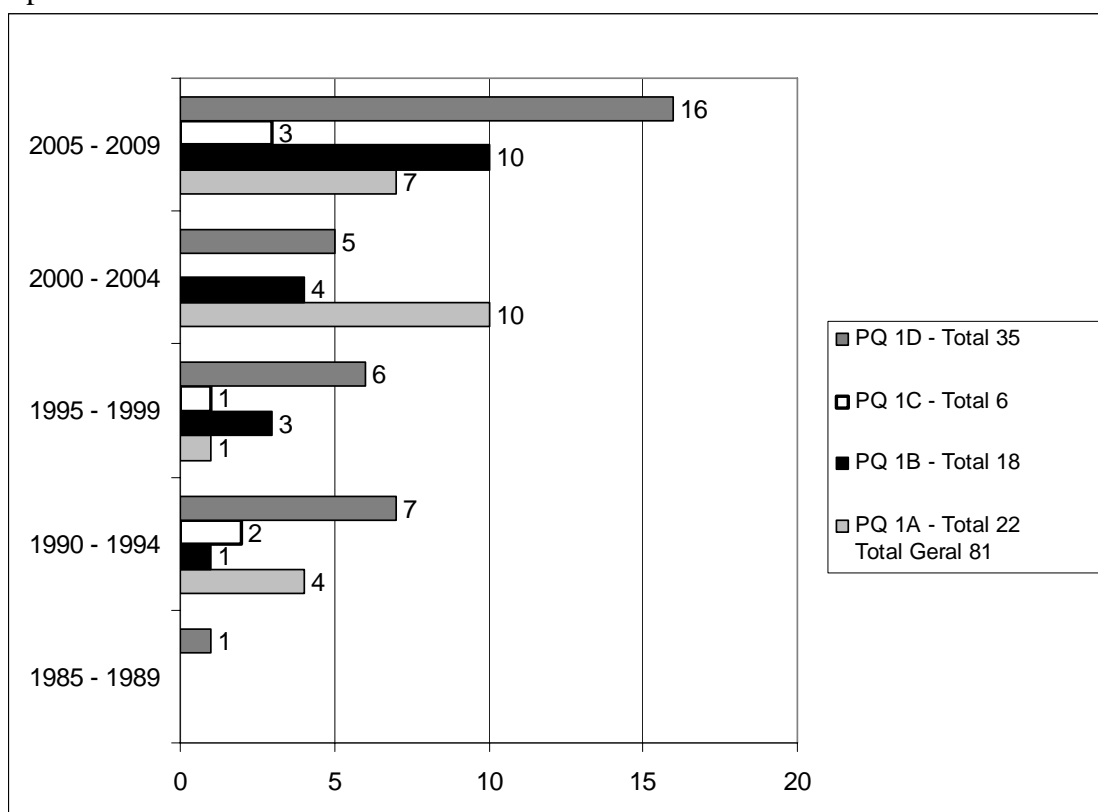
Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

O aumento da publicação de capítulos de livro ocorreu nas quatro categorias de bolsistas de produtividade (gráfico 39).

Os idiomas mais recorrentes, mais uma vez foram o espanhol, francês e inglês, apresentados nos gráficos 40, 41 e 42. Assim como os artigos em periódicos, a intensidade da produção de capítulo de livros em outros idiomas também se apresenta com mais intensidade (total de 246), e em função disso, sua análise foi apresentada da mesma forma que os artigos, com um gráfico para cada idioma.

Gráfico 40: Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em espanhol.



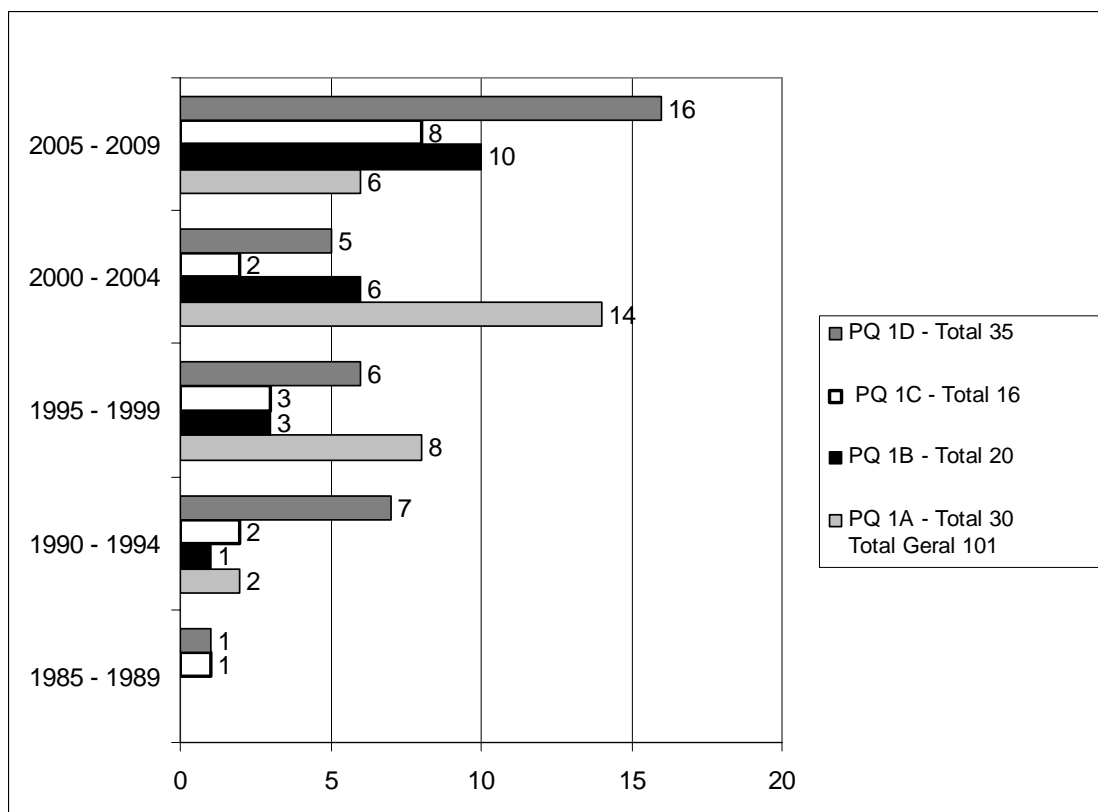
Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

No gráfico 40, pode-se observar que a publicação dos historiadores em capítulos de livros em espanhol é maior que do que sua participação demonstrada em artigos de periódicos, mas, ainda assim, representam 3,5% do total de capítulo de livros, entre nacionais e internacionais. Com o total de 81 capítulos, a comunidade científica da área demonstra crescimento produtivo ao longo dos anos de publicação em espanhol, principalmente os pesquisadores 1B, que somam 35 artigos (43,2%), sendo que destes

16 foram nos últimos cinco anos, além disso, foi um pesquisador desta categoria o único a publicar neste idioma antes de 1990.

Gráfico 41: Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em francês.

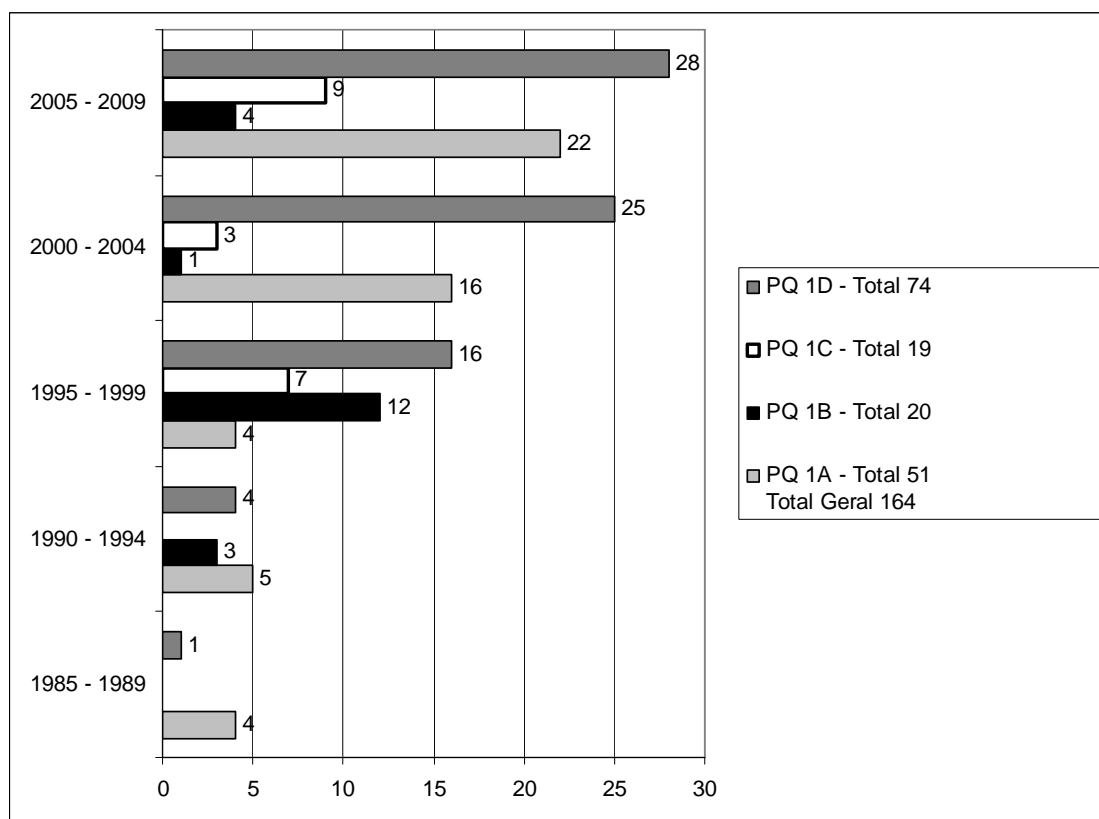


Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

Com um percentual de 4,4%, em relação aos 2255 capítulos de livros publicados, o francês sempre se mostra presente na historiografia nacional. Em relação aos 101 capítulos de livros, 67 (66,3%) foram publicados após o ano 2000, até 1989 somente dois haviam sido publicados.

Gráfico 42: Capítulo de livros publicados dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em inglês.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo Lattes dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

Das 164 publicações em inglês, que representam 7,2% dos capítulos publicados, a participação dos pesquisadores D são as mais expressivas numericamente, 45,1%, seguidas dos 1A, com 31%. Pode observar no gráfico 42, que apesar de haver um aumento das publicações em inglês, esta não acontece de forma uniforme entre as quatro categorias do CNPq, os bolsistas 1D publicaram quase quatro vezes a mais que os 1C, que tem a menor soma de publicações, com 11,5% do total, além disso, esta categoria tem o seu crescimento irregular ao longo dos anos, começando a publicar somente a partir de 1995.

Dos 70 pesquisadores do CNPq, sete não declararam publicação em outros idiomas. Foram identificados três capítulos de livro em italiano, três em holandês, um em alemão.

A prática de publicar capítulos de livros (ou trabalhos em coletânea) é incipiente até o início dos anos de 1990, porém, isto se modifica durante a dita década e após os

anos 2000 este tipo de publicação mostra-se intenso entre os historiadores. Na primeira década do século XXI os professores publicaram 275 trabalhos coletivos, representando 84,8% de toda a produção. A publicação coletiva de capítulos de livros representa 14,3% da produção total

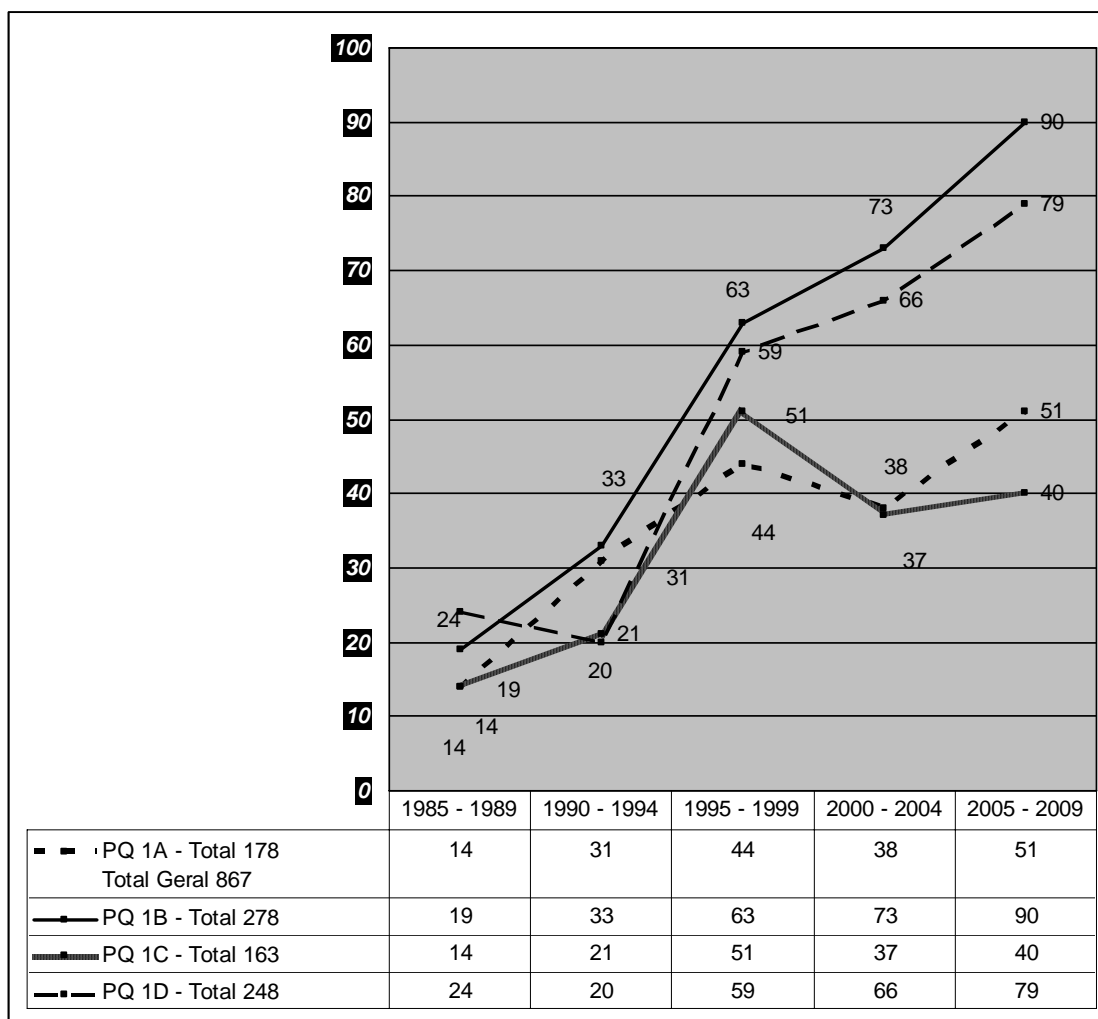
Entre os 70 docentes, 11 não apresentaram autoria coletiva e existiu um caso de onze autores para um único capítulo de livro, o que pode ser considerado uma exceção na História.

Os artigos publicados com autorias múltiplas são predominantemente com dois autores, 44,1% (143), e as autorias com três são em menor escala, com 16,3% (53), justificado por se tratar de uma área voltada aos trabalhos reflexivos. Além disso, esta característica na publicação de capítulos de livro era quase inexistente até fins da década de 1990 e somente pós 2000 começou a ser mais comum. Porém, ainda que haja a presença de publicações com mais de um autor, este resultado ainda não caracteriza a área. Por outro lado, a autoria coletiva pode refletir parcerias estabelecidas ao longo dos anos.

5. 4. 3 A produtividade de trabalhos publicados em anais de congressos.

A participação dos docentes em congressos, assim como toda a produção científica até então analisada, apresenta-se em crescimento (ver gráfico 43) desde 1985, primeiro ano analisado.

Gráfico 43: Trabalhos completos publicados em anais de congressos dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq.



Fonte: a autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

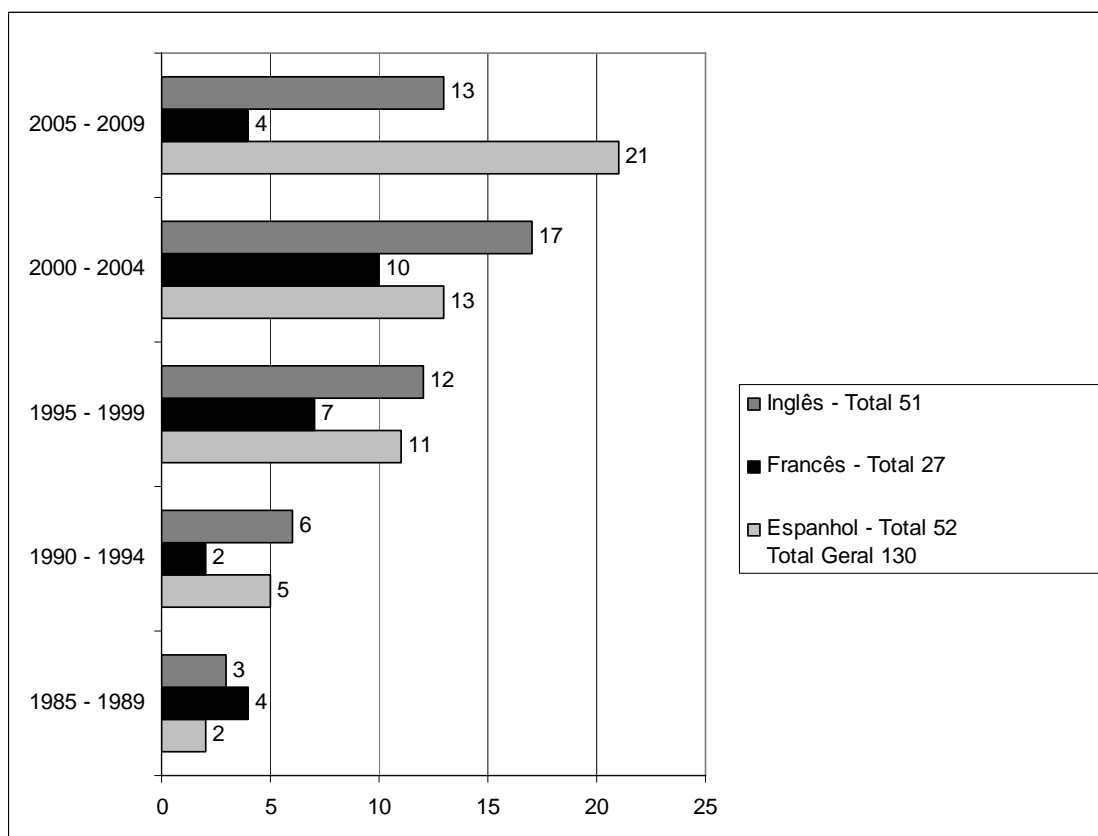
Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

A apresentação de trabalhos em congressos demonstra ser prática comum entre os historiadores, porém, a publicação do trabalho completo é menos intensa, sendo mais freqüente a publicação de resumos. Mas como estes não são atualmente pontuados nas avaliações institucionais e os trabalhos completos, esta pode ser uma explicação para o seu crescimento. Outra possibilidade, e que não anula a anterior, é o próprio número de congressos promovidos a cada ano, que também aumentou. Cabe ressaltar que não são todos os trabalhos completos publicados em congressos que são reconhecidos e avaliados pela Capes, pois é necessário que a publicação siga as regras científicas em vigor e sejam de eventos que tenham continuidade, como é o caso do Congresso da Associação Nacional de História (Anpuh).

Todos os professores, de todas as categorias, demonstram ter a prática desta forma de publicação, sendo que os pesquisadores B mostram-se mais produtivos que os demais (278 - 32%).

Na análise das participações em congressos, foram identificados os idiomas das comunicações e os locais em que ocorreram os eventos.

Gráfico 44: Trabalhos completos publicados em anais de congressos dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em idioma estrangeiro.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

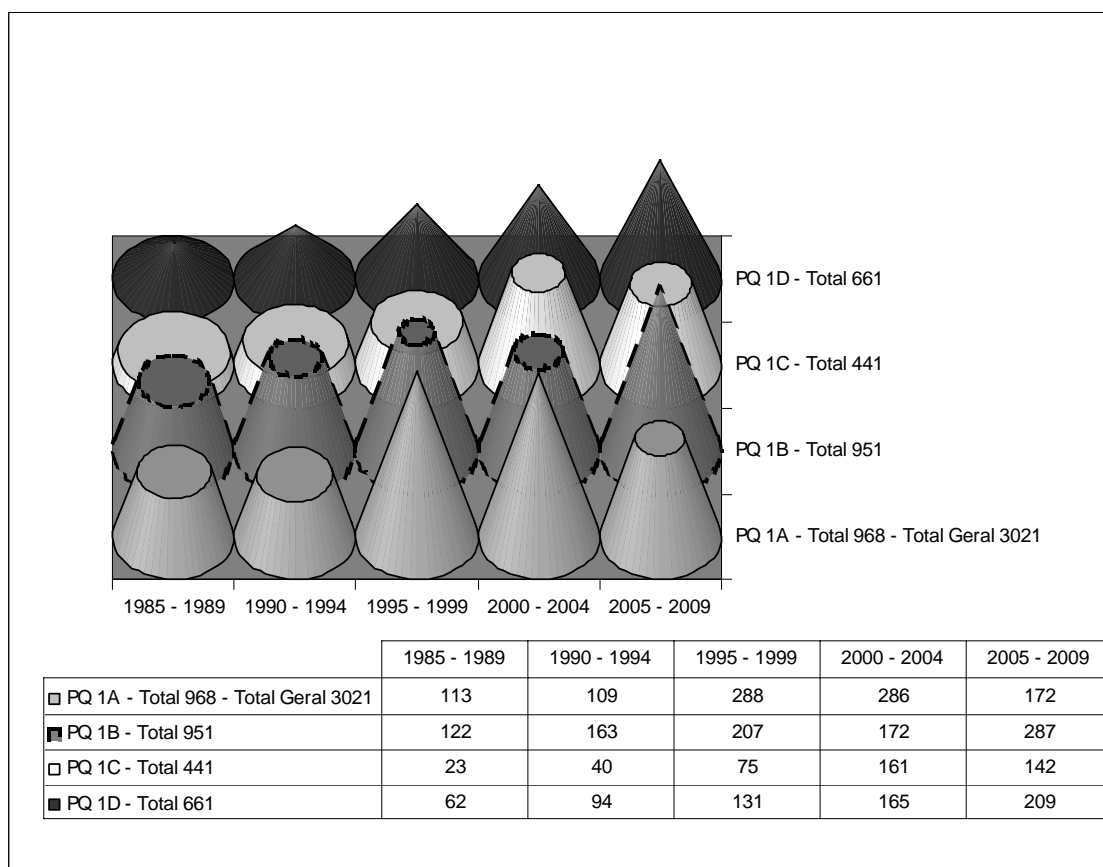
Entre as comunicações publicadas pelos pesquisadores do CNPq em língua estrangeira, pela primeira vez o inglês não tem número superior ao espanhol, 52 (40%), um a mais que idioma saxão (51 – 39,2). Isto indica que apesar da maior abertura dos países de língua inglesa para as publicações em periódicos e coletâneas, no que se refere à participação e apresentação de trabalhos, há uma significativa presença dos países latinos. Isso pode ser explicado pela aproximação territorial de eventos na América Latina, por seu custo menor, tanto para o pesquisador quanto para as instituições de

fomento, além disso, as políticas de aproximação das nações e o papel do Brasil no Mercosul também favorecem a essa interação. O francês mais uma vez se faz presente com 27 (20,7%) comunicações, enquanto as 130 comunicações em outros idiomas representam 14,9% de todas as comunicações publicadas em anais.

Os países citados, pelo menos uma vez, como sede dos eventos foram: Açores, Alemanha, Argentina, Áustria, Austrália, Bélgica, Canadá, Caribe, Chile, China, Colômbia, Cuba, Espanha, França, Guatemala, Holanda, Hungria, Inglaterra, Israel, Itália, Japão, México, Panamá, Peru, Polônia, Porto Rico, Portugal, Suíça, Turquia e Uruguai, com destaque para os países da América Latina, indicados por 19 pesquisadores, o segundo foi Portugal, citado por 17, EUA 10, França nove, e Inglaterra seis. Estas publicações não necessariamente são no idioma do local do evento, inclusive há dois casos de pesquisadores que participaram do evento no Brasil, mas publicaram em inglês.

É importante destacar que os números representados nos gráficos 43 e 44, não podem ser considerados um espelho do número de participação desses docentes em eventos.

Gráfico 45: Apresentação de trabalho dos bolsistas de produtividade 1 do CNPq em Congresso.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Estes números são referentes à produção registrada no Currículo *Lattes* dos professores, tendo sido contados mais de uma vez no caso de autorias coletivas em que ambos os autores eram pesquisadores 1.

O número de apresentação é três vezes maior do que de comunicações publicadas, o que se explica pelo fato dos anais serem próprios de eventos regulares e com alguma tradição, enquanto as apresentações podem ser de natureza diversa, seja num congresso de uma comemoração histórica ou até em seminários que ocorrem esporadicamente.

Como pode ser observado no gráfico 45, os professores que mais apresentam trabalho são pesquisadores 1A (32%) e 1B (31,4%), o que pode revelar que, já experientes, conhecidos e reconhecidos na área, por esta razão são convidados para conferências de abertura ou de encerramento, isto é, participam das cerimônias como conferencistas, e não exatamente submetem trabalhos para apresentação. Dos 70 professores, oito não declararam apresentação de trabalho.

5. 4. 4 As orientações e supervisão dos pesquisadores 1 do CNPq.

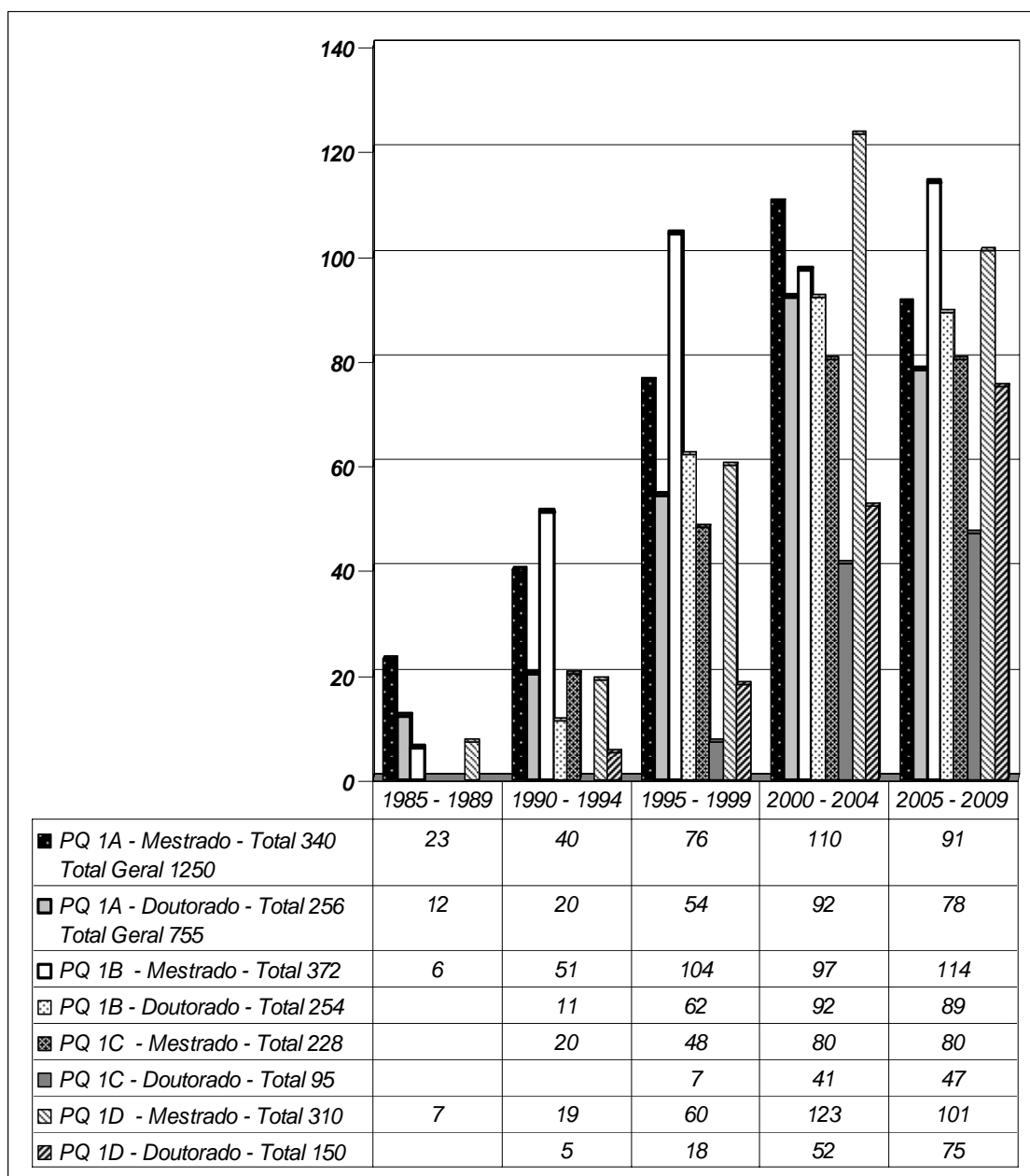
A orientação de mestrado, doutorado e iniciação científica, e as supervisões de pós-doutorado são atividades fundamentais para a perpetuação de gerações que desenvolvam pesquisa em qualquer área, além de ser a base geradora e impulsionadora dos conhecimentos e técnicas científicas, já que os discípulos dão continuidade as pesquisas desenvolvidas, expandindo-as. É isto que move a ciência.

A CAPES e o CNPq, reconhecendo a importância de gerar cientistas para o futuro, estabelecem políticas apoio aos novos cientistas, tanto que vem aumentando, a cada ano, o número de bolsas para mestrandos e doutorandos. Esta política de capacitação e incentivo à ciência se faz com tamanha projeção para o futuro, que não só os mestrandos e doutorando ganham incentivos, graduandos até mesmo os alunos de ensino médio hoje conseguem obter bolsas, não necessariamente de pesquisa, mas também de apoio às mesmas, buscando incentivar a carreira de cientista. Com este objetivo o CNPq lançou o Prêmio Jovem Cientistas àqueles que se destacam.

No gráfico 46 acerca das orientações de mestrado concluídas, pode-se observar que ao longo dos anos, houve um crescimento do número de orientação, o que não representa novidade, primeiro porque é necessário ter doutorado para orientar, e como já exposto e analisado no tópico sobre a formação dos pesquisadores, nem todos tinham titulação de doutor nos primeiros anos (ver gráfico 13) e, na medida em que foram obtendo os títulos passaram também a orientar. Conforme já mencionado, no início foi necessária a presença de professores estrangeiros para formar os primeiros mestres e doutores no Brasil.

Além disso, deve-se levar em conta a inserção do pesquisador numa Instituição de Ensino Superior e o aumento do número de programas de pós-graduação na área analiada.

Gráfico 46: Orientações concluídas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq - dissertação de mestrado e tese de doutorado.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

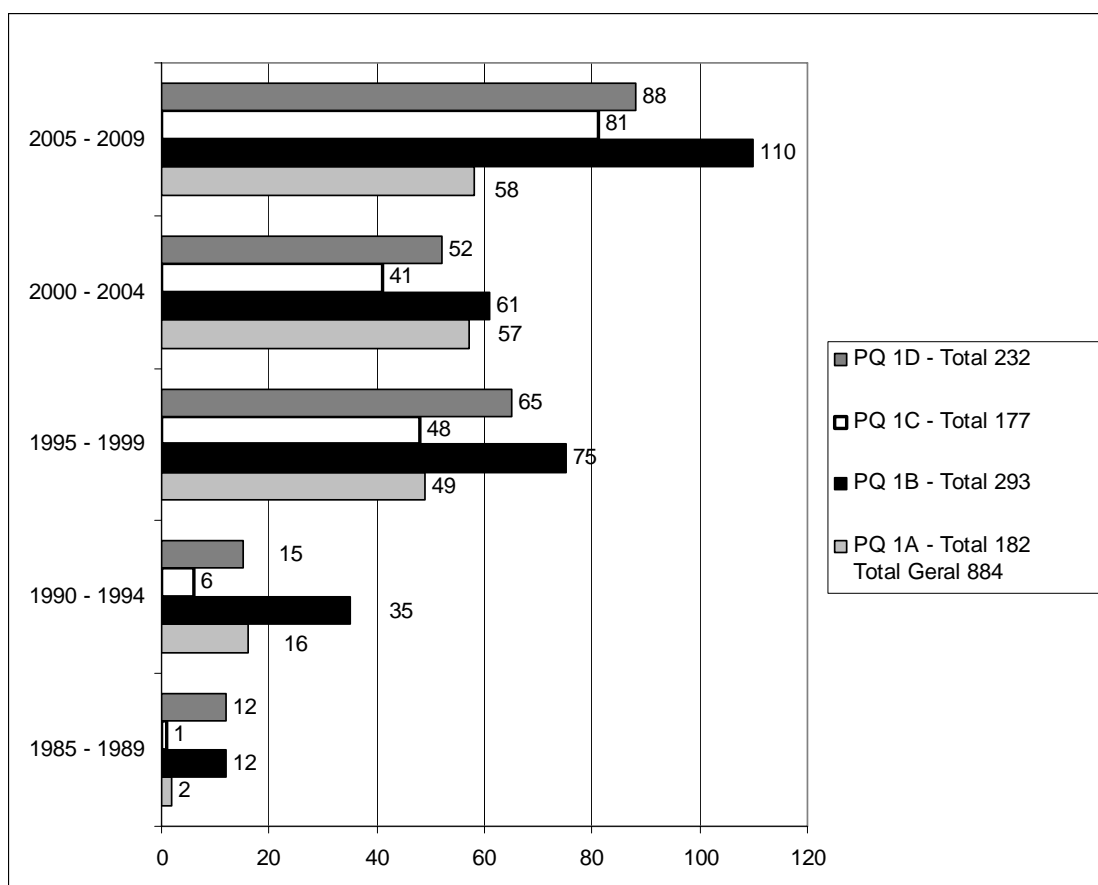
Das 1250 orientações de mestrado, 372 (29,7%) foram responsabilidade dos pesquisadores 1B, que na distribuição de intervalo de tempo lideram três períodos, 1990-1994, 1995-1999 e 2005-2009, já os primeiros anos foram liderados pelos pesquisadores A, que era a categoria com mais doutores do período (ver gráfico 13).

Na orientação de doutorado, mais uma vez há um crescimento ao longo dos anos (gráfico 46) pelas mesmas razões explicitadas quanto aos mestrandos: expansão dos programas de pós e de número de doutores.

Das 755 teses de doutorado defendidas, 33,9% foram orientadas pelos pesquisadores 1A que, juntamente com os 1B (33,6) lideraram sempre o número de orientações, somando os dois 67,5% dos doutores orientados. Esta liderança pode ser explicada pelo reconhecimento que estes professores têm na academia e também por atenderem aos pré-requisitos.

No que se refere à participação dos pesquisadores bolsistas do CNPq na contribuição para formação de futuros cientistas, o que se constata é o engajamento de todos os pesquisadores (ver gráfico 47). Essa é uma atividade cujos resultados estão sendo monitorados intensamente pela CAPES, para cuja avaliação os alunos de iniciação científica que derem continuidade à pesquisa, ingressando em cursos de mestrado, agregam mais pontos à instituição de ensino.

Gráfico 47: Orientações concluídas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq - iniciação científica.



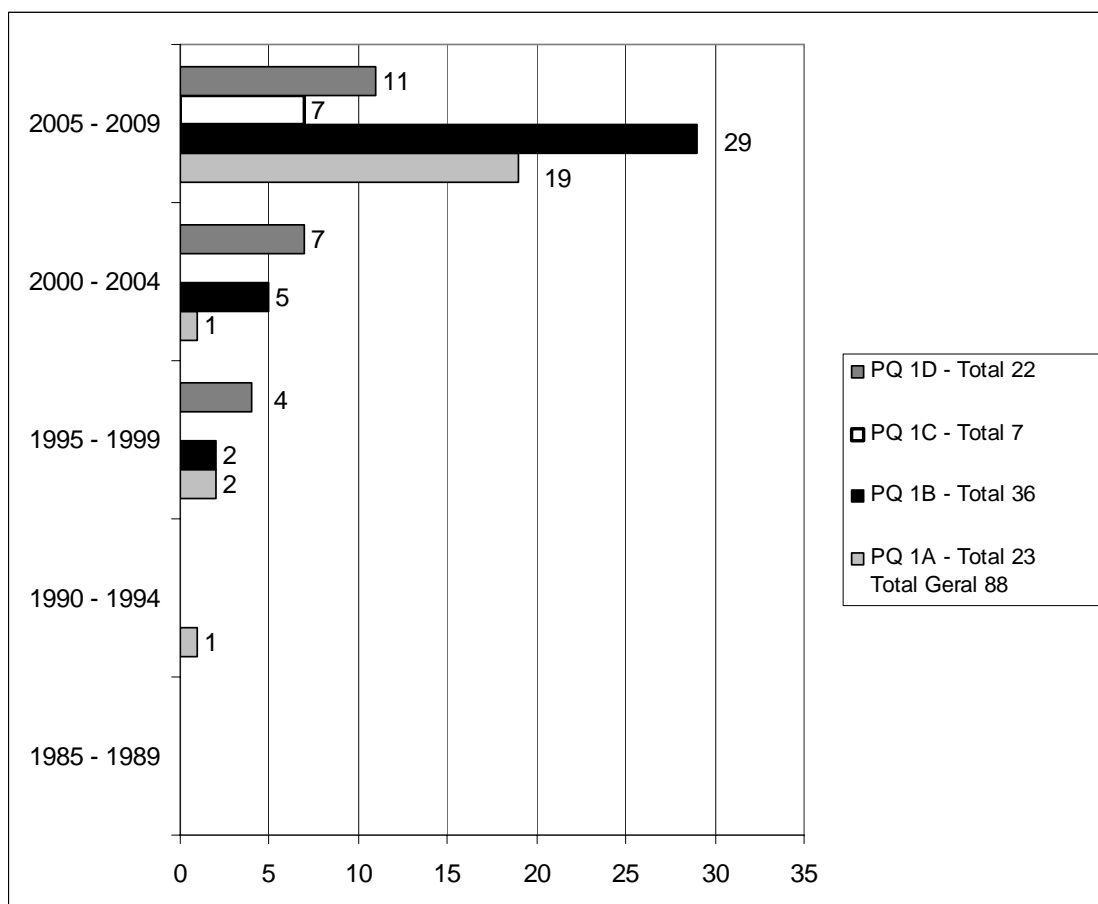
Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Das 884 iniciações científicas, 31,1% foram supervisionadas pelos pesquisadores B, que lideram tanto no total, quanto nos intervalos de tempo estudados.

Em segundo foram os pesquisadores 1D, com 26,2%, os 1A com 20,5% e por fim os 1C com 20%, numa distribuição equilibrada.

Por último, foram contabilizadas as supervisões concluídas de pós-doutoramento, que representam o desenvolvimento e aprimoramento de projetos de pesquisa por cientistas já experientes, de grande contribuição à academia.

Gráfico 48: Supervisões concluídas pelos bolsistas de produtividade 1 do CNPq - pós-doutorado.



Fonte: A autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

Assim como no doutorado, a habilitação para supervisionar pesquisas com estas características e a necessidade de um Programa ou Instituto de Pesquisa que promova pós-doutorado, são fatores determinantes para entender o gráfico 48, já que é notória a quase ausência de pós-doutoramento até 1994. Aliás, o número total, 88 supervisões, também é baixo, já que só entre a comunidade aqui analisada de pesquisadores 1 do CNPq, somam 77 pós-doutoramentos.

Os pesquisadores que mais supervisionaram foram os 1B e depois os 1A, que juntos somam 67%. O historiador sênior Arnaldo Daraya Contier foi o primeiro, entre os atuais pesquisadores do CNPq, a supervisionar um pós-doutoramento no Brasil. A atuação de pesquisadores/professores como orientadores e supervisores encerram o conjunto de análise de dados, cumprindo os objetivos desta dissertação.

6. Considerações Finais

A análise da área de História por meio da caracterização da produção e da formação dos pesquisadores de produtividade do CNPq, nível 1 e sênior, em conjunto com o mapeamento dos Programas de Pós-Graduação de História no Brasil possibilitou conhecer e dimensionar a comunidade científica historiográfica, no que tange sua composição geográfica, seus programas com maior tradição, suas características temáticas e sua tipologia de produção, foi possível ainda perceber o importância destes pesquisadores para a formação dos novos cientistas.

A produção do conhecimento científico de História no Brasil está predominantemente em instituições universitárias (com uma única exceção) e públicas. A concentração geográfica também é uma característica forte da área, pois o Sudeste é responsável por mais de 53% dos professores dos Programas de Pós-Graduação em História e por 69% titulação de doutor dos bolsistas 1 do CNPq e 100% das obtidas no Brasil. Os Estados que se destacam são Rio de Janeiro e São Paulo e as seguintes instituições: a UFF, UNICAMP e USP, as mais tradicionais e com maiores notas na avaliação da CAPES. Estas três também são as principais responsáveis pela formação dos bolsistas de produtividade, e especificamente a USP promove o Programa que formou os primeiros doutores em História no Brasil.

A periodização estipulada, de 1985 a 2009, permitiu observar o crescimento da área, que acompanha uma tendência nacional de expansão das ciências, não sendo um fato isolado da História. Este fenômeno de crescimento está em pleno desenvolvimento, o que significa não ser possível ainda dimensioná-lo por completo e nem ter exatidão de sua capacidade transformadora nas diversas áreas de produção do conhecimento. A esta pesquisa coube apenas a constatação da repercussão do atual contexto social e os avanços e institucionais na História.

Foi possível, ainda, perceber algumas mudanças nos canais preferenciais de comunicação da historiografia brasileira, pois mesmo sendo a História uma ciência clássica, esta não conseguiria permanecer com o mesmo perfil diante do seu grande crescimento nos últimos anos no Brasil, em conjunto com as transformações sociais e o aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação das instituições de pesquisa universitária.

A análise da produção temática feita a partir da frequência de termos / palavras-chave citadas pelos pesquisadores de produtividade nível 1 e da frequência das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em História levam a concluir, neste aspecto, que a História mudou, pois nos primeiros anos da década de 1970 (FERREZ, 1981), havia uma concentração temática voltada para o Brasil Império, no entanto, hoje é

observada uma concentração em História Moderna e Contemporânea, com ênfase na última, e que abre uma gama de possibilidades, já que se trata de mais de 500 anos de história. Os assuntos e períodos estudados são inúmeros, havendo uma pluralização temática nas pesquisas.

Acerca das publicações, especificamente em relação a suas características de tipologia autoral, assim como Ferrez (1981) identificou ser a autoria individual uma característica da História, nesta pesquisa também, porém, hoje é possível observar uma abertura às produções coletivas, com dois ou três autores.

No que se refere à participação desses pesquisadores na historiografia internacional, observa-se uma inserção de publicação em idiomas latinos, com publicações em espanhol e francês, o primeiro entendido pela proximidade territorial e pelas relações diplomáticas e econômicas, com destaque para o Mercosul, e o último, por sua forte influência na historiografia brasileira, justificada tanto pela tradição da França na área de História, responsável por revolucionar a forma de pensar a História no século XX, com a Escola dos Annales, quanto pela forte presença de franceses nos primeiros Programas de Pós-Graduação em História no Brasil.

O inglês foi o idioma estrangeiro com mais publicações, o que se compreende pelo maior número de títulos de periódicos, e pelos incentivos financeiros do governo americano a pesquisadores de sua nação interessados em estudar o Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, marcando assim a presença dos brasilianistas. O interesse estadunidense pelo nosso País se explica pela importância política, no contexto de Guerra Fria, de mantê-lo como área de influência, e hoje o interesse se mantém, porém, por seu processo de desenvolvimento nos últimos anos. Por fim, as publicações em inglês também são explicadas por um reflexo da internacionalização que as universidades vêm sofrendo.

A produtividade científica mostrou-se em crescimento, com ênfase nos últimos dez anos, período no qual foi possível observar mudanças de prioridades no tipo de comunicação. A publicação de livro continua sendo uma tradição, mas outras formas de produção também se tornaram intensamente presentes, como os artigos científicos em periódicos e trabalhos em coletâneas, que se mostram como uma alternativa à pressão por publicar, demonstrando um forte crescimento e indicando uma nova tendência na História, pois os capítulos de livro ou trabalhos em coletâneas são, hoje, a maior força produtiva dos bolsistas de produtividade do CNPq.

Em conclusão, a área de História, consolidada cientificamente, mostra-se em grande crescimento institucional, apontando evidências de expansão na produção do conhecimento, além disso, apresenta diversificação em sua tipologia e intensidade produtivas e, ao mesmo tempo, demonstra tanto a manutenção de suas características, quanto a busca de adaptação e acompanhamento das novas demandas e transformações da sociedade e da ciência e tecnologia.

7. Referências.

ABREU, Márcia. “Prefácio: Percursos da leitura”. In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, História e História da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

Associação Nacional de História (Brasil). XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos. Disponível em: <<http://www.anpuh.gov.br>>. Acesso em: 28 de dez. 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto. “Bibliometria: evolução histórica e questões atuais”. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, p. 11-32, jan./jul. 2006.

BARRETO, Aldo. As estruturas de suporte da informação no processo do conhecimento: o papel da fluência digital. Relatório da Pesquisa no. 300.100/2005-1 enviado ao CNPq em 09 de fev. de 2009.

BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Semântica e Cognição em Bases de Conhecimento: do vocabulário controlado à ontologia. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**. v.2, n.5, out./2001.

BRAGA, Gilda Maria. Bibliometria: teoria e prática. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 16, n. 1, p. 103-11, Jan /jun. 1987.

BRAGA, Gilda Maria. Relações Bibliométricas: Entre a Frente de Pesquisa (Research Front) e Revisões da Literatura: Estudo Aplicado a Ciência da Informação. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 1, p. 9-26. 1973.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Avaliação dos Cursos Recomendados”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/cursos-recomendados-e-reconhecidos>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Cursos Recomendados”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>> . Acesso em: 11 de nov. de 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Missão e História”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Planilha Comparativa de Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação em História”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Quallis”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Relatório de Avaliação 2007 – 2009”. Trienal 2010 (História). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Roteiro para Classificação de Livros: Avaliação dos Programas de Pós-Graduação”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao>>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

BRASIL, Maria Irene. Estruturas bibliométricas e fontes historiográficas do setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

BURFREM, Leilah; PRATES, Yara. “O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n.2, p. 9-25, maio/ago. 2005.

BOURDIEU, Pierre. “O Campo Científico”. In: ORTYZ, Renato. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Didot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odália. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional de Professores Universitários de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 1 n.1 p. 1-11. mar./1981.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte. v. 12, n. 1. 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Signey. “Entrevista”. **Revista de História**. Rio de Janeiro. Ano 3. n. 36, p. 34-39. set./2008.

CNPq. “Apresentação”. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/cnpq/index.htm>>. Acesso em 18 de jul. de 2010.

CNPq. “Normas de Bolsa de Pesquisadores de Produtividade”. Disponível em: <http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm>. Acesso em: 18 de jul. de 2010.

CNPq. “Plataforma Lattes”. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 05 de out. de 2010.

CNPq. “Plataforma Lattes – A Plataforma”. Disponível em:
<<http://lattes.cnpq.br/conteudo/aplataforma.htm>>. Acesso em: 15 de jun. de 2010.

CNPq. ‘Plataforma Lattes – Histórico’. Disponível em:
<<http://lattes.cnpq.br/conteudo/historico.htm>>. Acesso em: 15 de jun. de 2010.

CNPq. “O que é a Plataforma Lattes”. Disponível em: <<http://www.lattes.ufba.br>>.
Acesso em: 24 de jun. de 2010.

CNPq. “Resultado de Concessão de Bolsas de Produtividade”. Disponível em:
<http://plsq11.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PO_102003.curso>. Acesso em: 18 de maio de 2010.

COCCO, G.; SILVA, G.; GALVÃO, A.P. (orgs.) **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, Emília Viotte da. “Entrevista”. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 65 – 94.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Entrevista”. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 195-210.

EGGHE, L. Editorial: Expansion of the field of Informetrics: origins and consequences Information. **Processing and Management**, v. 41, n. 6, dez./2005.

FERNANDES, Patrícia Rosas. Indicadores de produção científica em fisiologia e pneumologia. Tese (Doutorado em Clínica Médica) - Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FERREZ, Helena Dodd. “Análise da Literatura Periódica Brasileira na área de História”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 332, p. 13-118. 1981.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO.
“Histórico”. Disponível em:
<<http://www.fapesp.br/materia/28/historico/criacao-e-estruturacao-da-fapesp.htm>>.
Acesso em: 10 de fev. de 2011.

GOMES, Ângela de Castro. “Entrevista”. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 289-310.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Leituras críticas sobre Boris Fausto**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, v.1, n. 6, dez./2000.

GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Entrevista”. **Revista de História**. Rio de Janeiro. Ano 5, n. 49, p. 50-55. out./ 2009.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HEBRARD, Jean. “Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da História cultural”. In: ABREU, Márcia (org). **Leitura, História e História da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. “Introdução”. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S (Org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

LINHARES, Maria Yedda. “Entrevista”. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 21-44.

MARTINS, Marília. “Nova Geração vê o Brasil com outros olhos”. Disponível em: <www.drclas.harvard.edu/brazil/news/novageracao>. Acesso em: 08 de fev. de 2011.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOREIRA, Regina da Luz. **Brasiliannistas, Historiografia e Centros de Documentação. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 3. n. 5, 1990. p. 66-74.

MOSQUERA, Juan José Mouriño. “A Universidade e a Produção do Conhecimento”. **FAMECOS**, n. 7, p. 29-33, jun./dez. 1997.

MUGNAINI, Rogério; JANNUZZI, Paulo; QUONIAM, Luc. “Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal”. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n.2, p. 123-131, maio/ago. 2004.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. “A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais”. **DataGramZero** – Revista da Ciência da Informação. v. 6, n. 1, fev./2005.

NEVES, Maria Bastos P. das Neves. ‘Dos “avisos” de jornais às resenhas como espaços de consagração (1808-1836). NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. “Apresentação”. In:

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. (org) **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

PICCOLO, Helga. “Entrevista”. **Revista de História**. Rio de Janeiro. Ano 3, n. 37, p. 40-45. out./2008.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Rio de Janeiro: 1997. Tese (Comunicação e Cultura) UFRJ/ECO. Orientadora: Gilda Braga. Disponível em: <http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/lenavaniapinheiro_1997.pdf>

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Geração de conhecimento teórico em Ciência da Informação no Brasil: questões e paradigmas nas abordagens da elite. In: IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2008. São Paulo. Anais dos IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo, 2008.a.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, SILVA, Giselle Santos. Cartografia histórica e conceitual da bibliometria/informetria no Brasil. In: II Conferência Ibero-Americana de publicações eletrônicas no contexto da comunicação científica – CIPECC 2008.b. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2008. b. Disponível em: <<http://cipecc2008.ibict.br/index.php/CIPECC2008/cipecc2008>>

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Informação. Esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Morpheus**, ano 2, n.4, 2004.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília: v.24, n.1, p. 42-53, jan./jul.1995.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Lei de Bradford: uma reformulação conceitual. **Ciência da Informação**. Brasília, v, 12, n. 2, p. 59-80, jul./dez. 1983.

PRICE, Derek J. de Solla. **O Desenvolvimento da Ciência: Análise Histórica, Filosófica, Sociológica e Econômica**. Tradução de Simão Mathias com a colaboração de Gilda Maria Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. Título original: *Little science, big science*. Columbia University, 1963.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**. v. 25, n. 4, p. 348-349, dec./1969.

RIBEIRO, Carolina Krause; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe de. “Construção de um modelo síntese para análise de periódicos científicos”. Anais do VII ENANCIB. 28 a 31 de out. Salvador, 2007.

ROMANI, Jacqueline Pitangui. O Conselho Nacional de Pesquisas Científicas no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p 86-105.

SÁNCHEZ MORA, Ana Maria. **A divulgação da ciência como literatura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TARGINO, Maria das Graças; CALDEIRA, Paulo da Terra. “Análise da produção científica em uma instituição de ensino superior: o caso da Universidade Federal do Piauí.” **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 1988.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Programa de Pós-Graduação em História: Publicações”. Disponível em: <<http://www.ppghistoria.com.br/publicacoes.php>>. Acesso em: 8 de fev. de 2011.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARODO, Rubén. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 38, n. 2, p. 69-79, maio/ago. 2009.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARODO, Rubén. Crescimento da literatura e dos autores sobre a Lei de Lotka. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 38, n. 3, p.111-129, set./dez. 2009.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARODO, Rubén. A produtividade dos autores sobre a Lei de Lotka. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 37, n. 2, p. 87-102, maio/ago. 2008.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARODO, Rubén. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 1984.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239. 1993. Tradução livre.

ZIMAN, John Michel. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1979. Título original: Public Knowledge: The Social Dimension of Science. London: Cambridge University, 1968.

ANEXO A - PESQUISADORES COM BOLSA PRODUTIVIDADE NA ÁREA DE HISTÓRIA, COM IDENTIFICAÇÃO DOS EXCLUÍDOS E INCLUÍDOS NA PESQUISA.

Professores Pesquisadores do CNPq	Nível	Excluídos	Incluídos
Adalgisa Arantes Campos	2	X	
Adone Agnolin	2	X	
Adriana Pereira Campos	2	X	
Adriana Romeiro	2	X	
Adriano Luiz Duarte	2	X	
Afonso de Alencastro Graça Filho	2	X	
Alcides Freire Ramos	2	X	
Aldrin Moura de Figueiredo	2	X	
Amado Luiz Cervo	SR		X
Ana Maria Alfonso-Goldfarb	1D		X
Ana Maria Koch	2	X	
Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus	1D		X
Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal	2	X	
Ana Teresa Marques Gonçalves	2	X	
Andrea Daher	2	X	
Andreia Cristina Lopes Frazão da Silva	2	X	
Angela Maria de Castro Gomes	1B		X
Angelo Alves Carrara	2	X	
Anita Leocadia Prestes	1C		X
Anita Waingort Novinsky	1A		X
Anny Jackeline Torres Silveira	2	X	
Antôni Carlos Moraes Lessa	2	X	
Antônio Augusto Passos Videira	2	X	
Antonio Carlos Jucá de Sampaio	2	X	
Antonio Luigi Negro	2	X	
Antonio Torres Montenegro	1B		X
Arnaldo Daraya Contier	SR		X
Artur Cesar Isaia	2	X	
Beatriz Galloti Mamigonian	2	X	
Benito Bisso Schmidt	2	X	
Betania Gonçalves Figueiredo	2	X	
Bruno Guilherme Feitler	2	X	
Cândida Graciela Chamorro Arguello	2	X	
Carla Maria Carvalho de Almeida	2	X	
Carla Maria Junho Anastasia	2	X	
Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron	2	X	

Carlos Eugenio Libano Soares	2	X	
Carlos Fico da Silva Junior	2	X	
Carlos Gabriel Guimarães	2	X	
Carlos Ziller Camenietzki	2	X	
Cecília da Silva Azevedo	2	X	
Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira	2	X	
Celso Corrêa Pinto de Castro	2	X	
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli	2	X	
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi	2	X	
Claudia Wasserman	2	X	
Claudio Henrique de Moraes Batalha	1C		X
Cristina Scheibe Wolff	1D		X
Daniel Aarão Reis Filho	1B		X
Daniela Buono Calainho	2	X	
Denise Bernuzzi de Sant'Anna	1D		X
Denise Rollemberg Cruz	2	X	
Douglas Cole Libby	1D		X
Dulce O Amarante dos Santos	1D		X
Durval Muniz de Albuquerque Júnior	1A		X
Edgar Salvadori de Decca	1B		X
Eduardo França Paiva	2	X	
Eduardo Silva	2	X	
Edwar de Alencar Castelo Branco	2	X	
Eliana Regina de Freitas Dutra	1A		X
Eliane Cristina Deckmann Fleck	2	X	
Elias Thome Saliba	1B		X
Elio Cantalicio Serpa	2	X	
Elio Chaves Flores	2	X	
Elizabeth Cancelli	1C		X
Eni de Mesquita Samara	1A		X
Estevao Chaves de Rezende Martins	1D		X
Eugênio Rezende de Carvalho	2	X	
Eunice Sueli Nodari	2	X	
Fabio Henrique Lopes	2	X	
Fatina Regina Fernandes	2	X	
Fernando Teixeira da Silva	2	X	
Fernando Torres Londoño	2	X	
Flávio dos Santos Gomes	1C		X
Francisco Alcides do Nascimento	2	X	
Francisco Cabral Alambert Junior	2	X	
Francisco Carlos Palomares Martinho	2	X	

Francisco César Alves Ferraz	2	X	
Francisco Fernando Monteoliva Doratioto	2	X	
Francisco Murari Pires	1D		X
Frederico de Castro Neves	2	X	
Gabriela Pellegrino Soares	2	X	
George Evergton Sales Souza	2	X	
Georgina Silva dos Santos	2	X	
Gilmar Arruda	2	X	
Gilvan Ventura da Silva	2	X	
Gizlene Neder	2	X	
Gladus Sabina Ribeiro	2	X	
Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves	2	X	
Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro	1A		X
Helen Osório	2	X	
Heloísa Maria Murgel Starling	2	X	
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho	2	X	
Iranilson Buriti de Oliveira	2	X	
Iris Kantor	2	X	
Isabel Cristina Martins Guillen	2	X	
Ivan de Andrade Vellasco	2	X	
Izabel Andrade Marson	1D		X
Jacqueline Hermann	2	X	
Jaime de Almeida	1D		X
Jaime Larry Benchimol	2	X	
Jean Marcel Carvalho França	2	X	
Joana Maria Pedro	1B		X
João José Reis	1A		X
John Manuel Monteiro	1C		X
Jorge Luiz Ferreira	1C		X
José Alves de Freitas Neto	2	X	
Jose Flavio Sombra Saraiva	1C		X
José Jobson de Andrade Arruda	1A		X
Jose Rivar Macedo	2	X	
Juliana Beatriz Almeida de Souza	2	X	
Júnia Ferreira Furtado	1A		X
Kátia Rodrigues Paranhos	2	X	
Keila Grinberg	2	X	
Laura de Mello e Souza	1B		X
Leila Mezan Algranti	1D		X
Lená Medeiros de Menezes	2	X	
Leonardo Affonso de Miranda Pereira	2	X	

Ligia Bellini	1C		X
Lilian Al-Chueryr Pereira Martins	2	X	
Lorelai Brilhante Kury	2	X	
Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves	1B		X
Lucia Maria Paschoal Guimaraes	1C		X
Luis Balkar As Peixoto Pinheiro	2	X	
Luis Filipe Silverio Lima	2	X	
Luiz Carlos Soares	1B		X
Luiz Carlos Villalta	2	X	
Luiz Geraldo Santos da Silva	2	X	
Luiz Roberto de Barros Mott	1A		X
Luzia Margareth Rago	1A		X
Magali Gouveia Engel	2	X	
Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães	2	X	
Manolo Garcia Florentino	1A		X
Marcelo Badaró Mattos	2	X	
Marcelo Bittencourt Ivair Pinto	2	X	
Marcelo Cândido Da Silva	2	X	
Marcelo Rede	2	X	
Márcia Maria Menendes Motta	2	X	
Márcia Regina Barros da Silva	2	X	
Márcia Regina Capelari Naxara	2	X	
Marcio de Sousa Soares	2	X	
Marco Antonio Villela Pamplona	2	X	
Marco Marel	2	X	
Marcos Antônio Lopes	2	X	
Marcos Ferreira de Andrade	2	X	
Marcos Francisco Napolitano de Eugenio	2	X	
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho	1A		X
Margaret Marchiori Bakos	2	X	
Maria Antonieta Martines Antonacci	1C		X
Maria Bernardete Ramos Flores	2	X	
Maria Cristina Bohn Martins	2	X	
Maria de Fátima Gomes Costa	2	X	
Maria Fernanda Baptista Bicalho	2	X	
Maria Helena Pereira Toledo Machado	2	X	
Maria Helena Rolim Capelato	1B		X
Maria Izilda Santos de Matos	1B		X
Maria Leônia Chaves de Resende	2	X	
Maria Luiza Tucci Carneiro	2	X	
Maria Luiza Ugarte Pinheiro	2	X	

Maria Paula Narcimento Araujo	2	X	
Maria Regina Celestino de Almeida	2	X	
Maria Stella Martins Bresciani	1A		X
Marieta de Moraes Ferreira	1D		X
Marina Haizenreder Ertzogue	2	X	
Marionilde Dias Brepohl de Magalhaes	1C		X
Mariza de Carvalho Soares	1D		X
Martha Campos Abreu	1B		X
Noé Freire Sandes	2	X	
Norberto Osvaldo Ferreras	2	X	
Norbetro Luiz Guarinello	2	X	
Norma Musco Mendes	2	X	
Nuncia Maria Santoro de Constantino	2	X	
Oscar João Abdounur	2	X	
Patrícia Maria Melo Sampaio	2	X	
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini	1C		X
Paulo Roberto Staudt Moreira	2	X	
Pedro Luis Puntoni	2	X	
Pedro Paulo Abreu Funari	1D		X
Pedro Spinola Pereira Caldas	2	X	
Pio Penna Filho	2	X	
Rachel Soihet	1B		X
Rafael de Bivar Marquese	2	X	
Raquel Glezer	1D		X
Regina Beatriz Guimarães Neto	2	X	
Regina Horta Duarte	1D		X
Renan Friguetto	1D		X
Renato Lopes Leite	2	X	
Renato Pinto Venacio	2	X	
Robert Wayne Andrew Slenes	1A		X
Roberto Guedes Ferreira	2	X	
Rodrigo Nunes Bentes Monteiro	2	X	
Rodrigo Patto Sá Motta	2	X	
Ronald Jose Raminelli	1C		X
Ronaldo Vainfas	1A		X
Rosangela Patriota Ramos	1D		X
Sandra Noemi Cucurullo de Caponi	2	X	
Sergio Odilon Nadalin	1A		X
Sheila Siqueira de Castro Faria	2	X	
Sidnei José Munhoz	2	X	
Sidney Chalhoub	1B		X

Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa	1D		X
Silvia Hunold Lara	1B		X
Silvia Regina Ferraz Petersen	1B		X
Sonia Regina de Mendonça	1B		X
Susana Bleii de Souza	2	X	
Tania Maria Dias Fernandes	2	X	
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira	1C		X
Tania Regina de Luca	1C		X
Tarcisio Rodrigues Botelho	2	X	
Temístocles Américo Corrêa Cezar	2	X	
Valdeci Rezende Borges	2	X	
Valdei Lopes de Araújo	2	X	
Vera Lucia Amaral Ferlini	1B		X
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes	2	X	
Voldemir Donizette Zamparoni	2	X	
Yonissa Marmitt Wadi	2	X	
TOTAL - 216		146	70

Fonte: a autora, a partir de informações do site do CNPq. Disponível em:

<http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PO_102003.curso>. Acesso em 18 de maio de 2010.

ANEXO B - PESQUISADORES DE PRODUTIVIDADE 1 DO CNPQ POR NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO.

PROFESSORES NÍVEL 1	SR	1A	1B	1C	1D
Amado Luiz Cervo	X				
Ana Maria Alfonso-Goldfarb					X
Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus					X
Angela Maria de Castro Gomes			X		
Anita Leocadia Prestes				X	
Anita Waingort Novinsky		X			
Antonio Torres Montenegro			X		
Arnaldo Daraya Contier	X				
Claudio Henrique de Moraes Batalha				X	
Cristina Scheibe Wolff					X
Daniel Aarão Reis Filho			X		
Denise Bernuzzi de Sant'Anna					X
Douglas Cole Libby					X
Dulce O Amarante dos Santos					X
Durval Muniz de Albuquerque Júnior		X			
Edgar Salvadori de Decca			X		
Eliana Regina de Freitas Dutra		X			
Elias Thome Saliba			X		
Elizabeth Cancelli				X	
Eni de Mesquita Samara		X			
Estevão Chaves de Rezende Martins					X
Flávio dos Santos Gomes				X	
Francisco Murari Pires					X
Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro		X			
Izabel Andrade Marson					X
Jaime de Almeida					X
Joana Maria Pedro			X		
João José Reis		X			
John Manuel Monteiro				X	
Jorge Luiz Ferreira				X	
Jose Flavio Sombra Saraiva				X	
José Jobson de Andrade Arruda		X			
Júnia Ferreira Furtado		X			
Laura de Mello e Souza			X		
Leila Mezan Algranti					X
Ligia Bellini				X	
Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves			X		
Lucia Maria Paschoal Guimaraes				X	

Luiz Carlos Soares			X		
Luiz Roberto de Barros Mott		X			
Luzia Margareth Rago		X			
Manolo Garcia Florentino		X			
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho		X			
Maria Antonieta Martines Antonacci				X	
Maria Helena Rolim Capelato			X		
Maria Izilda Santos de Matos			X		
Maria Stella Martins Bresciani		X			
Marieta de Moraes Ferreira					X
Marionilde Dias Brepohl de Magalhaes				X	
Mariza de Carvalho Soares					X
Martha Campos Abreu			X		
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini				X	
Pedro Paulo Abreu Funari					X
Rachel Soihet			X		
Raquel Glezer					X
Regina Horta Duarte					X
Renan Friguetto					X
Robert Wayne Andrew Slenes		X			
Ronald Jose Raminelli				X	
Ronaldo Vainfas		X			
Rosangela Patriota Ramos					X
Sergio Odilon Nadalin		X			
Sidney Chalhoub			X		
Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa					X
Silvia Hunold Lara			X		
Silvia Regina Ferraz Petersen			X		
Sonia Regina de Mendonça			X		
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira				X	
Tania Regina de Luca				X	
Vera Lucia Amaral Ferlini			X		
TOTAL - 70	2	16	18	15	19

Fonte: a autora, a partir de informações do site do CNPq. Disponível em:

<http://plsq11.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso>. Acesso em 18 de maio de 2010.

ANEXO C - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA NO BRASIL RECONHECIDOS PELAS CAPES POR ESTADO E REGIÃO.

Região	Total	UF		PROGRAMA	IES
Norte	2	AM	1	Programa de Pós-graduação em História	UFAM
		PA	1	Programa de Pós-graduação em História	UFPA
Nordeste	11	BA	3	Programa de Pós-graduação em História	UFBA
				Programa de Pós-graduação em História	UEFS
				Programa de Pós-graduação em História Regional e Local	UNEB
		CE	2	Programa de Pós-graduação em História	UFC
				Programa de Pós-graduação em História e Culturas	UECE
		PB	2	Programa de Pós-graduação em História	UFPB/J.P.
				Programa de Pós-graduação em História	UFCG
		PE	2	Programa de Pós-graduação em História	UFPE
				Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional	UFRPE
		PI	1	Programa de Pós-graduação em História	FUFPI
RN	1	Programa de Pós-graduação em História	UFRN		
Centro Oeste	5	DF	1	Programa de Pós-graduação em História	UNB
		GO	2	Programa de Pós-graduação em História	UFG
				Programa de Pós-graduação em História	PUC-GOÍÁS
		MS	1	Programa de Pós-graduação em História	UFGD
		MT	1	Programa de Pós-graduação em História	UFMT
Sudeste	25	ES	1	Programa de Pós-graduação em História	UFES
		MG	5	Programa de Pós-graduação em História	UFMG
				Programa de Pós-graduação em História	UFJF
				Programa de Pós-graduação em História	UFU
				Programa de Pós-graduação em História	UFOP
				Programa de Pós-graduação em História	UFSJ
		RJ	13	Programa de Pós-graduação em História	UFRRJ
				Programa de Pós-graduação em História	UFF
				Programa de Pós-graduação em História	UERJ
				Programa de Pós-graduação em História	UNIRIO
				Programa de Pós-graduação em História	UNIVERSO
				Programa de Pós-graduação em História	USS
				Programa de Pós-graduação em História Comparada	UFRJ
Programa de Pós-graduação em História das Ciências	FIOCRUZ				

				Programa de Pós-graduação em História Social	UFRJ
				Programa de Pós-graduação em História Social	UERJ
				Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura	PUC-RIO
				Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais.	FGV/RJ
				Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais	FGV/RJ
		SP	6	Programa de Pós-graduação em História	UNICAMP
				Programa de Pós-graduação em História	UNESP/ASS
				Programa de Pós-graduação em História	UNESP/FR
				Programa de Pós-graduação em História	PUC/SP
				Programa de Pós-graduação em História Econômica	USP
				Programa de Pós-graduação em História Social	USP
Sul	11	PR	4	Programa de Pós-graduação em História	UFPR
				Programa de Pós-graduação em História	UEM
				Programa de Pós-graduação em História Social	UEL
				Programa de Pós-graduação em História Poder e Práticas Sociais.	UNIOESTE
		RS	5	Programa de Pós-graduação em História	UFRGS
				Programa de Pós-graduação em História	UFPEL
				Programa de Pós-graduação em História	PUC/RS
				Programa de Pós-graduação em História	UNISINOS
				Programa de Pós-graduação em História	UPF
		SC	2	Programa de Pós-graduação em História	UFSC
Programa de Pós-graduação em História	UDESC				
TOTAL	54	19	54	54	54

Fonte: a autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>> Acesso em: 10 de dez. de 2010.

ANEXO D - CNPQ: NÚMERO DE BOLSISTA POR ÁREA - OUTUBRO/2010.

Produtividade em Pesquisa					
	Área	Out		Área	Out
1	Física	868	40	Antropologia	132
2	Agronomia	746	41	Engenharia de Produção	131
3	Química	689	42	Parasitologia	131
4	Medicina	497	43	Filosofia	126
5	Geociências	424	44	Comunicação	115
6	Ciência da Computação	366	45	Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	113
7	Educação	331	46	Oceanografia	105
8	Engenharia de Materiais e Metalúrgica	306	47	Ciência Política	104
9	Matemática	292	48	Morfologia	101
10	Engenharia Elétrica	285	49	Artes	97
11	Psicologia	285	50	Astronomia	92
12	Medicina Veterinária	274	51	Geografia	83
13	Engenharia Mecânica	268	52	Arquitetura e Urbanismo	80
14	Bioquímica	265	53	Engenharia Nuclear	76
15	Engenharia Civil	252	54	Educação Física	72
16	Zootecnia	251	55	Biofísica	71
17	Genética	242	56	Engenharia Biomédica	70
18	Zoologia	214	57	Nutrição	70
19	História	211	58	Planejamento Urbano e Regional	68
20	Botânica	209	59	Serviço Social	66
21	Letras	201	60	Probabilidade e Estatística	64
22	Ecologia	192	61	Engenharia Aeroespacial	58
23	Saúde Coletiva	190	62	Direito	54
24	Economia	187	63	Fisioterapia e Terapia Ocupacional	51
25	Linguística	187	64	Engenharia de Transportes	50
26	Farmacologia	186	65	Fonoaudiologia	47
27	Odontologia	182	66	Arqueologia	42
28	Sociologia	182	67	Ciência da Informação	42
29	Ciência e Tecnologia de Alimentos	178	68	Demografia	35
30	Microbiologia	171	69	Desenho Industrial	30
31	Fisiologia	169	70	Engenharia de Minas	30
32	Engenharia Química	156	71	Engenharia Naval e Oceânica	14
33	Imunologia	152	72	Turismo	9
34	Engenharia Sanitária	146	73	Teologia	8
35	Farmácia	146	74	Biologia Geral	5
36	Enfermagem	144	75	Museologia	4
37	Recursos Florestais e Engenharia Florestal	142	76	Economia Doméstica	2
38	Administração	137		Não informado	214
39	Engenharia Agrícola	137		Total	13.122

Fonte: CNPq/AEI

ANEXO E - CNPQ: NÚMERO DE BOLSISTA 1 POR ÁREA - OUTUBRO/2010.

Produtividade em Pesquisa - 1A-1B-1C-1D													
	Área	1A	1B	1C	1D			Área	1A	1B	1C	1D	
						39		Morfologia	12	9	4	21	46
1	Física	72	70	108	145	395	40	Engenharia Agrícola	6	8	14	17	45
2	Agronomia	47	51	51	117	266	41	Engenharia Química	6	4	11	22	43
3	Química	43	46	65	86	240	42	Astronomia	14	3	13	12	42
4	Medicina	56	42	46	47	191	43	Engenharia Sanitária	9	4	17	11	41
5	Geociências	42	29	48	64	183	44	Comunicação	10	11	9	10	40
6	Matemática	33	30	42	30	135	45	Rec. Florestais e Eng Florestal	6	14	13	6	39
7	Bioquímica	30	28	25	41	124	46	Engenharia Nuclear	5	6	9	19	39
8	Engenharia Elétrica	25	33	28	33	119	47	Oceanografia	6	5	8	18	37
9	Educação	17	19	25	57	118	48	Artes	7	8	15	7	37
10	Psicologia	23	26	28	39	116	49	Geografia	10	6	10	9	35
11	Ciência da Computação	15	13	28	56	112	50	Plan. Urbano e Regional	7	10	10	7	34
12	Medicina Veterinária	16	26	51	17	110	51	Ciência Política	10	15	4	5	34
13	Genética	23	24	24	39	110	52	Administração	6	5	11	12	34
14	Engenharia Civil	21	30	27	30	108	53	Rec Pesqueiros e Eng de Pesca	4	10	6	12	32
15	Engenharia Mecânica	25	17	29	34	105	54	Engenharia Biomédica	5	4	11	10	30
16	Eng. de Mat. e Metalúrgica	20	24	30	23	97	55	Probabilidade e Estatística	5	10	5	7	27
17	Letras	21	20	26	28	95	56	Biofísica	7	6	5	8	26
18	Linguística	21	20	18	27	86	57	Arquitetura e Urbanismo	5	5	7	8	25
19	Zootecnia	14	26	26	19	85	58	Serviço Social	4	8	8	4	24
20	Saúde Coletiva	22	20	22	21	85	59	Nutrição	6	6	3	8	23
21	Farmacologia	20	21	26	17	84	60	Educação Física	5	2	7	9	23
22	Odontologia	15	23	20	25	83	61	Engenharia de Transportes	5	6	6	4	21
23	Fisiologia	16	17	24	26	83	62	Ciência da Informação	3	3	5	3	14
24	Microbiologia	10	24	24	24	82	63	Demografia	3	1	4	5	13
25	Zoologia	18	18	15	27	78	64	Arqueologia	9		2	2	13
26	Sociologia	20	23	20	15	78	65	Fisioterapia e Terapia Ocupl	1	4	1	6	12
27	Botânica	15	16	13	33	77	66	Engenharia Aeroespacial	3	2	4	3	12
28	Imunologia	19	15	21	21	76	67	Direito	1	2	5	4	12
29	Ecologia	14	20	10	30	74	68	Engenharia de Minas	4	1	4	1	10
30	História	14	18	17	18	67	69	Fonoaudiologia	1	2	2	3	8
31	Filosofia	12	25	17	12	66	70	Engenharia Naval e Oceânica	0	3	2	1	6
32	Antropologia	16	19	9	17	61	71	Desenho Industrial	0	0	0	2	2
33	Economia	13	7	13	27	60	72	Biologia Geral	0	1	1	0	2
34	Enfermagem	11	15	17	12	55	73	Turismo	0	0	1	0	1
35	Parasitologia	14	8	14	18	54	74	Teologia	1	0	0	0	1
36	Ciência e Tec. de Alimentos	9	11	13	21	54	75	Museologia	0	0	0	1	1
37	Engenharia de Produção	8	8	6	26	48	76	Economia Doméstica	0	0	0	0	0
38	Farmácia	12	13	4	18	47		Não informado	11	14	15	25	65
Total									1.039	1.093	1.282	1.642	5.056

Fonte: CNPq/AEI

ANEXO F - ÁREAS DE ATUAÇÃO DECLARADA DOS PESQUISADORES DO CNPQ.

Pesquisadores de Produtividade 1 do CNPq - Temas de Pesquisa	
Áreas de atuação - subáreas / especialidade	
História da África	5
História das Relações Intenacionais	5
História Latino-Americana	4
Artes	3
Ciência da Informação - Arquivologia	3
História Oral	3
Antropologia das Populações Afro--Brasileiras	2
Arqueologia	2
Demografia Histórica	2
Educação	2
Ensino e Aprendizagem	2
História Cultural	2
História dos Estados Unidos	2
História Econômica	2
História Política	2
Antropologia	1
Antropologia Rural	1
Cultura Afrobrasileira	1
Dramaturgia	1
Economia Moderna e Contemporânea	1
Epistemologia	1
Escravidão no século XIX Grã Bretanha África	1
Estado Novo	1
Estrutura e Dinâmica do Estado Brasileiro	1
Etnologia Indígena	1
Fecundidade e Família	1
Fotografia	1
História Contemporânea Mundial	1
História Cultura e Ciência	1
História da África e da Diáspora Africana nas Américas	1
História da África Pré-Colonial	1
História da Amé	1
História da Arquitetura e Urbanismo	1
História da Cultura no Brasil	1
História da Europa século 18 e 19	1
História da Filosofia	1
História da Imagem	1
História da Índia	1
História da Política Exterior do Brasil	1
História da Sexualidade	1
História das Civilizações Ocidentais	1
História das Esquerdas no Brasil	1
História das Revoluções Socialistas	1

História do Cinema	1
História do Pensamento Político	1
História dos Intelectuais	1
História dos Mundos Atlânticos	1
História e Culturas Políticas	1
História Social	1
História Social da Cultura	1
História Urbana	1
Jornalismo e Editoração	1
Livro Didático	1
Música	1
Narrativa e História	1
Partidos e Sindicatos	1
Pensamento Social Brasileiro	1
Política Educacional	1
Política Externa do Brasil	1
Relações Intenacionais, Bilaterais e Multilaterais	1
Sociologia Rural	1
subjetividades e sociabilidades	1
Teatro	1
Vida de Luiz Carlos Prestes	1
TOTAL	90

Fonte: a autora, a partir de informações da Plataforma *Lattes*. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010.

ANEXO G - ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COM PESQUISADORES 1 DO CNPQ.

Área de Concentração
Linhas de Pesquisa
UFBA
Cultura e Sociedade
Escravidão e invenção da liberdade
Sociedade, relações de poder e região
UNB
História das Idéias e Historiografia
Tradições Intelectuais, Modernidade e Classicismos
Cultura e Pensamento Político
História Social
Cultura, Instituição e Poder
Comércio e Transculturação no Mundo Atlântico
História Cultural
Cultura e Identidades
Estudo Feminista e de Gênero
Epistemologia feminista e história das mulheres
UFG
História, Memória e Imaginários Sociais
Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração
Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração
UFMG
História Social da Cultura
História e Culturas Políticas
Ciência e Cultura na História
UFU
História e Cultura
Política e Imaginário
Trabalho e Movimentos Sociais
Linguagens, Estética e Hermenêutica
UFPE
Relações de Poder, Sociedade e Ambiente
Cultura e Memória do Norte e Nordeste
Norte-Nordeste Mundo Atlântico
UFPR
Cultura e Poder
Espaço e Sociabilidades

Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História
FGV – RJ
Área de cidadania e políticas públicas:
Cidadania e política
Área de história política do Brasil Republicano:
Linha de elites e história política
Linha de forças armadas e defesa
História institucional
Memória, acervos e bens culturais
Acervos e informação:
Memória, representações e identidades
UERJ
Política e Cultura
Política e Sociedade
UFF
Cultura e Sociedade
Poder e Sociedade
Economia e Sociedade
UFRJ - História Social
Sociedade e Cultura
Sociedade e Economia
Sociedade e Política
UFRJ – História Comparada
História Comparada das diferenças sociais:
História Comparada das formas narrativas:
História Comparada das instituições e formas políticas:
UFRN
Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços
Cultura, Poder e Representações Espaciais
UFRGS
Relações sociais de dominação e resistência
Relações de poder político-institucionais
Cultura e representações
Teoria da História e historiografia
UFSC
Políticas da Escrita, da Imagem e da Memória
Migrações, Construções Socioculturais e Meio Ambiente
Relações de Poder e Subjetividades
Trabalho, Sociedade e Cultura
PUC-SP
Cultura e Trabalho
Cultura e Cidade

Cultura e Representação
UNESP - Assis
Política: ações e representações
Identidades culturais, etnicidades, migrações
Religiões e visões de mundo
UNICAMP
História da Arte
Estudo das Tradições Clássicas:
Questões de Arte Moderna e Contemporânea
História Cultural
Sociabilidade e Cultura na América Luso-Espanhola
Gênero, Identidades e Cultura Material.
Narrativas e Representações
História Social
História Social da Cultura
História Social do Trabalho
História Social da África
Política, Memória e Cidade
Cultura, Cidade e Patrimônio
Jogos do Político: Conceitos, Representações e Memória
USP – História Social
História da Cultura
História dos Movimentos e das Relações Sociais
História Política
História da Ciência e da Técnica
Escravidão e História Atlântica
Historiografia e Documentação
USP – História Econômica
Teoria e Metodologia da História Econômica
Trabalho, Agricultura e Estrutura Fundiária
Gênero, Família e População
Poder e Relações Econômicas no Mundo Urbano
Organização Econômica e Políticas Públicas

Fonte: a autora, a partir de informações do site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 18 de dez. de 2010 e dos sites institucionais dos 54 Programas de Pós-Graduação em História reconhecidos pela CAPES.